

Março 2022

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Development Workshop - Angola

DW CEDOC

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola



DEVELOPMENT WORKSHOP CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais.

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Microfinanças](#)
3. [Mercado Informal](#)
4. [OGE investimentos públicos e transparência](#)
5. [Governança descentralização e cidadania](#)
6. [Urbanismo e habitação](#)
7. [Terra](#)
8. [Serviços básicos](#)
9. [Género e Violência](#)
10. [Ambiente](#)
11. [Investimentos China em Angola](#)

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, Economia e Finanças, Expansão, e Novo Jornal.
- Websites: ANGOP, Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos do Henda, Info Sambila, Voz de Cacuo e Jornal Vida Kilamba e Chella.

O Corpo das notícias não é alterado. Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

Redação

Sobriano César Capitão

Conselho de Edição

Allan Cain, João Domingos e
Massomba Dominique

Editado por

Development Workshop - Angola

Endereço

Rua Rei Katyavala 113,
C. P. 3360, Luanda — Angola

Telefone +(244 2) 448371 / 77 / 66

Email: cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de

Development Workshop
OXFAM Novib
Fundação Bill & Melinda Gates
International Development Research Centre
Civil Society Challenge Fund
Norwegian & The Netherlands Embassies
European Union

Disclaimer

1. Content

DW – CEDOC provides this service solely for academic and research purposes. The articles are displayed as originally published, with reference to the source and date. DW– CEDOC does not give any guarantee for the accuracy of the transcription or its completeness.

2. References and Links

The content of the articles do not necessarily represent the views or opinions of DW-CEDOC. DW-CEDOC reserves the right to change, complete or delete part or the whole website without prior announcement.

3. References to Articles

DW-CEDOC facilitates this information library service and sets an example to mention the original source and date of the articles. If (parts of) articles are referred to in other documents, original sources should be cited.

ÍNDICE

| | |
|---|-----------|
| 1. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA | 6 |
| 1.1 Mais de 30 mil cidadãos apoiados pela Acção Social | 6 |
| 1.2 PIB Per capita pode quadruplicar nos próximos anos e reduzir pobreza | 6 |
| 1.3 “Kwenda” abrange 309 mil famílias na segunda fase | 7 |
| 1.4 Cacucaco tem o maior número de vulneráveis | 8 |
| 1.5 Mais de 64 mil pessoas integradas em actividades de renda | 9 |
| 2. MICROFINANÇAS | 10 |
| 2.1 FADA vai disponibilizar 1.800 milhões Kz para apoiar jovens produtores | 10 |
| 2.2 Lucros de 19 bancos cresceram 85% para 516,5 mil milhões Kz á conta da melhoria no rating | 10 |
| 2.3 Cooperativa de microcrédito vai ser lançada em Junho | 12 |
| 2.4 Governo pretende reestruturar Projecto de Apoio ao Crédito | 13 |
| 3. MERCADO INFORMAL | 14 |
| 3.1 Omatapalo tem 90 dias para dar «novo rosto) ao Mercado do São Paulo | 14 |
| 3.2 Preços baixam 11,8%no mercado informal e 8,3% no mercado formal | 14 |
| 3.3 PREI já desembolsou 300 milhões de kwanzas | 15 |
| 3.4 Moto-taxistas criam cooperativa | 17 |
| 3.5 Comboio expresso inaugural chega ao Luau com 60 passageiros | 18 |
| 3.6 GPL vai requalificar quatro mercados de Luanda ainda este ano | 18 |
| 3.7 Pescadores do Bengo querem de volta centro de apoio à pesca artesanal. | 19 |
| 3.8 Recuperação passa pela inclusão económica e financeira das mulheres. | 19 |
| 3.9 PREI formaliza 5.163 agentes económicos em Malanje | 20 |
| 3.10 Credenciados 110 mil agentes informais | 20 |
| 3.11 ADECOR defende tribunal de resolução de conflitos | 20 |
| 3.12 O Cágado e as Palavras do Silêncio | 21 |
| 3.13 Cantinas e informais continuam a cobrar 10 % por levantamentos nos TPA´s | 22 |
| 3.14 Negócio “ desacelera” e kinguilas começam a desaparecer das ruas de Luanda | 23 |
| 3.15 Vendedores recusam mudar para os locais indicados | 24 |
| 3.16 PNUD reforça PREI com 230 mil dólares | 25 |
| 3.17 Jovens em Cacucaco beneficiam de kits para pequenos negócios | 25 |
| 4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA | 26 |
| 4.1 Orçamento Participativo Implementação em Angola | 26 |
| 4.2 Executados mais de 60 por cento dos programas do PIIM | 27 |
| 4.3 Cazenga com Orçamento do Município para 2022 | 28 |
| 5. GOVERNAÇÃO DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA | 30 |
| 5.1 Orçamento Participativo Implementação em Angola | 30 |
| 5.2 Executados mais de 60 por cento dos programas do PIIM | 31 |
| 5.3 Lei de apropriação pública põe fim a vazio no ordenamento jurídico | 32 |
| 5.4 Reforçadas competências das administrações municipais | 33 |
| 5.5 Governo Central passa 3.186 competências para o poder local | 34 |
| 5.6 Cazenga com Orçamento do Município para 2022 | 35 |

| | |
|--|-----------|
| 6. URBANISMO E HABITAÇÃO | 36 |
| 6.1 Constrangimentos condicionam evolução habitacional | 36 |
| 6.2 Comercialização de habitações este ano não contempla Luanda | 36 |
| 6.3 Mercado de mediação imobiliária continua nas mãos dos informais | 37 |
| 6.4 Autorizada execução de obras paralisadas | 38 |
| 6.5 BPC Imobiliária coloca novos imóveis à venda | 38 |
| 6.6 Candidatos reclamam morosidade na comercialização de casas | 39 |
| 6.7 INADEC defende mais reivindicação | 40 |
| 6.8 Empresas propõem fim da intermediação ilegal | 40 |
| 6.9 Falta de colaboração dos moradores leva à degradação dos edifícios nas centralidades | 41 |
| 6.10 Imobiliária tem projectos de milhões para o país | 42 |
| 6.11 320 mil milhões de kwanzas empregues na construção habitacional no Sul de Angola | 43 |
| 7. TERRA | 45 |
| 7.1 Prestar contas sobre os negócios fundiários no país | 45 |
| 7.2 Construções clandestinas colocam em causa a certificação do aeroporto | 45 |
| 8. SERVIÇOS BÁSICOS | 47 |
| 8.1 Tubagens da EPAL são vandalizadas | 47 |
| 8.2 População consome água das cacimbas e queixa – se de «aumento» da criminalidade | 47 |
| 8.3 13,7 Mil milhões de Kz para reforço no abastecimento de água | 48 |
| 8.4 EPAL autoriza 6 agentes de cobrança para reduzir dívida | 48 |
| 8.5 NJ constatou que os banheiros de muitas escolas sobrevivem do «favor» dos bidões de 100 a 200 litros | 49 |
| 8.6 Jornal de Angola | 50 |
| 8.7 Sector da Energia e Águas domina queixas no Bengo | 50 |
| 8.8 Moradores sem água potável há mais de dois anos | 51 |
| 8.9 Candelabro leva mais água para Luanda | 51 |
| 8.10 EPAS perde um milhão de kz com rescisão de contratos | 52 |
| 8.11 Estação de Água do candelabro garante elevar capacidade actual | 52 |
| 8.12 Sistema de transferência de água do rio Cunene começa a funcionar em Abril | 53 |
| 8.13 Mais de um milhão de famílias beneficiam de electricidade até 2023 | 53 |
| 8.14 País busca técnicas de produção de energia a partir do lixo | 54 |
| 8.15 Reabilitação de ETAR vai custar mais de 2 mil milhões | 54 |
| 9. GÉNERO E VIOLENCIA | 56 |
| 10. AMBIENTE | 56 |
| 10.1 Centralidades e urbanizações já custaram 16,7 mil milhões de USD | 56 |
| 10.2 Escassez de chuvas prejudica 30 por cento da colheita | 57 |
| 10.3 Chuvas fracas travam colheitas | 58 |
| 10.4 Chuvas voltam a molhar solo da região de Curoca | 58 |
| 10.5 Seca devasta 30% da produção agrícola | 59 |
| 10.6 Okavango pode ser área turística de referência | 59 |
| 10.7 Exportação de madeira rende 22.896.274 dólares | 60 |
| 10.8 Perímetros de florestas nativas ameaçados por madeireiros ilegais | 61 |
| 10.9 Plantação de árvores em benefício da comunidade | 61 |
| 10.10 Projecto financiado pela UE «trava» seca no Cunene | 62 |
| 10.11 Aprovado protocolo sobre actividades florestais | 62 |
| 10.12 Lançado projecto de combate à seca na zona transfronteiriça | 64 |

| | |
|--|----|
| I1. MINEIRA | 65 |
| I2. MIGRAÇÃO | 65 |
| I3. INVESTIMENTOS CHINES EM ANGOLA | 65 |
| 13.1 A China está confiante na capacidade de Angola honrar as suas dívidas | 65 |

I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

I.1 Mais de 30 mil cidadãos apoiados pela Acção Social

Jornal de Angola

6 De Março de 2022

Texto: Roque Silva

Perto de 34 mil cidadãos foram integrados em actividades e programas geradores de rendimento, durante o ano passado, no país, pelo Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher (Masfamu).

A ministra do sector, Faustina Alves, que falava no município de Viana, durante a entrega de dez motorizadas para uma cooperativa de apoio a famílias vulneráveis, disse que os beneficiados foram introduzidos, com maior incidência, em actividades viradas ao empoderamento socioeconómico, por via do programa da valorização e reforço de competências dos agregados familiares.

Sobre esta matéria, a ministra da Acção Social, Família e Promoção da Mulher destacou os programas de Combate à Pobreza e Fortalecimento da Protecção Social, alguns dos quais de iniciativa de parceiros sociais.

Os projectos, referiu Faustina Alves, foram concretizados devido à aprovação da Política Nacional da Acção Social e a Respectiva Estratégia de Operacionalização, por Decreto Presidencial 37/21, de 8 de Fevereiro de 2021.

A ministra recordou que, no documento, o Masfamu procura estabelecer as bases teóricas e metodológicas para que haja uma plataforma integrada que garanta aos agregados familiares em situação de vulnerabilidade ou carência um nível de vida digno, como o acesso aos serviços básicos.

As motorizadas para apoiar jovens de famílias vulneráveis e residentes no município de Viana, uma iniciativa enquadrada no Programa Integrado de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza.

As motorizadas foram entregues à Associação para Voluntários Solidários de Angola (AVOSA), responsável pela gestão dos meios através de uma cooperativa de moto-táxi, na qual devem integrar os jovens beneficiados.

Faustina Alves referiu que a acção vai promover a inclusão produtiva dos jovens, incentivar práticas e gestão de pequenos negócios, proporcionar oportunidade de trabalho e de renda aos jovens resilientes que almejam melhores condições de vida para as suas famílias.

I.2 PIB Per capita pode quadruplicar nos próximos anos e reduzir pobreza

Jornal Economia e Finanças

11 De Março de 2022

Texto: Isaque Lourenço

PIB per capita de Angola, que mede o contributo de cada cidadão em relação à produção de bens num dado ano, poderá quadruplicar, passando dos actuais cerca de 6.300 dólares para 24 mil dólares, num espaço de 30 anos.

Esta apreciação defendida pelo Ministério da Economia e Planeamento foi, favoravelmente, apreciada numa recente declaração conjunta assinada pelas ministras das Finanças, Vera Daves, e da Educação, Luísa Grilo, e também o director Regional do banco Mundial para Angola, Jean-Christophe Carret.

Para que tal ocorra, Vera Daves, Luísa Grilo e Jean-Christophe apontam a necessidade de o dividendo demo gráfico ser adoptada como uma estratégia essencial de desenvolvimento, valorizando-se o aumento da produtividade de cada indivíduo, publicada há dias pelo Jornal de Angola, na página de opinião.

A referida estratégia assume ser, para tal, necessário apostar-se na maior escolarização da jovem rapariga, uma vez que maior tempo de presença deste grupo social escola e no aprendizado resultará na subida do contributo deste criação da riqueza nacional.

“ Quer procuremos a igualdade reduzir a pobreza, ou aumentar o bem-estar dos angolanos, o ponto de partida é o mesmo: fortalecimento do poder e investimento nas raparigas. Manter a rapariga na escola e garantir que efectivamente aprendam fará, provavelmente, mais pelo futuro de Angola do que qualquer outro investimento público”, escrevem.

A nível social

A nível social, e em termos económicos, ter raparigas a permanecer mais tempo na escola ajudará a desencadear um “ dividendo demográfico que ocorre quando os ganhos de produtividade decorrentes de

ter um mercado de trabalho em crescimento são cronometrados com rácio de dependência em queda, ou seja, teremos menos crianças e idosos para cuidar por trabalhador, quando o crescimento económico ultrapassa juntamente consistentemente o crescimento populacional

Na visão das três entidades, o Ministério do Planeamento (MEP), juntamente com Fundo das Nações Unidas para a população (UNFPA) estimaram que, para, Angola, este "dividendo" poderia representar um "PIB per capita" de mais de 24.000 dólares para os angolanos até 2054. em comparação cenário de apenas 6.300 dólares se as coisas forem mantidas como estão agora, se não forem tomadas medidas.

Este quadruplicar do rendimento médio uma oportunidade histórica para reduzir a pobreza baseia – se em assegurar que maior número de raparigas permaneça mais tempo na escola e aprenda mais.

"Alargar a educação das raparigas é um forte instrumento político para alcançar o compromisso de Angola de acabar com o casamento precoce, consagrado tanto na Carta Africana dos Direitos e Bem-Estar da Criança quanto na Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança. Para além de ser uma questão de direitos humanos, isto é especialmente importante, uma vez que Angola ocupa a terceira posição mundial em gravidezes na adolescência e sobretudo evitar a gravidez indesejada. Manter as raparigas na escola não é suficiente: precisamos melhorar o seu acesso aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, incluindo a contraceção", disse.

Além das raparigas, as entidades Governo assumem as raparigas permaneçam mais tempo na escola e aprendam mais, admitem ser necessárias muitas acções. Talvez o mais importante, para colher verdadeiramente todos os benefícios da educação, seja que as escolas em Angola, tal como acontece nos demais países, se tornem mais seguras

"As raparigas e os rapazes são, muitas vezes, vítimas de violência no percurso até à escola, na escola e no retorno a casa. Isto é simplesmente inaceitável para todos nós. As escolas devem ser bastiões de segurança e paz. No entanto, ter escolas mais seguras requer políticas e acções adequadas que devem ser introduzidas com urgência", indicam.

Todo esse ambiente de excelentes perspectivas passará pela garantia de um apoio financeiro às raparigas e às respectivas famílias, para melhor incentivar a assiduidade e pontualidade.

Neste sentido, a perspectiva conjunta lançada pelas ministras Vera Daves, Luísa Grilo e o director Iean-Christophe do Banco Mundial assume que o programa de bolsas de estudo anunciado, recentemente pelo Governo, é um primeiro passo nesta direcção, complementando o Programa Kwenda já em curso.

"O Governo de Angola investirá 110 milhões de dólares durante os próximos quatro anos, beneficiando 900.000 jovens angolanos. Este tipo de intervenção já provou que não só aumenta a frequência às aulas, mas também a qualidade da aprendizagem", escreve.

I.3 “Kwenda” abrange 309 mil famílias na segunda fase

Jornal de Angola

17 De Março de 2022

Texto: Justino Victorino

Um total de 309 mil famílias, em condições vulneráveis, nos municípios de E Cunha e Cachiungo, província do Huambo, vai ser abrangido na segunda fase do Programa de Fortalecimento do Sistema de Protecção Social “Kwenda”, a partir do mês de Abril.

A obra do troço Cuchi/Cutato, na província do Cuando Cubango, com uma extensão de 54 quilómetros, esteve a cargo do consórcio Alemão INZAG/GAUFF GmbH e custou mais de 58 milhões de euros. Os trabalhos duraram 31 meses e geraram 870 postos de trabalho a jovens dos municípios de Menongue e Cuchi (Quando Cubango) e do Cuvango (Huíla).

O troço, de 54 quilómetros de extensão e nove de largura, sendo 3.5 de faixa de rodagem para cada sentido e bermas de um metro para cada lado, tem 52 passagens hidráulicas e 222 sinais de trânsito verticais.

O ministro das Obras Públicas e Ordenamento do Território, Manuel Tavares de Almeida, disse que o troço Cuchi/Cutato é fundamental para a ligação, por via terrestre, entre Menongue (Quando Cubango) e Cuvango (Huíla), sendo a última localidade essencial para permitir estabelecer ligações com as províncias do Huambo e do Cunene.

Manuel Tavares de Almeida disse que o Ministério das Obras Públicas e Ordenamento do Território elegeu o município do Cuvango (Huíla) como ponto central da região Sul do país e que a reabilitação das principais vias que ligam o Cuando Cubango, Huíla, Cunene e o Huambo, a partir da referida localidade, permitirá o desenvolvimento agrícola das referidas

províncias, bem como promover o turismo interprovincial.

"É necessário unir estas províncias a partir deste ponto, para que as populações possam se movimentar rapidamente de um lado ao outro, efectuando trocas comerciais e culturais", disse, acrescentando ser pretensão do Ministério das Obras Públicas e Ordenamento do Território recuperar as pontes na via Cuvango/Matala e reabilitar os troços que ligam os municípios do Cuvango e do Chipindo (na Huíla), Cuvango (Huíla) e Cuvelai (Cunene).

Após a inauguração do troço, Manuel Tavares de Almeida, acompanhado pelo governador do Cuando Cubango, José Martins, percorreu cerca de 94 quilómetros de estrada, desde o município do Cuchi até Cuvango (Huíla), com o objectivo de constatar o estado de degradação da malha rodoviária entre o Cuvango e a região do Cuvelai (Cunene).

Reabilitação de estradas

O ministro das Obras Públicas e Ordenamento do Território, Manuel Tavares de Almeida, anunciou, ontem, a reabilitação das Estradas Nacionais 140 e 235, que ligam a comuna do Caiundo (Menongue), Cuangar/Calai/Dirico/Mucusso, ainda este ano, num financiamento garantido pelo Governo alemão.

Sem avançar o valor da empreitada, Manuel Tavares de Almeida disse que o financiamento já foi aprovado e neste momento trabalha-se nos procedimentos legais, para posteriormente arrancar-se com as obras.

Fez saber que Angola e a República Federal da Alemanha assinaram vários acordos para a construção de estradas, em todo o país, estando previsto, para breve, o arranque das obras nos troços Mussende (Cuanza-Sul) e Andulo (Bié), bem como nas vias Mussende/Cangandala, província de Malanje.

Garantido mais financiamento da Alemanha

O embaixador da República Federal da Alemanha, Stefan Traumann, disse que o seu país está aberto para financiar vários projectos em Angola, não só na edificação de infra-estruturas, mas também nos domínios da Agricultura, Turismo, Energia, entre outros, no âmbito do reforço da relação económica entre os dois países.

Stefan Traumann mostrou-se satisfeito com o empenho das duas empresas de construção civil do seu país que participaram na abertura do troço CuchiCutato, numa extensão de 54 quilómetros. "Esta é a primeira de muitas etapas, tendo em conta

que a República Federal da Alemanha vai continuar a apoiar Angola em vários domínios".

No final da sua intervenção, Stefan Traumann disse ser a sua primeira digressão ao interior do país e prometeu voltar ao Cuando Cubango por via terrestre, usando a Estrada Nacional 280, saindo de Luanda, passando pela Huíla até à cidade de Menongue.

Maior regozijo

O governador do Cuando Cubango, José Martins, que se manifestou satisfeito com os trabalhos, disse que o troço de 54 quilómetros entre o Cuchi e o Cutato nunca existiu e para chegar à região do Cuvango (Huíla) a circulação era feita de forma precária.

José Martins disse que a circulação de pessoas e bens nestas localidades, passados 20 anos de paz e volvidos 31 meses desde o início da empreitada, melhorou e hoje as populações do Cuando Cubango e da Huíla já podem aumentar as trocas comerciais.

Na ocasião, o governante apelou a todos para que conservem a estrada, não permitindo que os "amigos do alheio" vandalizem os bens públicos.

I.4 Cacucaco tem o maior número de vulneráveis

Jornal de Angola
18 De Março de 2022

Cacucaco é o município de Luanda que alberga no seu território o maior número de pessoas vulneráveis, oriundas de vários pontos do país, que ali se instalaram à procura de melhores condições de vida, disse ao Jornal de Angola a directora municipal da Acção Social Família Igualdade do Género.

Isabel Salomão disse que na circunscrição estão cadastradas 350 famílias vulneráveis, a maioria das quais inseridas em actividades de pesca e agricultura, mas a viverem em condições precárias, em casas de chapas e improvisadas, o que na época chuvosa acarreta sérios problemas para as crianças e velhos. Pelo menos 36 famílias residentes em Cacucaco foram apoiadas, desde Janeiro, com materiais de construção e géneros alimentares de primeira necessidade, no âmbito do Programa de Apoio às Pessoas Carenciadas, da Direcção Municipal da Acção Social Família e Igualdade de Género. Segundo Isabel Salomão, recentemente uma família no Bairro dos Pescadores que perdeu um ente querido e os haveres, em consequência das fortes chuvas que caíram na região, teve direito a um funeral condigno, através de

apoios prestados pela instituição, em parceria com Administração local Temos terrenos disponíveis para as famílias vulneráveis no distrito urbano do Sequele, mas infelizmente, muitas pessoas não aceitam viver lá, porque só querem casas feitas”, disse. Foram realizadas diversas actividades, com maior destaque para ciclos de formação em empreendedorismo, no sentido de as potenciar para melhor gerirem os seus pequenos negócios.

I.5 Mais de 64 mil pessoas integradas em actividades de renda

Jornal Economia e Finanças
25 De Março de 2022

Um total de 64.903 cidadãos foi integrado, no ano passado, em actividades geradoras de rendimento, no âmbito do Programa Integrado de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza.

Os dados constam do comunicado de imprensa da reunião ordinária da Comissão para a Política Social do Conselho de Ministros, orientada pela ministra de Estado para a Área Social, Carolina Cerqueira.

O comunicado refere que, no mesmo período, foram empoderadas 15.826 mulheres, formados 2.603 Agentes de Desenvolvimento Comunitário e Sanitário (ADECOS) e apoiados 239.821 agricultores com kits agrícolas.

A reunião de ontem serviu para avaliar os relatórios dos programas executados por vários departamentos do Executivo, entre os quais o do Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher.

Apreciado o documento, a Comissão para a Política Social do Conselho de Ministros recomendou a elaboração de uma síntese "mais analítica" do que descritiva do dossier, com destaque para os dados sobre a incidência financeira do Programa, os grupos mais vulneráveis atendidos (crianças e idosos), os resultados a nível das comunidades, sem descurar os dados sobre a distribuição da merenda escolar gratuita levada a cabo pelo Executivo com o apoio de parceiros I sociais, pessoas singulares e colectivas que resultaram na I assistência alimentar de várias famílias em todo o país.

O relatório é o documento que precede ao balanço das principais acções desenvolvidas pelos municípios em 2021, com o objectivo de executar acções multisectoriais de impacto imediato para a redução dos índices de pobreza extrema nas zonas rurais e urbanas.

2. MICROFINANÇAS

2.1 FADA vai disponibilizar 1.800 milhões Kz para apoiar jovens produtores

Jornal Expansão
4 De Março de 2022

O Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Agrário (FADA) vai disponibilizar ainda este ano 1.800 milhões kz para o Programa Juvenil de Apoio à Produção Nacional (Projapron), destinado para os sectores da agricultura e pesca, e que será supervisionado pelo Conselho Nacional da Juventude CNJ.

Este valor, segundo o Presidente do Conselho Nacional da Juventude, Isaiás Calunga, vai beneficiar os jovens de todo o País, com uma quantia entre três e 10 milhões de Kz por projecto, sendo que as cooperativas serão contempladas com valores entre os 30 a 50 milhões de kz.

Lançado em Outubro de 2020, o Projapron é uma iniciativa do Conselho Nacional da Juventude (CNJ) que visa criar espaços para realizar trabalhos produtivos.

Na primeira fase do projecto, mais de 300 jovens das províncias do Namibe, Huambo, Benguela e Huíla foram os primeiros beneficiários dentro do referido programa de financiamento.

Dentro de alguns dias, já na segunda fase do projecto vão beneficiar também mais de 50 jovens com cerca de 150 milhões kz da província do Bengo com três milhões para cada um dos jovens, e também uma cooperativa local, com cerca de 30 milhões de Kz, valores estes que só podem ser investidos em projectos de produção agrícolas

" Os 1.800 milhões kz estão a ser repartidos, 50% para financiar programas ligados à agricultura e os outros 50% para financiar projectos ligados ao sector pesqueiro. Estamos neste momento a negociar com uma instituição bancária a ver se conseguimos um valor para financiar projectos ligados à comercialização de bens diversos, com a única condição do beneficiário ser jovem de nacionalidade angolana" explicou ao Expansão Isaiás Calunga.

No âmbito do programa de apoio a juventude, informou que os governos provinciais cederam ao CNJ quatro mil hectares de terras aráveis para os jovens desenvolverem actividade agrícola. Neste

âmbito, dois mil jovens já receberam os títulos de concessão.

Quanto ao Programa de Empoderamento da Jovem Mulher Desempregada (Pejornud), o Projapron pretende, a partir de Março próximo, criar mil cooperativas de mulheres no país.

G.X.

2.2 Lucros de 19 bancos cresceram 85% para 516,5 mil milhões Kz á conta da melhoria no rating

Jornal Expansão
4 De Março de 2022

Texto: Joaquim José Reis

Os lucros de 19 bancos comerciais cresceram 85% para 516,5 mil milhões Kz no ano passado, de acordo com contas do Expansão, com base nos balancetes sobre o IV trimestre de 2021 e os do mesmo período de 2020. O upgrade do rating da República pela agência de notação financeira Moody's está na base para a subida dos resultados.

Ficam de fora destas contas o BPC (ver peça ao lado), o BDA por não ser banca comercial, e três bancos (BE, SCBA e BE) que esta terça-feira ainda não tinham publicado os balancetes deste período nas suas páginas da Internet, contrariando a regulamentação do Banco Nacional de Angola (BNA).

Naquele que será o ano do regresso ao crescimento económico depois de cinco recessões consecutivas, a banca acompanhou esses sinais de crescimento. O Banco de Fomento Angola (BFA) mantém-se como o campeão dos lucros, com uma subida de 71% nos seus resultados líquidos, ao passar de 89,8 mil milhões Kz para 153,8 mil milhões. O Banco Angolano de Investimento (BAI) repete a segunda posição, depois de os seus resultados líquidos terem quadruplicado para 141,5 mil milhões Kz. Já os resultados líquidos do Standard Bank Angola (SBA) cresceram 109% para 75,4 mil milhões Kz, enquanto o banco BIC mantém o quarto lugar deste ranking depois de ter mais do que duplicado os seus lucros, passando dos 21,3 mil milhões Kz em 2020 para 50,1 mil milhões Kz em 2021. O Caixa Angola (BCGA) ocupa a quinta posição no ranking aos lucros, com os seus resultados líquidos a crescerem 165% para 34,4 mil milhões Kz.

Ao que o Expansão apurou junto de diversas fontes do sector bancário, o upgrade do rating soberano de Angola de Caal paraB3 pela agência de notação

financeira Moody's em Setembro do ano passado, está na base do crescimento dos resultados em 2022. É caso do BAI, que de acordo com relatório e contas do I semestre de 2021, revelou que este upgrade "resulta na revisão da Probabilidade de Default de 12,23% para, 47% estimando-se um impacto positivo de aproximadamente 81.920 milhões 'Kz". Uma tendência acompanhada noutros bancos já que uma melhoria no ano rating traduz-se numa redução da probabilidade de default, com os bancos a reverterem provisões e melhorando os resultados.

"O resultado de 2021 foi, maioritariamente, explicado pela reavaliação do rating de Angola feito pela Moody's em Setembro de 2021. Caso contrário, a possibilidade de os bancos apurarem resultados menos expressivos seria real. Claro está que alguns bancos conseguiram melhorar a sua margem complementar, mas no geral a redução dos custos com constituição de imparidade ao crédito ao Estado fez toda a diferença", admite o economista Wilson Chimoco.

E acrescentou: "se a reavaliação do rating não tivesse lugar, dificilmente os bancos apresentariam os resultados que apresentaram. Os bancos são os principais credores do Estado e têm na sua estrutura de balanço perto de 30% dos activos aplicados em Títulos de Dívida pública. É de lá que vêm boa parte dos resultados"

Contas feitas, em dólares, os resultados líquidos do agregado destes bancos (sem contar com o BPC) cresceram 116% ao passar de 430 milhões USD para 930 milhões USD.

BAI continua o maior em activos

Mas nem só de lucros vivem os bancos. O ranking dos maiores em activos continua a ser liderado pelo BAI, seguindo-se o BFA, o BIC, o BPC e o Standard. Aquele que é o maior banco público foi ultrapassado em 2021 pelo BIC, que ocupa agora a terceira posição, já que o banco liderado por António André Lopes viu os activos encolherem 460,5 mil milhões KZ. Ao contrário dos relatórios e contas, os balancetes não revelam detalhes sobre os números, pelo que apenas é possível perceber que essa queda nos activos do BPC se deveu, essencialmente a uma descida de 250,2 mil milhões Kz na rubrica 'Outros Activos', de 194,9 mil milhões Kz nos 'Créditos no Sistema de Pagamentos', e de 98,2 mil milhões Kz em 'Títulos e Valores Mobiliários'. O Standard Bank mantém o quinto lugar. Os activos do agregado de 20 bancos que publicaram os balancetes do IV trimestre de 2021 (incluindo BPC) recuaram 4,4% para 13.968 mil milhões Kz face ao mesmo período de 2020.

Por outro lado, a carteira de títulos e valores mobiliários destes 20 bancos recuou 14% para 4.980,8 mil milhões Kz face a 2020, equivalente a menos 838,1 mil milhões Kz. A contribuir para esta queda está a apreciação em 17% do Kwana face ao dólar verificada ao longo de 2021, o que acabou por diminuir os títulos de dívida indexada a esta moeda estrangeira. O BFA destronou o BAI no ranking dos bancos com maior carteira de títulos, com o BPC a completar o pódio. O BIC mantém o 4º lugar apesar de ter sido a redução de títulos (-295,1 mil milhões Kz) face a 2020. O Standard Bank ocupa o quinto lugar e acompanha a tendência dos primeiros quatro bancos e também viu a sua carteira de crédito cair 22%. No final do ano passado, os títulos 'valiam' o equivalente a 36% do total dos activos do agregado destes 20 bancos, uma queda face aos quase 40% que valiam no final de 2020.

Crédito subiu 6%

Ainda dentro dos activos, o crédito subiu cerca de 6%, ao passar de 2.242,9 mil milhões em 2020 para 2380,6 mil milhões Kz em J: 2021. O BIC, apesar de ter visto a 1ª sua carteira de crédito recuar :2 12% para 582,1 mil milhões Kz (- r -80,8 mil milhões), continua a liderar o ranking do crédito. O c BAI ocupa o segundo lugar, seguindo-se o BFA, o Standard e o J: Sol. O crédito vale apenas 17% do t total dos activos do agregado I destes 20 bancos. l

Entrando nos passivos, os depósitos destes 20 bancos recuaram 3,0% para 10.433,0 mil milhões Kz. Este ranking continua E a ser liderado pelo BAI, que ainda ç assim perdeu 178,1 mil milhões Kz em depósitos, seguindo-se o s BFA (-246,9 mil milhões Kz), o t BIC (-44,8 mil milhões) e o BPC t (-142,8 mil milhões Kz). O Standard mantém o 5º lugar (-13,4 r mil milhões). Contas feitas, o rácio (agregado) de transformação crédito/depósitos é de 22%, o que para especialistas é relativamente baixo. Isto porque a banca prefere apostar os depósitos dos seus clientes no mercado cambial ou no mercado de dívida pública, já que apresentam menores riscos do que o crédito. De acordo com os indicadores de solidez financeira do BNA, o rácio de malparado sobre o crédito total bruto no final de Dezembro do ano passado era de 20,26%, o que representa um aumento de 1,95 face aos 18,31% registados no mesmo período de 2020.

Quanto aos fundos próprios do agregado de 20 bancos, este recuou 23,5% para 1. 705,4 mil milhões Kz, ou seja, menos 524,3 mil milhões Kz. A maior fatia desta queda deve-se ao BPC, que em pleno programa de reestruturação viu os seus fundos próprios caírem 407,8 mil milhões Kz, passando de 623,6 mil milhões para 215,8 mil mi. O BIC, que não

tem distribuído dividendos desde o escândalo do Luanda Leaks que visou a sua maior accionista, Isabel dos Santos, mantém-se como o que lidera o ranking dos fundos próprios, seguido pelo BAI, o BFA, o BPC e o Standard.

2.3 Cooperativa de microcrédito vai ser lançada em Junho

Jornal de Angola

9 De Março de 2022

Texto: Ana Paulo

O Conselho Empresarial Juvenil de Angola (CEJA) prevê, para Junho deste ano, o lançamento da Cooperativa de Crédito para Pequenos Empresários (COPEM), com o objectivo de apoiar a classe empreendedora no país.

A informação foi avançada ao Jornal de Angola, pelo presidente do CEJA, Adilson Neto, por ocasião da sessão de balanço das actividades do conselho realizadas nos últimos dois anos.

O processo de lançamento da cooperativa já está na recta final, e segundo avançou o representante, semelhante às outras cooperativas, esta também será de gestão privada, conforme espelha a Lei das Cooperativas em vigor no país.

Adilson Neto esclareceu, ainda, que no acto de cedência de financiamento, os jovens beneficiários serão acompanhados por um gestor de contratados cedido pelo CEJA, que vai acompanhar a execução do programa, de formas a reduzir o risco de inapetência naquilo que é a devolução do capital.

"Um empreendedor passa a ter maturidade depois de dois ou três anos da execução do projecto, e conhecendo melhor o sector comercial, a possibilidade de falência é muito reduzida, daí a utilidade da cedência do gestor", frisou.

Para o gestor, os mentores para acompanhar dos beneficiários já estão a ser formados, e são provenientes de várias universidades, desde públicas e privadas, além de centros de formação profissional, peritos em administração e gestão de empresas, economia e outras especialidades.

Parcerias firmadas

De acordo com dados avançados, o CEJA conta hoje com mais de 20 parceiros sociais, número este, que tende a crescer significativamente, uma vez que as parcerias estão ligadas ao sector produtivo, centros de formação profissional, agricultura, apicultura, piscicultura e outros.

Para breve, disse, está marcada uma nova parceria com dois bancos comerciais, com os quais será possível conseguir duas linhas de crédito, que servirá de inputs para a juventude, no que toca ao desenvolvimento de projectos ligados ao sector produtivo.

Outro aspecto importante, considerou, é a questão da formação dos empreendedores, uma condição obrigatória para os jovens terem acesso ao microcrédito.

"Os jovens devem aprender e perceber o que realmente pretendem, os seus direitos e obrigações, de forma a traçarem um caminho seguro ao investimento", frisou.

Projectos em curso

O CEJA, dentro do seu plano de acção (2021-2022), tem em carteira cinco projectos, dos quais alguns já em execução, como são os casos dos projectos "Minha Estrada, Meu Sustento", o "Mais Empreendedorismo Angola" e o "Caminho do Futuro".

O primeiro projecto visa dar oportunidade aos jovens aderentes ao primeiro emprego, por via do serviço de Moto Táxi. Numa primeira fase, este programa beneficiou um total de 53 jovens na centralidade do Kilamba e nos bairros adjacentes.

O segundo, feito por meio de workshops, palestras, ciclos formativos, tem como objectivo a estruturação de um programa de formação de jovens no domínio técnico profissional, com direito a kits diversos. Ao passo que no âmbito do terceiro, a instituição já formou mais de dois mil jovens, que vão agora disseminar o empreendedorismo nas comunidades onde estão inseridos.

O CEJA controla hoje mais de dois mil associados, possui 15 instalações em seis províncias e 33 municípios. Até o fim do ano em curso, a meta é chegar às 18 províncias. Ao todo, uma cooperativa pode comportar até 400 associados, ligados à carpintaria, frio industrial, a climatização, sector das pescas, agricultura, apicultura, jardinagem e outros.

Neste momento, a instituição tem vários centros de formação, com destaque para a escola do Ramiros, com uma capacidade de até 40 formandos e no centro do distrito Urbano do Quenguela, este último o de maior capacidade, por albergar vários serviços técnicos.

O CEJA tem, no âmbito dos seus esforços empresariais, apoiado, também, mulheres com

capacidade de empreenderem, gerar emprego e renda para as famílias.

Para a concretização da aposta, foi celebrada uma parceria com a Associação das Mulheres Empreendedoras de Angola (AMEIA), que têm realizado ciclos formativos sobre empreendedorismo para jovens mulheres, que já permitiu formar mais de 700 mulheres, das quais 550 estão abaixo dos 25 anos.

"Elas receberam formação nas áreas de restauração, comércio, prestação de serviços e na venda directa de utensílios domésticos", concluiu.

2.4 Governo pretende reestruturar Projecto de Apoio ao Crédito

Jornal Expansão

18 De Março de 2022

O Projecto de Apoio ao Crédito (PAC), inserido no Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição de Importações (PRODESI), vai ser reestruturado, prevendo uma nova abordagem.

De acordo com a directora Nacional para a Economia e Competitividade e Inovação, Joffrana Xavier, que falava, esta semana em Luanda, no habitual briefing do Ministério da Economia e Planeamento (MEP), com a nova abordagem, a P AC vai dar maior resposta em número de projectos aprovados, contratualizados e desembolsados.

Uma das razões para a reestruturação do P AC prende-se ao facto do mesmo não registar novas aprovações de projectos nos últimos tempos. Neste momento estão em negociações junto da banca 99 projectos, sendo 78 do Aviso 10/20 do Banco Nacional de Angola (BNA) e apenas 21 do PAC.

A directora fez saber ainda que no geral, desde 2019, os instrumentos e produtos financeiros ao dispor do PRODESI viabilizaram a aprovação de mil e 43 projectos, com perspectiva de mais de 70 mil postos de trabalho, ascendendo a um valor aproximado de 879 mil milhões kz.

Segundo a directora, a distribuição sectorial dos projectos aprovados abarca a agricultura com 565, o comércio e distribuição (196), a indústria transformadora a pecuária (49), a pesca marítima (36), a indústria alimentar e bebidas (30), a pesca continental (28), a aquicultura (23), a prestação de serviços (3), têxtil vestuário e calçado (1).

Em relação ao acesso ao mercado interno, fez saber que continua a decorrer o cadastramento dos produtores no Portal da Divulgação da Produção Nacional (PPN), frisando que em termos acumulados, desde a sua operacionalização, o Portal comporta 55 mil 595 produtores nacionais, mais li mil 648 que na semana anterior, atingindo assim a meta programada até 2022, que é de 40 mil produtores cadastrados. Joffrana Xavier ressaltou que o PPN está numa fase de reestruturação do portal, com a vista a atender de forma mais proveitosa a necessidade de cruzamento entre a procura e a oferta

"Nesta versão, traremos uma figura de facilitador que terá a missão de unir a produção de bens e serviços disponíveis em todo o território, garantido assim o consumo prioritário da produção nacional", sustentou

G.X.

3. MERCADO INFORMAL

3.1 Omatapalo tem 90 dias para dar «novo rosto) ao Mercado do São Paulo

Novo Jornal

4 De Março de 2022

Texto: Dulcineia Lufua

As obras para a requalificação e ampliação do Mercado do São Paulo, localizado no distrito urbano do Sambizanga, em Luanda, iniciam-se no dia 14 de Março e terão a duração de 90 dias (três meses).

Segundo o calendário estabelecido pela Comissão Administrativa da Cidade de Luanda (CCL), os comerciantes serão transferidos e distribuídos até ao dia 11 do corrente mês para os mercados do Bairro Popular, da Chapada e no novo mercado do Bairro Operário.

Ao Novo Jornal, o director municipal das actividades económicas da CCL, Gaspar Domingos, explica que as obras para a requalificação do São Paulo, a cargo da empresa Omatapalo, visam dar um 'novo rosto' ao mercado fundado na década de 70 do século passado.

O responsável tranquiliza os vendedores quanto às especulações à volta do processo, garantindo que a praça não foi vendida a particulares.

"O mercado não foi dado a privados, como se tem especulado por aí; apenas será requalificado, no sentido de se melhorarem as condições de salubridade e comodidade, para se albergar o maior número de vendedores. Quando terminadas as obras, no prazo de três meses, os comerciantes regressarão aos seus postos", assegura.

Para se ter o controlo do número exacto de vendedores, prossegue o Gaspar Domingos, fez-se um registo que permitiu cadastrar 1.992 vendedores das mais diversas áreas.

Uma obra avaliada em mais de dois mil milhões Kz

As obras que darão 'novo rosto' ao Mercado do São Paulo vão custar 2,3 mil milhões de kwanzas, verbas aprovadas no final do ano passado pelo Presidente da República, João Lourenço.

Na altura, sobre o assunto, a Comissão Administrativa da Cidade de Luanda garantiu, em comunicado, que o mercado iria beneficiar de obras

de ampliação na parte térrea, com mais de mil bancadas, que serão exclusivamente para a venda de bens alimentares do campo e industriais, bem como a construção de um andar, que deveria abarcar 170 lojas para a venda de roupas e outros bens afins.

Entre as novidades, referiu a CCL, a praça do São Paulo seria contemplada com uma creche, uma escola para as vendedeiras, uma agência bancária e outros serviços de apoio ao mercado. "Pretende-se com a requalificação não só aumentar o espaço, como também proporcionar tanto aos vendedores quanto aos clientes maior comodidade", referiu.

Ainda no final do ano passado, dentre os decretos assinados pelo PR, constou a construção e reabilitação dos mercados do Kikolo (2.174 mil milhões), no município de Cacucaco, e dos Congolenses (2.259 mil milhões Kz), município de Luanda.

3.2 Preços baixam | 11,8% no mercado informal e 8,3% no mercado formal

Jornal Expansão

4 De Março de 2022

Texto: Graciete Xavier

O último levantamento de preços feito pelo Expansão aos produtos da cesta básica foi em Maio do ano passado. Voltámos agora a ir aos mercados, respeitando os mesmos produtos, formas de apresentação e marcas que tínhamos escolhido na altura. A análise recaiu em 10 produtos - arroz, coxa de frango, batata, tomate, fuba de milho, fuba de bombó, açúcar, sal, massa e óleo alimentar.

Destes dez produtos, sete baixaram os preços, um manteve, e apenas dois aumentaram, tomate e farinha de bombó. Fazendo uma média do comportamento deste grupo, a primeira conclusão é que nos últimos nove meses houve uma baixa de preços nesta "cesta", o que contraria os números da inflação que continuam a subir. Neste particular, há que destacar o fenómeno que aconteceu em Janeiro e Fevereiro, que com o anúncio da chegada dos produtos para a Reserva Estratégica Alimentar, originou uma baixa de preços generalizada em todos eles. E destes 10 produtos, oito fazem parte desta reserva

Calculando a variação percentual em cada produto e canal de distribuição, e fazendo uma média aritmética destes valores, pode concluir-se que estes dez produtos tiveram um decréscimo de preços médio de 11,8% no mercado informal e de 8,3% na distribuição organizada (super e hipermercados). Esta

diferença é facilmente explicada pela maior volatilidade dos preços nos mercados informais, onde as subidas e descidas são sempre mais acentuadas

Combate à especulação

As explicações para esta baixa de preços não se esgotam apenas numa maior oferta no mercado, e de acordo com o economista Mateus Maquiade, as razões têm também a ver com o combate à especulação e com o período pré-eleitoral que se vive. "Essa redução, no meu ponto de vista, vem de dois lados, a saber: a intervenção do estado com a fiscalização dos preços no sentido de controlar e evitar especulação, segundo, a apreciação consistente do Kwana face as principais moedas. Entretanto os benefícios ainda são irrisórios porque o IPC (Índice do Preço do Consumidor) continua em alta e as expectativas ainda são de mais inflação no curto e médio prazo. Contudo, os cidadãos vão tendo maior poder de compra", defende.

O economista afirmou também que em termos do alcance da estabilidade de preços de longo prazo o governo ainda não fez quase nada, "é preciso agir" no sentido de tentar combater a inflação com políticas monetárias e orçamentais mais expansionista e não como se tem feito porque está mais do que provado que não há êxito. Por outro lado acredita que a especulação precisa continuar a ser combatida

Produtos

A caixa de coxa foi a que registou uma maior diminuição passando de 12.000 Kz para 8.000 no mercado informal, menos 33%, sendo que no mercado formal passou de 13.500 para 9.000 Kz, uma baixa também de 33%. Já o quilo . do frango passou de 1.700 Kz para 1.500 Kz no formal, menos 11,8%, e de 1.500 Kz para 1000 Kz no informal, menos 33,3%.

O açúcar foi um dos mais baixou, sendo que na Shoprite por exemplo, o produto chegou a custar no ano passado 800 Kz, e hoje o preço que se encontra nas prateleiras é 649 Kz por quilo.

3.3 PREI já desembolsou 300 milhões de kwanzas

Jornal Economia e Finanças
4 De Março de 2022

Programa de Reconversão da Economia Informal (PREI) permitiu, em dois meses de implementação acelerada, o desembolso de um valor de 300 milhões de kwanzas em microcréditos a favor de agentes

formalizados junto das entidades mobilizadas pela iniciativa do Governo.

De acordo com o director do Gabinete para a Política e População do Ministério da Economia e Planeamento, Celso Borja, estão registados, até ao momento, nove mil pedidos, entre quitadeiras de bancada e sem bancada, além de comerciantes que vendem à volta dos mercados.

Os beneficiários manifestaram interesse em aceder a montantes não muito alto, desde que o desembolso viabilize e potencie o seu negócio. O microcrédito varia de 50 mil até sete milhões de kwanzas.

Numa primeira fase, o processo de microcrédito prioriza os agentes já organizados, que submeteram os processos e cumpriram com as propostas e critérios exigidos pelas Sociedades de Microcrédito envolvidas para este fim.

"O microcrédito vai apoiar uma classe de empreendedores precários e estes não têm garantias reais exigidas a prestar, tanto que haverá por parte dos financiadores alguma flexibilidade", garantiu.

Reacção do mercado

Algumas comerciantes que actuam nos mercados informais de Luanda reconhecem que o Programa de Reconversão da Economia Informal (PREI) veio dar oportunidade às mesmas para trabalharem de forma reconhecida, organizada e com possibilidade de expandirem o negócio, sobretudo no que toca ao acesso ao microcrédito, empréstimo que vai melhorar a vida da classe e de terceiros.

Uma das distribuidoras de produtos do campo a nível do Mercado do Asa Branca e do Km 30, Domingas Rafael, beneficiou do processo do PREI, cumprindo com todas as fases do processo.

A vendedora pretende aderir ao microcrédito, pedido já feito para facilitar o escoamento dos produtos em grande escala, como tomate, pimenta, cenoura, pepino, abóboras, batata rena, batata-doce, banana, verduras e outros, que se não forem escoados a tempo acabam por estragar no campo.

A propósito do campo, a pequena camponesa é proprietária de três lavras de grande dimensão, localizadas na província do Bengo, município do Icolo e Bengo.

Domingas Rafael pretende comprar uma mota de três rodas, vulgo "avô veio", a fim de transportar os produtos da fazenda ao centro de Icolo Bengo, já que na zona de lavoura as vias se encontram totalmente

degradadas, servindo de impedimento a chegada dos veículos ao local.

"Como produtora e comerciante, vendo os produtos às comerciantes do mercado do Km 30 do mercado do Asa Branca, minhas eternas colegas", reconheceu.

Domingas Rafael confessa ter aderido ao PREI com a finalidade de produzir e vender mais.

E como as vias de acesso são difíceis, para o escoamento rápido dos produtos, faz-se necessário ter uma motorizada de três rodas, instrumento a todo terreno capaz de aguentar a via, já que uma carrinha não suportaria, acabando por estragar-se em pouco tempo, como acontece com outros camponeses.

Domingas Rafael, além de ter feito o cadastramento, também já adquiriu o cartão de vendedora, inscrição à AGT, Segurança Social e outros passos, para chegar ao processo de microcrédito, que permitirá comprar a ansiada mota de três rodas.

Domingas Rafael é comerciante desde os 16 anos de idade, no tempo em que não existiam mercados formais, mas sim campos, como são os casos do Angola e Cuba, Areia, Curtume e ODP, este último onde está, actualmente, o mercado do Asa Branca.

Naquela época, Domingas Rafael começou com vendas de paracuca e doces diversos. Com o passar dos anos, conseguiu abrir uma barraca (casa de construção precária) para comer e beber, actividade que abdicou para dedicar-se então ao campo.

Além de aderir ao PREI, a comerciante tem participado também nas Feiras de Produção Nacional, que decorrem a nível do país, no âmbito do Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações (PRODESI).

"A última feira em que participei foi em Catete, onde ofereci umas das maiores abóboras ao vice-governador de Luanda", recordou.

Quem já faz parte da lista das contempladas do programa é a cidadã Meury Milagre, detentora de uma cozinha na sua própria residência.

Antes desta ocupação, era funcionária de uma empresa de "tradução de documentos", que, infelizmente, devido a pandemia da Covid-19 que acabou por encerrar as portas, deixando muitos desempregados.

Solteira e com casal de filhos, Meury Milagre teve que encontrar uma outra alternativa de sobrevivência.

Optou em apostar na culinária "dom" que já corria nas veias, mas não praticava

Com este projecto pessoal, a vendedora pretende ampliar o negócio com a abertura de um restaurante com maior dimensão e para que tal facto aconteça, decidiu abraçar o Programa de Reconversão da Economia Informal (PREI) cumprindo também em todos os processos, até chegar ao pedido de microcrédito

O microcrédito varia de 50 mil kwanzas até sete milhões.

No caso da Meury Milagre, optou por não divulgar o montante que pediu, considera-o ainda como um segredo e surpresa para muitos, em particular, para os familiares.

Hoje, tem o cartão de vendedora, é reconhecida na AGT com direito a número de contribuinte, no INSS, bem como aderiu à formação empresarial promovida pelo INAPEM, com direito a certificado de empreendedor.

"Com estas fases concluídas, dirigi-me ao GUE a fim de tratar os documentos da empresa, porque um negócio sem ser reconhecido não terá sucesso e muito menos conseguiria aceder ao microcrédito", reconheceu a beneficiária Meury Milagre, que apelou a população alvo a aderirem ao processo porque sairão a ganhar) com o resultado final.

Admite que os empreendedores angolanos têm a tendência de ficar muito na informalidade e, como consequência disso, o Governo não os reconhece, porque não contribuem com as taxas e impostos e muito menos pagam as contribuições que garantem o bem-estar, no caso ao INSS

Por sua vez, Luzia António proprietária de uma pequena Boutique de vestidos de noivas declarou, que aderiu ao processo para ter acesso ao microcrédito e com ele aumentar o negócio.

Comerciante no mercado do (Asa Branca, há 15 anos, Luzia António pretende com os benefícios do PREI aumentar o stock que se encontra vazio, desde 2020 por não mais conseguir deslocar-se ao exterior do país devido à pandemia da Covid-19.

Segundo conta, esta fase trouxe não só constrangimentos, impedindo deslocações entre continentes, como também, atingiu a banca, originando a escassez de divisas e cortes na cedência de créditos

"Quando ouvi falar do processo de cadastramento do PREI e que o mesmo chegaria ao nosso mercado, foi um alívio, porque será o socorro para a resolução de muitos constrangimentos comerciais que venho atravessando", realçou Luzia Antônio.

Reconhece estar consciente que o benefício não será apenas para ela, como também para os futuros cidadãos que poderá empregar com a ampliação do negócio já que além dos vestidos de noiva, no negócio estão ainda incluídos outros tipos de vestuários, cosméticos, perucas, calçados e outros.

O programa de Reconversão da Economia Informal (PREI), foi também implementado no mercado do Zango I.

As primeiras contempladas foram as cidadãs Helena Francisco e Bibiana Cassule, ambas vendedoras de materiais de construção.

Helena Francisco vendia produtos alimentares diversos e vestuário provenientes da China, deixando-a para dedicar-se à venda de materiais de construção.

Tendo em conta o actual contexto económico, Helena Francisco disse que o negócio baixou, significativamente, culminando na falta de stock.

Com estes constrangimentos, optou por aderir ao PREI, no sentido de aderir ao financiamento para levantar o negócio, comprando novos materiais junto dos fornecedores

Por sua vez, a exercer a actividades há mais de 30 anos, Bibiana Cassule é vendedora do mercado do Zango I há oito anos.

Diferente da colega, já vendeu materiais de construção em vários mercados de Luanda, tendo passado pelos mercados do Cala Boca, Madeira e do Kifica.

Bibiana Cassule é também proprietária de uma cantina que se encontra fechada e de uma esplanada de venda de bebidas a retalho que carece de mais investimento.

Tendo em conta estas necessidades, a vendedora decidiu registar-se no PREI, no sentido também de adquirir o microcrédito.

"A falta de meios é que me incentivou a aderir ao programa e quando lá cheguei, encontrei ainda mais oportunidades, como a inscrição à AGT, formação empresarial, cartão de vendedora e outros", frisou

. Reconhece que o apoio que o Estado está a dar à classe é positivo e faz votos que continuem a ser lançados novos programas que facilitem os comerciantes.

3.4 Moto-taxistas criam cooperativa

Jornal de Angola
7 De Março de 2022

Uma cooperativa de Moto-Taxi foi criada, sexta-feira, no município de Viana, em Luanda, numa iniciativa do Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher (MASFAMU) e parceiros, com o objectivo de gerar mais postos de trabalho para os jovens.

A cerimónia de lançamento do projecto, que se estenderá em outras regiões do país, foi presidida pela titular da pasta do MASFAMU, Faustina Fernandes Inglês Alves, na presença do vice-governador da província de Luanda para o sector Político, Económico e Social, Dionísio da Fonseca e do administrador municipal de Viana, Demétrio Sepúlveda.

De acordo com a ministra, o projecto-piloto, que arrancou no município satélite, vai proporcionar uma oportunidade de trabalho e renda aos jovens que se mostram resilientes e almejam melhorar a sua condição de vida e de suas famílias.

Faustina Alves informou que com a aprovação da Política Nacional da Acção Social, o ministério procura estabelecer as bases teóricas e metodológicas para uma plataforma integrada, de forma a garantir as famílias em situação de vulnerabilidade, um nível de vida digno e o acesso aos serviços básicos.

A ministra disse, por outro lado, que em 2021, o sector integrou 34 mil cidadãos em actividades geradoras de rendimento com maior incidência no empoderamento socioeconómico das famílias.

Contudo, salientou, para se dar continuidade a este projecto, o MASFAMU se junta a esta iniciativa com os parceiros sociais com o propósito de dinamizar uma cooperativa de associados que vai beneficiar 30 jovens numa primeira fase para a inclusão produtiva.

Indicou que o MASFAMU congratula-se com esta parceria, que engloba acções de capacitação e o acesso a iniciativas de inclusão produtiva de jovens com capacidade produtiva em situação de vulnerabilidade, e que sempre devem estar alinhados ao Programa Integrado de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza.

Durante a cerimónia foram entregues 10 motorizadas de três rodas a jovens para o serviço de moto-taxi para o auto sustento das famílias.

Enquanto isso, o responsável da Associação para Voluntário Solidário de Angola (AVOSA), Jorge Muinga, agradeceu o gesto e prometeu conservar bem os meios entregues. Foi igualmente assinado um protocolo de parceria entre as empresas Hebrumel e AVOSA, que visa dinamizar a referida cooperativa.

3.5 Comboio expresso inaugural chega ao Luau com 60 passageiros

Jornal de Angola
9 De Março de 2022

O comboio expresso do Caminho-de-Ferro de Benguela (CFB) inaugurou, terça-feira(9), a rota Lobito (Benguela)/município fronteiriço do Luau (Moxico), a sua última estação, com 60 passageiros a bordo.

Após ter partido às sete horas de segunda-feira da estação do Lobito, com cerca de 140 passageiros a bordo, passando pelas cidades do Huambo, Cuito e Luena, o comboio expresso chegou ao Luau, de ontem, num percurso de mil 866 quilómetros.

Em declarações à Angop, Rosa Cambambo, uma das passageiras que viajou do Lobito ao Luau, disse que o aumento deste serviço poderá facilitar a circulação das pessoas na promoção de negócios e outras actividades particulares.

Segundo uma nota do CFB, os bilhetes para a rota Lobito-Luau, para este comboio especial, passam a custar 21 mil 850 kwanzas, a 1ª classe, 18 mil 850 kz do Huambo-Luau, 17 mil 350 kwanzas do Cuito-Luau e 10 mil kz do Luena-Luau.

Para os camarotes, do Lobito-Luau os bilhetes custarão 24 mil 850 kwanzas, Huambo-Luau 21 mil 850 kz, enquanto para o troço Cuito-Luau serão comercializados no valor de 20 mil e 350 kwanzas.

Com condições de padrão internacional entre carruagens com camarotes, toilets e restaurantes climatizados, música ambiente e televisão, o comboio expresso parte às segundas-feiras do Lobito, com chegada prevista ao Luena, à madrugada de todas as terças-feiras.

O CFB é a maior ferroviária de Angola, que sai do Lobito, na província de Benguela, até ao Luau

(Moxico), com 67 estações em mil e 866 quilómetros de extensão de linha férrea.

3.6 GPL vai requalificar quatro mercados de Luanda ainda este ano

Jornal Expansão
11 De Março de 2022
Texto: Graciete Xavier

Quatro grandes mercados serão ampliados e modernizados, este ano, nos municípios de Luanda, Kilamba Kiaxi e Cacucaco, segundo uma nota publicada pelo Governo provincial. A nota refere que serão modernizados os mercados dos Congolenses e do São Paulo, nos distritos do Rangel e Sambizanga (Luanda), dos Correios (Kilamba Kiaxi) e do Kikolo (Cacuaco).

Enquanto isso, os vendedores que tiverem de sair, temporariamente, dos seus locais de trabalho serão distribuídos para outros mercados, já determinados.

" Com essa requalificação, o Governo da Província de Luanda pretende, não só ampliar os espaços, mas, também, proporcionar maior comodidade aos utentes, tanto vendedores como clientes" lê-se no documento.

Todos os vendedores, prossegue a nota, foram cadastrados para, quando as obras terminarem, voltarem aos seus postos, sem sobressaltos.

Entretanto, as vendedoras do mercado do São Paulo, no distrito urbano do Sambizanga, município de Luanda, manifestaram-se insatisfeitas com a transferência, nos próximos dias, para outros mercados, alegando não ter existido aviso prévio por parte da administração.

Os vendedores queixam-se do facto de não terem sido informados antecipadamente sobre a transferência, situação que lhes vai criar constrangimentos no exercício da actividade.

Já o administrador do distrito urbano do Sambizanga, Orlando Paca, disse que a informação da requalificação do mercado foi transmitida em Janeiro, e as quitadeiras foram orientadas a estarem preparadas, pois seriam transferidas para outros espaços.

De acordo com Decreto Presidencial 199/21, de 22 de Novembro, as obras de requalificação do mercado do Kikolovão custar 2.174 milhões Kz, a reabilitação

e ampliação do mercado dos: congolenses custarão 2.259 milhões Kz e do São Paulo estão avaliadas em 2.344 de milhões Kz. O documento assinado por João Lourenço não avança o valor que será aplicado da recuperação do mercado dos Correios

O investimento público nestes mercados da Capital vai ultrapassar os 12 milhões USD.

3.7 Pescadores do Bengo querem de volta centro de apoio à pesca artesanal.

Jornal Expansão

11 De Março de 2022

Texto: Graciete Xavier

Os armadores da comuna da Barra do Dande, na província do Bengo, solicitaram ao Ministério da Agricultura e Pescas, a devolução do Centro de Apoio à Pesca Artesanal, que lhes foi retirado, há mais de 10 anos, para a conservação do pescado e desenvolvimento de outras actividades de pesca.

O presidente da cooperativa Muquengueji Manuel Francisco, afirmou para imprensa local que as instalações foram construídas para os pescadores (de acordo com o Instituto de Pesca Artesanal, IPA, em 2002), num terreno dos mesmos, seguindo orientações impostas pelo Banco Africano de Desenvolvimento, que financiou a construção da infraestrutura.

O centro, adiantou, seria para os pescadores da localidade, representados pela cooperativa Muquengueji.

Depois de concluído, continuou, os pescadores foram retirados das instalações, sendo a mesma entregue a um gestor privado.

Por esta razão, e, apesar do tempo, em Novembro do ano passado, a associação dirigiu uma carta ao Ministério da Agricultura e Pescas onde espelha toda a situação e incursões feitas para que o sector resolva da melhor forma possível a situação.

"Neste momento aguardamos a decisão do ministério", pontualizou. Com três cooperativas de pescas (Muquengueji, Nosso Sonho e Salakiako), 120 embarcações e aproximadamente 90 armadores, na maioria homens, os pescadores desta localidade praticam a pesca artesanal.

Nos últimos três anos, disse, os índices de captura têm estado a reduzir, pelo que, sugerem ao sector um estudo para determinar as causas, assim como as

medidas a tomar. Em termos de capturas, em média as associações da Barra do Dande capturam 150 quilos/dia de peixe diverso (pesca de fundo), e 400 a 1000 quilos/dia, em média, de sardinha e outras espécies de superfície.

O Centro de Apoio à Pesca Artesanal da comuna da Barra do Dande, foi construído numa área de 100 metros de comprimento e 76 de largura. A infraestrutura comporta uma fábrica de gelo, câmara de conservação de 40 pés, uma bomba de combustível, secadoras, geradores, faltando o porto cais que não foi construído.

3.8 Recuperação passa pela inclusão económica e financeira das mulheres.

Jornal Expansão

11 De Março de 2022

Texto: Graciete Xavier

Apostar no capital humano feminino "ajudaria África Subsariana a recuperar da pandemia da Covid-19 e a reforçar as suas perspectivas sociais e económicas", defendem três dirigentes do Banco Mundial, num artigo evocado pelo FMI, a propósito do Dia Internacional da Mulher, data aproveitada pela União Africana (UA) para apelar aos Estados- membros para "priorizarem o desenvolvimento de estratégias, políticas e quadros regulamentares inclusivos".

A inclusão económica e financeira das mulheres passa, segundo o presidente da Comissão Africana, Moussa Faki Mahamat, por uma actuação conjunta em questões cruciais, como o "acesso aos recursos e serviços financeiros", acesso à "propriedade da terra, património e outros valores produtivos, bem como habilidades e informações para o mercado".

A ligação entre a educação das raparigas e os ganhos económicos em África "estão bem estabelecidas" em diversos estudos, como sublinham as técnicas do Banco Mundial-Hana Bixi, Laura Rawling e Elizabeth Koechlein- no artigo, onde apresentam um plano para a promover o capital humano feminino

A cada ano adicional de escolaridade "aumenta os rendimentos de um homem em 11% enquanto nas mulheres esta taxa sobe para os 14%", referem, evidenciando que os investimentos que hoje beneficiam as mulheres têm reflexos positivos nas gerações futuras.

Apesar disso, as mulheres são sempre mais prejudicadas em momentos de crise, porque estão em maioria no sector informal e pelas suas obrigações

familiares e maternas, além dos quadros sociais e culturais vigentes, referem, coincidindo com a opinião de Moussa Faki.

As três técnicas do Banco Mundial apresentam um quadro "4 E" de actuação para "orientar os investimentos no capital humano das mulheres".

Em primeiro, apostar na educação e competências para futuros empregos, que inclui escolas acessíveis e de qualidade. Em segundo, melhorar os direitos de saúde sexual e reprodutiva, com a acesso a serviços de saúde sexual e reprodutiva, de qualidade e a preços acessíveis. A inclusão económica e o acesso ao emprego é o terceiro pilar e o quarto é o empoderamento das mulheres, dando-lhes voz, o que implica a "mudanças de normas sociais e de género, que ajudem a libertar mulheres e raparigas do flagelo do casamento infantil, das gravidezes indesejadas e da violência baseada no género"

C.B.

3.9 PREI formaliza 5.163 agentes económicos em Malanje

Jornal de Angola

14 De Março de 2022

Um total de 5.163 agentes económicos, que exerciam actividades não legalizadas, foi formalizado, de Janeiro até à presente data, na província de Malanje, no âmbito do Programa de Reconversão da Economia Informal (PREI).

Trata-se, essencialmente, de microempreendedores espalhados pelas artérias da cidade de Malanje e vendedores de bancada e ambulantes do mercado da Xawande, que até então desempenhavam a actividade económica de forma ilegal, alguns dos quais também beneficiaram de microcréditos.

A informação foi dada, no sábado, à Angop, pelo coordenador regional Norte do PREI, Moniz João.

3.10 Credenciados 110 mil agentes informais

Jornal de Angola

16 De Março de 2022

Texto: Ana Paulo

O Programa de Reconversão da Economia (PREI), permitiu, até à presente data, a formalização de 110 mil microempreendedores, dos 143 mil registados desde o início do processo em 2019 até ao dia 15 de Março deste

A informação foi avançada, ontem, pelo director nacional do Gabinete de Políticas de População do Ministério da Economia e Planeamento (MEP) e coordenador técnico do Programa de Reconversão da Economia Informal (PREI), Adriano Celso Borja, que referiu, igualmente, que o programa foi reforçado com o processo de aceleração que decorre a nível de 17 mercados informais do país.

O responsável, que apresentou o balanço das actividades sobre o processo, realçou que as jornadas de registo e formalização cobriram, até ao final do mês de Fevereiro, 15 mercados municipais, permitindo a transição efectiva para a formalidade de mais de 89 operadores económicos.

Na última semana, a campanha foi relançada no mercado do Catinton, na província de Luanda. Para outros mercados, o director do Gabinete para Política de População, Adriano Celso Borja disse que a actividade será retomada na província do Namibe nos mercados dos Eucaliptos e 5 de Abril, com uma capacidade instalada de operadores a rondar seis agentes. Por um lado, tendo em conta o bom desempenho do programa, disse, MEP pretende criar mais incentivos sociais ao fluxo de formalização, designadamente, o processo de alfabetização dos grupos etários vulneráveis, isto é, vendedores dos mercados e os seus dependentes.

Reforço financeiro

Neste processo, frisou, que ao abrigo do Decreto Presidencial 98/20, existe uma linha de dois mil milhões de kwanzas, mas está a ser feito um esforço no sentido melhorar o número de desembolsos, apenas alinhado aos operadores económicos informais. O desembolso do microcrédito cedido no âmbito do PREI continua a rondar os 300 milhões de kwanzas.

A actual linha, esclareceu, indica actividades específicas relacionadas às áreas de processamento alimentar, cadeia do agronegócio, reciclagem e outras, áreas, estas, que a maioria dos agentes informais registados não exercem.

3.11 ADECOR defende tribunal de resolução de conflitos

Jornal de Angola

17 De Março de 2022

A Associação de Defesa do Consumidor (ADECOR) defendeu, esta semana, a criação de salas de resolução de conflitos de consumo junto dos tribunais para atendimento rápido de processos dessa natureza.

Numa conferência de imprensa, em alusão ao Dia Mundial dos Direitos do Consumidor, assinalado a 15 de Março, o jurista, Tomás José, apontou essa como uma das situações que dificulta a resolução, célere, dos problemas de consumo entre fornecedor vendedor e consumidor.

Em Angola, os conflitos de consumo surgidos da relação entre fornecedor vendedor e consumidor são atendidos nos tribunais comuns, mas o entendimento da ADECOR é que seja criada uma sala só para tratar desses casos.

O técnico disse também que tem sido difícil advogar causas dos consumidores por falta de uma lei complementar que regule a matéria sobre fornecimento dos serviços públicos essenciais.

Tomás José referiu ainda que existe uma confusão de funções e de procedimentos de actuação entre operadores da defesa do consumidor, nomeadamente, ADECOR, INADEC e a ANIESA.

O presente conflito, disse o jurista, antes verificava-se entre a ADECOR E o INADEC, mas agora registam-se choques com técnicos da ANIESA, "que os proíbe de realizar inspecção aos estabelecimentos comerciais.

3.12 O Cágado e as Palavras do Silêncio

Jornal de Angola
17 De Março de 2022

Quem terá sido o alfaiate que inventou um bolsinho do lado esquerdo da parte de cima frontal dos casacos e uma quase casa de botão? O bolso, no mais das vezes, para colocar um lenço condizendo com a gravata ou não, dobrado de um jeito especial, como os guardanapos em alguns restaurantes chineses, segura-se a ponta do lenço e introduz-se no bolso ressaltando uma exuberante flor relembrando o tempo de Alcapone, o célebre gangster americano.

Mas há várias lençotices e a que vai e vem sempre na moda de políticos e executivos é aquele de uma pontinha horizontal a toda a largura do bolso.

Mas separemos a ginguba do bombô. Não foi um alfaiate no que toca à lapela. Vitória que ia ser rainha de Inglaterra, noivando com o príncipe Albert, ofereceu um pequeno ramo de flores ao pretendente. Ele, de romântico e gentil mas também de fantasista, sacou de um canivete, abriu um corte na lapela do lado esquerdo do casaco e colocou as flores aí presas por um alfinete de forma que os aromas daquelas flores lhe entrassem pelas narinas como os aromas do

corpo de Vitória e penetrassem em tudo o que era Albert, o inventor da casa na lapela que os alfaiates logo começaram a copiar a patente e a moda a expandir-se. Lenço no bolso e flor na lapela e assim parece que todos os convivas se aperaltaram para o casamento real. Era a rainha Vitória que, entre outras coisas, ainda hoje é famosa porque o invasor e explorador David Livingstone quando em 1855 se deslumbrou a olhar para as cataratas de Mosi-ao-Tuya, que quer dizer fumo que tropeja, situada entre aquilo que hoje é a Zâmbia e o Zimbabwé, o tal invasor, imagino que tirou o capacete tal o deslumbramento e vai daí, na moda que ainda hoje existe, para engraxar e prestar vassalagem à rainha mudou o nome para Cataratas de Vitória.

No fim da minha infância, chegaram a Nova-Lisboa os chuingas, pastilha elástica cor-de-rosa que as mães alertavam que no caso de se engolir se morria. Tudo tretas. Nós guardávamos a elástica colando-a em qualquer canto de mesa e no dia seguinte, às escondidas, íamos ao açucareiro e a pasta ficava abastecida para voltar à boca. Até que chegaram as que faziam balão e ainda cada uma com aquilo a que hoje se chama cromo para colecção e jogar na parede. Fotografias de artistas de cinema. Se a minha caísse em cima de outra rapava aquela, julgo que era assim. E quem tivesse repetidas trocava para tentar completar o que nunca mais acabava. Depois chegaram com bandeiras de chapa. Bandeiras de países e o jogo e a troca prosseguiam.

Hoje penso que éramos comandados à distância.

Mas a conversa era de lapelas. No tempo do Mao da China. Os casacos tinham também bolsinho, botões de alto a baixo e uma golinha quase só para pôr a chapinha com a cabeça de Mao Tse Tung. Aqui, antes, ainda na minha infância via pessoas com emblemas de clubes na lapela.

Depois, entre as vésperas e a seguir à independência é que foi uma enchente de bandeirinhas de lapela. Chegava um soviético ao meu gabinete e oferecia-me a bandeirinha da foice e martelo ou um Lenine de bigodaças para a lapela. E vinha um cubano e vai daí uma bandeirinha de lapela, um Fidel e um CheGuevara. E os da Coreia do Norte com o pai do oriente contando com as próprias forças. Foi um fartote de bandeiras.

O tempo passou, veio o tempo da globalização, alavancas. empreendedorismo, invasão do Iraque por não ter armas nucleares. Mas foi após a hecatombe das torres que Bush e os seus colaboradores passaram a usar bandeirinhas de lapela e o fenómeno espalhou-se numa simbologia de vitória e patriotismo com exemplos curiosos. Assim, por exemplo, o muata da

oposição em Portugal, saído pela porta dos fundos, exibe uma grande bandeirinha de lapela. E dos clubes é bué, os torcedores mais ricos e empenhados, exibem emblemas de lapela com pedras preciosas. Quem sabe se um dia os políticos começam a copiar os estádios passando a usar cascóis com as cores e palavras de ordem de seus partidos?

Outro dia, em La Habana, vi um diplomata angolano com um lindo emblema de Angola. Dourado. Estive vai-não-vai para lhe cravar um. Mas achei que era muito grande. Na nossa embaixada em Portugal, vi um mais pequeno e mais bonito. Cravei e ganhei três. Ia para uma conferência vestindo camisola preta. Só que não tinha lapela, nem canivete e não me chamava Albert. Matumbice! A coisa era moderna. Desenroscava-se de uma tampinha que ficava por dentro. O emblema tinha um pequeno parafuso aguçado na ponta. Do lado do coração, furei a camisola com o parafusinho do emblema e por dentro fui apertando a pontinha. Logo à porta da conferência alguém quis espreitar e dizer: bonito, Angola no coração...

Agradei com um muxoxo. Quando usava da palavra, via que todos queriam ver o que brilhava do lado do meu coração. Fui aplaudido de pé. E ainda há quem não acredita na quântica e magnética química de nossos ancestrais.

3.13 Cantinas e informais continuam a cobrar 10 % por levantamentos nos TPA's

Jornal Expansão

18 De Março de 2022

Texto: Mirene da Cruz

Para evitar as longas filas nos multicaixas, é cada vez mais frequente pessoas recorrerem ao levantamento de dinheiro nas cantinas e outros estabelecimentos informais, e apesar de o BNA ter limitado essas cobranças a 1%, os clientes continuam a pagar 10% por levantamento.

De acordo com uma ronda do Expansão a bairros e mercados informais na cidade de Luanda, por cada dez mil kz 'levantados' os clientes são 'obrigados' a deixarem mil a quem lhes presta o serviço. O BNA ditou regras à prática, mas comerciantes não cumprem, até porque muitas vezes estes clientes não conseguem levantar o dinheiro nos multicaixas que, ou estão sem dinheiro, ou fora de serviço.

Quando o banco central fez sair instrutivo n. o 12/2021 de 14 de Setembro, criou-se a expectativa que estes 'levantamentos' estariam obrigados a

cumprir a norma, até porque para início deste serviço, os estabelecimentos comerciais, sendo cantinas ou lojas, devem celebrar um contrato de aceitação com o banco comercial que disponibilizar o Terminal de Pagamento Autorizado. No instrutivo fica expresso que a comissão do estabelecimento deve ser de 1% do valor do levantamento, mas praticamente ninguém cumpre

Nesta ronda feita pelo Expansão, alguns proprietários de cantinas disseram que até tomaram conhecimento da decisão do Banco Nacional de Angola, mas ainda assim cobram a taxa que varia entre 5% e 10% por cada levantamento, porque os clientes já estão habituados.

"Eles já estão conscientes dos 10% pelo serviço, por isso não baixei" disse Eduardo, dono de uma cantina O 'Baixinho', como é tratado pelos clientes, disse que nem sequer viu o instrutivo do BNA, mas que mantém a cobrança dos 10% para "cobrir o papel e a tinta" que gasta com os recibos das operações.

"Temos gastos e precisamos de os cobrir", referiu, ao acrescentar que eles, as cantinas e outros estabelecimentos comerciais, têm estado a fazer um papel importante para "atender a necessidade das pessoas em terem dinheiro em mãos", reflectiu.

Mas há quem tenha preferido por parar com os levantamentos no seu estabelecimento, como é o caso de Osmani, com o argumento de que vai perder dinheiro com a taxa estipulada

"Agora só faço em situações de urgência, porque 1% pela ajuda que damos às pessoas", confessou.

Apesar da medida do BNA Paula Miguel, usuária do serviço disse que continua socorrer-se desta alternativa devido às poucas máquinas operacionais disponíveis na sua zona de residência, provocando longas filas soas para se ter acesso ao dinheiro, ou então ter que chegar até ao centro da cidade onde oferta de máquinas.

"Contam-se os ATM's em Viana, por isso uso sempre está solução

", Referiu ao confirmar sabe estar a perder a dinheiro com estas operações

Também em Viana, André mantém as cantinas como "ATM informal", pela necessidade em ter valores em mão. O nosso mercado ainda é muito informal, por isso aceitamos certas situações como esta", considerou o funcionário público

Já Ernesto da Costa contou que também continua a usar este serviço de livre e espontânea vontade,

porque "os donos das cantinas nem publicitam os serviços, às pessoas é que vão à procura

Cabe, no entanto, às autoridades responsáveis prestar atenção à prática para exigir o cumprimento instrutivo, o que Ernesto considera impossível, dado o nível de informalidade dos serviços

3.14 Negócio “desacelera” e kinguilas começam a desaparecer das ruas de Luanda

Jornal Expansão

18 De Março de 2022

Texto: Faustino Diogo e José Gongga

"Já não é como era antes. Está cada dia mais difícil," é hoje uma das frases mais ditam pelas kinguilas da capital do país, que dias após dia vão deixando os pontos onde há pouco mais de dois anos proliferavam casas de câmbio a céu aberto e operações cambiais clandestinas. Hoje, com a reforma da política cambial iniciada em 2018 pelo Banco Nacional de Angola (BNA), mas também a sua política monetária restritiva e as reformas ao sistema financeiro tornaram o mercado informal quase insignificante.

"A culpa é da falta de kwanzas.

Os clientes queixam-se que não têm dinheiro", disse ao Expansão uma kinguila que trabalha no centro da cidade de Luanda.

Nem mesmo a desvalorização do dólar face ao kwanza tem aumentado o número de clientes. "A situação agravou nos últimos meses e apesar do dólar ficar mais barato os clientes continuam a ser poucos", garante a mulher, que vive deste negócio de rua há mais de 20 anos.

Para esta vendedora informal de moeda estrangeira, a situação está tão fraca que nem a polícia "chateia". "Antes andavam regularmente atrás de nós. Agora ignoram os completamente porque vêem que as coisas não estão bem", adianta. O ambiente é semelhante nos vários pontos visitados pela nossa reportagem. O acenar de notas nas mãos deixou de ser uma realidade, independentemente do ponto de troca.

Era comum perto dos bancos comerciais, estacionamento e supermercados, a presença de kinguilas é hoje praticamente inexistente, o que contrasta com anos anteriores em que o gap cambial, o diferencial entre a taxa de câmbio da rua e o oficial estava acima dos 100% e permitia ganhos avultados.

A estratégia passa por se concentrarem em sítios onde ainda se consegue algum volume de negócios. O Expansão apurou que apenas os pontos de maior fluxo resistem à reforma cambial, com os pequenos pontos a tornarem-se mais escassos a cada dia que passa.

Até no bairro Mártires de Kifangondo, tido como principal ponto de venda de moeda estrangeira, as ruas começam a ter mais espaço livre com a redução dos pontos de troca. O cenário já não é igual ao de outros tempos, onde um elevado número de cidadãos estrangeiros e nacionais se deslocava ali à procura de quem fazia o melhor preço para as notas de 100 dólares ou euros. Gabriel é cambista nesta zona há mais de sete anos e reconhece que os últimos tempos têm sido muito difíceis. "Não é mais como antes. Há alguns anos podíamos processar na compra e venda um volume muito grande. Há três anos que o mercado ficou assim. Não tem sido fácil, agora temos de esperar que os clientes nos liguem", lamenta.

Já Gaspar Jota (nome fictício), que chegou ao País há dois anos, atraído pelo negócio de venda de moeda, sente-se desiludido com a situação que no seu entender não corresponde com os relatos que o atraíram para Angola

"Vim porque os meus colegas garantiram que o negócio era rentável e em dias bons podíamos ter trocas de milhões de dólares. Mas desde que estou aqui ainda não tive esta oportunidade", desabafa, desalentado, o homem que deixou mulher e três filhos com o sonho de se tornar um kinguila de referência na zona.

Devido à baixa procura nesta zona de Luanda a disputa pelos clientes é renhida. Se antes bastava estar sentado e aguardar, hoje o cenário mudou. "Antes os clientes procuravam-nos. Agora lutamos por eles. Se um carro se aproxima corremos todos a ver quem faz negócio", remata o nosso interlocutor.

Mas não são só estrangeiros que se dedicam ao negócio do câmbio no Mártires de Kifangondo. Também há senhoras que vão resistindo de baixo das suas sombrinhas, com algumas alternativas à mistura para conseguir levar algum dinheiro para casa.

Dona Domingas confirma ao Expansão que tem dias inteiros que não consegue vender ou comprar uma nota. E para ganhar algum "trocado" para casa aposta hoje noutra negócio na sua banca. "Desde segunda-feira (14 de Março) que não consigo sequer uma operação (compra ou venda de moeda estrangeira), mas tenho que continuar", disse.

"Enquanto estou aqui à espera de algum cliente vou vendendo saldos de telefones e algumas perucas que vão dando alguns trocados para aguentar em casa", explicou.

Aliás, esta prática de venda de pequenas coisas está a massificar-se entre as kinguilas que, em alguns casos, também operavam emprestando dinheiro com altas taxas de juro. "Até isso reduziu. E as pessoas que antes vinham regularmente buscar dinheiro deixaram de o fazer", disse. O diferencial entre o mercado cambial formal e informal que reduziu significativamente comparativamente ao início da implementação da reforma cambial tem retirado algumas "kinguilas" das ruas de Luanda.

"Já não se ganha como antes porque a diferença já não é como a de outros tempos. Ficar todo o dia na rua e às vezes não ganhar nada não dá", disse uma mulher num dos pontos da rua Rainha Ginga.

Esta kinguila prefere agora aguardar por contactos telefónicos de clientes que fidelizou ao longo dos anos. "Já não compensa ficar na rua. Agora aguardo que os meus clientes telefonem. Mesmo assim está difícil", conclui a mãe de 4 filhos.

Banca também sente baixa na procura

A baixa procura de moeda estrangeira também está a registar-se no sistema bancário, que até há poucos anos não conseguia responder às solicitações dos clientes, que aguardavam vários meses para que as solicitações fossem atendidas.

A possibilidade dos bancos poderem comprar moeda estrangeira directamente a petrolíferas aumentou a oferta, segundo fonte contactada pelo Expansão. "Antes dependíamos praticamente apenas do

BNA. Hoje o cenário mudou e como passamos a poder negociar com as petrolíferas directamente na plataforma electrónica de negociação de moeda estrangeira da Bloomberg, a situação melhorou significativamente", disse.

De acordo com a fonte, situações há em que a solicitação do cliente é atendida no dia. "Antes era impossível concretizar um pedido no dia. Hoje já começa a acontecer. Isso significa que a disponibilidade é real. Sobretudo quando as operações não envolvem cédulas (notas físicas) "adiantou.

Perante este cenário, os bancos comerciais começam a disponibilizar e a reforçar os meios de utilização de moeda estrangeira para os clientes, a começar pelo aumento do plafond de cartões de crédito e outros produtos bancários.

"Existem bancos no mercado que estão a reforçar o plafond disponível nos cartões de crédito dos seus clientes. Outros reactivaram cartões Visa pré-pagos que tinham sido suspensos", explicou o quadro sénior da banca.

A maior disponibilidade de moeda estrangeira na banca resulta também da pouca procura que se regista desde 2020, com o surgimento da pandemia da Covid-19, mas também devido ao facto da moeda nacional ter depreciado abruptamente face às moedas estrangeiras, o que faz com que sejam necessários muito mais kwanzas para, por exemplo, um expatriado transferir 1.000 ou 2.000 dólares.

"Antes tínhamos mais de 60 pedidos diários de venda de moeda estrangeira, um número que variava em função da época do ano. Por exemplo, nos períodos de férias este número quase que dobrava. E desde que surgiu a pandemia o cenário alterou-se", disse.

3.15 Vendedores recusam mudar para os locais indicados

Jornal Luanda

21 De Março de 2022

Texto: Fula Marfins

Vendedores do Mercado de São Paulo cadastrados para serem transferidos provisoriamente para os mercados da Chapa da, no Marçal, do Neves Bendinha e nas imediações do Cine Ngola recusam-se a mudar para esses locais, alegadamente por falta de clientes, distância e inexistência de condições para o exercício da actividade comercial.

Nsimba Dombaxi, transferido provisoriamente para o Mercado da chapa da, alegou falta de clientes para abandonar o local. "Lá o negócio não anda", justificou.

Morador no bairro São Pedro da Barra e vendedor do Mercado de São Paulo há vários anos, Carlos Lopes apontou a distância como factor determinante para recusar a mudança para o Mercado do Neves Bendinha. "Para mim, fica muito à esquerda", alegou.

Insatisfeito com o local indicado para ser transferido nas imediações do Mercado dos Congolenses, Nzuzi Lombo Zinga mostrou-se disponível a dar continuidade à sua actividade comercial no Mercado da Chapa da, no bairro Marçal. "Estou apenas a aguardar que façam a minha transferência, mas neste momento estou aqui a vender fora do Mercado de São Paulo de forma provisória, para garantir o sustento da família", justificou.

Quem também manifestou insatisfação com as condições criadas nas imediações do Cine Ngola foi Kíbala Mavinga, que admitiu não ter gostado do que viu. "A terraplanagem ainda não está concluída, assim como as casas de banho" apontou.

Vendedores recusam mudar para os locais indicados

Por seu lado, Marcelo Lufuankenda pediu mais celeridade na criação de condições para dar mais dignidade aos vendedores, que se viram obrigados a abandonar um local onde tinham alguma comodidade para exercer actividade comercial. Outra situação que nos preocupa é a falta de cobertura naquele local. No São Paulo, vendíamos por baixo de uma cobertura que nos protegia dos raios solares e dava alguma comodidade aos vendedores e clientes", lembrou".

Cansada de ficar em casa, à espera das condições no local indicado junto o Cine Ngola, Celestina Lopes decidiu voltar à vender na parte exterior do Mercado do São Paulo. "Estou cadastrada para vender nos Congolenses, mas também estou há quase uma semana em casa. Tirar não é meter, por isso, voltei a vender aqui fora", justificou, garantindo que aguarda pela conclusão das obras para ir para os Congolenses.

3.16 PNUD reforça PREI com 230 mil dólares

Jornal de Angola
27 De Março de 2022

Duzentos e trinta mil dólares americanos foram disponibilizados ao Instituto Nacional de Apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas (Inapem) pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a fim de reforçar a execução técnica e financeira das actividades do Programa de Reconversão da Economia Informal (PREI).

As duas instituições rubricaram sexta-feira, em Luanda, um acordo de financiamento, em que foram signatários o presidente do Conselho de Administração (PCA) do Inapem, João Nkosi, e o representante residente do PNUD em Angola, Edo Ferdinand Stork.

Na ocasião, João Nkosi explicou que o acordo serve para reforçar o programa de capacitação associado ao público, que está a ser formalizado pelo PREI. De acordo com o PCA, nesta altura onze províncias foram registadas na campanha de formalização, que conta actualmente com 92 mil agentes económicos formalizados.

João Nkosi explicou que foram definidas acções específicas e mais operações para os próximos seis meses. "Queremos que todos que estão a ser formalizados tenham noções básicas de como iniciar o pequeno negócio, interagir no domínio da procura-oferta e como vender o seu negócio", disse.

Já o representante residente do PNUD em Angola, Edo Ferdinand Stork, assegurou que o valor já está disponível para ser implementado imediatamente. Referiu que serve para reforçar acções de empreendedorismo para pequenas e médias empresas, de forma a contribuírem para o avanço da economia e gerar mais empregos.

Edo Ferdinand Stork realçou que o acordo serve, igualmente, para continuar a impulsionar o crescimento económico e social de Angola. "Queremos trabalhar para que mais mulheres, que estejam na economia informal, possam formalizar as suas actividades, para aceder à formação e ao microcrédito".

O valor, segundo o signatário do PNUD, é para uma primeira etapa, "mas pode crescer, ainda mais, para a área do agronegócio, acesso ao crédito e facilitação de acesso ao crédito, para enriquecer os negócios".

O referido apoio técnico e financeiro serve para a execução de actividades no âmbito do PREI e do Plano de Acções do Inapem para o ano de 2022, com foco no apoio à estruturação do programa e conteúdo programático para as acções de capacitação em literacia financeira.

Deverão igualmente fornecer a implementação do programa de capacitação em Literacia Financeira, bem como monitorar a implementação do programa de capacitação e o alcance de seus resultados.

3.17 Jovens em Cacuaco beneficiam de kits para pequenos negócios

Nova Jornal
30 De Março de 2022
Texto: Manuel Barros

A Administração Municipal de Cacuaco fez a entrega, na comuna da Funda, de kits profissionais a jovens, no âmbito do programa do Executivo de fomento ao auto-emprego e combate à pobreza.

Entre os instrumentos de trabalho que visam a criação de pequenas empresas de prestação de serviços constam kits de corte e costura, de manicure e pedicure, de cabeleireiro, de serralharia,

motorizadas, máquinas de pipoca, bem como cadeiras de rodas.

A administradora adjunta para a Área Política e Social e para as Comunidades do município de Cacucaco, Níria Marques, aconselhou os beneficiados no sentido de promoverem a cultura de fomento de negócios, para empregar mais jovens e melhorar o nível de vida de suas famílias.

Salientou ser importante que os grupos necessitados se organizem em cooperativas, para poderem beneficiar de ajudas institucionais com mais celeridade.

"Esperamos que estes meios sirvam efectivamente para o objectivo preconizado, que é a promoção do auto-emprego, a empregabilidade, bem como a melhoria da vida de muitas famílias", afirmou.

Segundo Níria Marques, muitos jovens beneficiados com kits de construção civil estão a aplicar os conhecimentos adquiridos nos Centros de Formação Profissional, com financiamentos da Administração Municipal.

A responsável administrativa referiu que acções do género fazem com que haja sossego em Cacucaco, porque os munícipes percebem que a administração local está para servi-los.

Por sua vez, a directora municipal da Acção Social, Família e Promoção de Género, Isabel Vesse, disse que, devido à Covid-19, muitas famílias perderam as suas fontes de rendimento e a entrega dos kits visa fazer com que criem pequenos negócios.

"Pensamos que desta forma estaremos a minimizar o impacto da pobreza em muitas famílias no município e promover o auto-emprego", disse a directora.

Soraia Gonzaga, moradora do bairro Mulundu, que recebeu uma máquina de pipoca, disse estar satisfeita e que, doravante, vai poder desenvolver a actividade que gosta.

"No meu bairro este negócio é rentável e sei que vai melhorar o nível de vida da minha família, porque poderei vender à porta de casa ou próximo das escolas", disse, enquanto Francisca de Jesus, do bairro do Cowboy, que beneficiou de um kit de cabeleireiro, afirmou que, a partir desta semana, começa a desenvolver a actividade do ramo de beleza.

"Eu já exercia em casa, mas com este conjunto passo a desenvolver com mais qualidade, agora poderei ter maior clientela e lucrar mais", concluiu.

4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA

4.1 Orçamento Participativo Implementação em Angola

Jornal Expansão

4 De Março de 2022

No âmbito do reforço da democracia participativa em Angola, o Governo angolano institucionalizou, através dos decretos presidenciais 234/19 e 235/19, o Orçamento participativo. Sendo assim, propusemos a fazer uma exposição sobre o processo de implementação do Orçamento participativo.

"O poder corrompe e o poder absoluto corrompe absolutamente"(1). Nestas palavras de Acton percebe-se a necessidade de se criarem meios e processos de democracia participativa que diminuam o poder por parte de uma elite burocrática, repassando a responsabilidade directamente para a sociedade.

É neste sentido que o orçamento participativo (OP), enquanto mecanismo governamental de democracia participativa, permite aos cidadãos influenciar ou decidir sobre os orçamentos públicos, acautelando a concentração de poder em elites. Esses processos costumam contar com assembleias abertas e periódicas e etapas de negociação directa com o governo.

A implementação deste processo de democracia participativa foi desenvolvida pela primeira vez na 1980 pelo Partido dos Trabalhadores Brasileiros, com base na crença declarada do partido de que o sucesso eleitoral não é um fim em si mesmo, mas um salto para o desenvolvimento de formas mais participativas de democracia

Embora houvesse várias experiências iniciais, o primeiro processo de orçamento participativo completo foi implementado em 1989, na cidade de Porto Alegre (Brasil- Rio Grande do Sul) num movimentado centro industrial, financeiro e de serviços. O sucesso inicial do OP em Porto Alegre logo o tornou atractivo para outros municípios. Em 2001, mais de 100 cidades no Brasil já haviam implementado, enquanto em 2015 milhares de variações foram implementadas nas Américas, África, Ásia e Europa.

Na sua implementação, o OP precisa de seguir regras que podem variar de acordo com o lugar em que é implementado, contudo entre as regras universalmente seguidas temos:

Os comités técnicos de gestão são constituídos com reuniões regulares e com cronograma específico para deliberação.

As propostas, iniciadas pelos cidadãos, são tratadas em diferentes ramos do orçamento público, como recreação, infraestrutura, transporte, etc. Os participantes deliberam publicamente com o comité para finalizar os projectos a serem votados.

O orçamento elaborado é compartilhado com o público e colocado em votação.

O governo municipal implementa as principais propostas. O ciclo repete-se anualmente.

Em alguns lugares existem outras regras, como por exemplo mecanismos de prestação de contas e de declaração de compromissos por parte dos gestores públicos locais.

A implementação em Angola contou com várias fases, desde a sua institucionalização pelos Decretos Presidenciais 234 e 235/19, ambos de 22 de Julho, até ao seu lançamento oficial em Março de 2021, no município do Dande, Província do Bengo, De acordo com o ministro da Administração do Território, "o orçamento participativo é um instrumento que permite a interacção directa entre o cidadão e os órgãos do poder político. Este instrumento, permite que todo e cada cidadão apresente as suas contribuições e, deste modo, auxiliar os órgãos do poder executivo a trabalhar de forma estreita com a comunidade"

. Outro aspecto interessante foi o papel que as Organizações da Sociedade Civil desempenharam durante a implementação do OP num processo que o Ministério da Administração do Território tem o papel de coordenador político, de acordo com a DW (2) organizações como a ADRA e o IASED foram os responsáveis por auscultar os munícipes e por criar condições de preparação para que as suas contribuições sejam reflectidas no OGE de 2022.

Deste modo pelos passos dados podemos identificar os seguintes:

Divisão do OP em duas vertentes:

Orçamento do Município, que é uma verba inscrita no orçamento da Administração Municipal, no qual os munícipes decidem livremente sobre que projectos executar;

Orçamento participado da Administração Municipal, que consiste num orçamento que é elaborado com a participação do município.

Criação dos Comités técnicos de Gestão;

Realização dos Fóruns Municipais de Recolha de Contribuições;

Elaboração do OGE 2022.

A implementação de processos de democracia participativa proporcionam, não apenas maior responsabilidade à sociedade em geral, como também mais transparência na gestão orçamental, avanço na democracia, melhoria no bem-estar dos cidadãos, entre outros benefícios.

Portanto, será importante que os decisores políticos aproveitem a oportunidade que este processo representa, sob o grande cuidado de não repetir erros como má alocação de recursos e fraca representatividade daqueles que realmente necessitam.

4.2 Executados mais de 60 por cento dos programas do PIIM

Jornal de Angola

11 De Março de 2022

Texto: Garrido Frago

Mais de 60 por cento de 1.932 projectos elegíveis no quadro da implementação do Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM) estão em execução, sendo 1.686 do Programa de Investimentos Públicos e 246 correspondentes às despesas de apoio ao desenvolvimento. A informação vem expressa no comunicado final da primeira reunião ordinária do Conselho de Governação Local, realizada ontem, na cidade de Menongue, província do Cuando Cubango, orientada pelo Presidente da República.

No domínio da Acção Social, o Conselho de Governação Local, após balanço do Programa Integrado de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza, constatou que das 5.837 acções aprovadas para o exercício económico de 2021, 3.016 foram concluídas e 1.764 encontram-se em execução.

Durante o período em referência, 64.903 pessoas foram integradas em actividades geradoras de rendimento, estando já empoderadas 15.826 mulheres, formados 2.603 agentes de desenvolvimento comunitário e sanitário, e apoiados 239.821 agricultores com kits de imputes agrícolas.

Os membros do Conselho procederam ao balanço do Programa de Fortalecimento da Protecção Social (Kwenda), que conta com 399.008 agregados familiares validados e inscritos no Sistema de Informação Integrado de Protecção Social. Até à data, foram pagos 332.238 agregados familiares.

Em relação à Municipalização da Acção Social, o programa conta com 26 Centros de Acção Social Integrados, reabilitados e apetrechados, dos quais 14 estão em funcionamento, beneficiando 14.250 cidadãos que obtiveram o Bilhete de Identidade, registos de nascimento ou cédulas.

Salvação de estradas

Os membros do Conselho foram informados sobre a situação dos projectos inseridos no Plano de Salvação de Estradas, que consiste em reabilitar troços previamente escolhidos da rede de estradas nacionais em estado de degradação, para permitir maior mobilidade rodoviária.

O encontro analisou, ainda, o Memorando sobre o subprograma de 200 fogos habitacionais por município, no qual foi possível concluir cerca de 11.664 habitações, correspondentes a 47,49 por cento do previsto.

Os membros do Conselho receberam informações detalhadas sobre a situação epidemiológica da Covid-19 e o programa de vacinação, bem como o memorando sobre o Programa de Reconversão da Economia Informal, sob responsabilidade dos governos provinciais.

Microcrédito e registo officioso

Em relação ao microcrédito, foram concedidos cerca de 299 milhões de Kwanzas a 1.328 pequenos empreendedores nos sectores de reciclagem de resíduos sólidos urbanos, processamento alimentar, logística e distribuição de produtos agroalimentares e pesca, produção cultural e artística, produtos da cadeia do agronegócio e desenvolvimento de software, distribuídos em 17 províncias.

Para este ano, está previsto o registo e formalização de 200 mil empreendedores informais em todo o país e o asseguramento da criação e activação de 100 mil contas no Sistema de Pagamentos Digitais por telemóvel, sublinha o comunicado final da reunião.

O Conselho de Governação Local considera que o processo de registo eleitoral officioso decorre com normalidade e de acordo com o programado, sem prejuízo de se superar alguns constrangimentos de ordem logística e técnica.

No balanço efectuado sobre o processo do registo eleitoral officioso e institucionalização dos BUAP, os dados estatísticos periódicos de produção dos Balcões Únicos de Atendimento ao Público e das missões diplomáticas e consulares de Angola no exterior demonstram a existência de um número considerável de cidadãos angolanos maiores, que ainda não actualizaram os dados.

O Conselho de Governação Local é um órgão auxiliar do Presidente da República na formulação da execução das políticas de governação da Administração do Estado a nível local.

O Presidente da República avalia na província do Cuando Cubango projectos sociais e económicos em curso, no quadro da melhoria das condições de vida das populações. João Lourenço dirigiu ontem a reunião do Conselho de Governação Local, estando o dia de hoje inteiramente dedicado à província, onde, entre outras actividades, inclui uma deslocação à comuna do Missombo, a 18 quilómetros da cidade de Menongue, para visitar o Centro de Larvicultura e Engorda, um projecto da GESTERRA.

4.3 Cazenga com Orçamento do Município para 2022

Jornal de Angola
26 De Março de 2022

O município do Cazenga, em Luanda, tem já disponíveis os 25 milhões de Kwanzas anuais do Orçamento do Município de 2022 que vai ser aplicado em diversos projectos eleitos pelas comissões de moradores nas comunidades.

A ideia do financiamento dos projectos é ter uma gestão cada vez mais participativa e democrática na vida activa da comunidade, bem como descentralizar um conjunto de tarefas que eram exclusivamente das administrações locais.

Falando à ANGOP, fonte da administração do Cazenga disse que os valores foram disponibilizados na segunda quinzena deste mês para que as comissões de moradores sejam potencializadas com recursos financeiros e realizem pequenas acções urgentes nas comunidades.

Os projectos, segundo a fonte, estão relacionados com a iluminação pública, saneamento básico, formação técnico-profissional dos jovens, cozinhas comunitárias e outras acções que as comissões de moradores podem realizar no dia-a-dia, mas que no passado, por insuficiência de recursos financeiros, a sua concretização estava "atada".

Segundo a fonte, a disponibilização financeira por parte do Executivo iniciou em 2021 e veio para ficar, por ser uma oportunidade de potencializar as comissões de moradores para a realização de pequenas acções de desenvolvimento local, tendo como base a participação activa dos cidadãos.

O coordenador do Comité de Gestão do Orçamento dos Munícipes do Cazenga, Gonçalo Neto, disse que a circunscrição possui 18 projectos de 2021, destes 75 por cento estão concluídos e 25 por cento em execução.

Adiantou que dos projectos concluídos constam o da iluminação pública, saneamento básico, artes e ofícios e por concluir, por serem de orçamento de continuidade, a construção de tanques de água potável e casas de banho públicas

Gonçalo Neto disse que uma vez concluídos, os projectos vão beneficiar o bairro do Grafanil que tem grandes dificuldades de água potável há vários anos.

5. GOVERNAÇÃO DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

5.1 Orçamento Participativo Implementação em Angola

Jornal Expansão
4 De Março de 2022

No âmbito do reforço da democracia participativa em Angola, o Governo angolano institucionalizou, através dos decretos presidenciais 234/19 e 235/19, o Orçamento participativo. Sendo assim, propusemos a fazer uma exposição sobre o processo de implementação do Orçamento participativo.

"O poder corrompe e o poder absoluto corrompe absolutamente"(1). Nestas palavras de Acton percebe-se a necessidade de se criarem meios e processos de democracia participativa que diminuam o poder por parte de uma elite burocrática, repassando a responsabilidade directamente para a sociedade.

É neste sentido que o orçamento participativo (OP), enquanto mecanismo governamental de democracia participativa, permite aos cidadãos influenciar ou decidir sobre os orçamentos públicos, acautelando a concentração de poder em elites. Esses processos costumam contar com assembleias abertas e periódicas e etapas de negociação directa com o governo.

A implementação deste processo de democracia participativa foi desenvolvida pela primeira vez na 1980 pelo Partido dos Trabalhadores Brasileiros, com base na crença declarada do partido de que o sucesso eleitoral não é um fim em si mesmo, mas um salto para o desenvolvimento de formas mais participativas de democracia

Embora houvesse várias experiências iniciais, o primeiro processo de orçamento participativo completo foi implementado em 1989, na cidade de Porto Alegre (Brasil-Rio Grande do Sul) num movimentado centro industrial, financeiro e de serviços. O sucesso inicial do OP em Porto Alegre logo o tornou atractivo para outros municípios. Em 2001, mais de 100 cidades no Brasil já haviam implementado, enquanto em 2015 milhares de variações foram implementadas nas Américas, África, Ásia e Europa.

Na sua implementação, o OP precisa de seguir regras que podem variar de acordo com o lugar em que é implementado, contudo entre as regras universalmente seguidas temos:

Os comités técnicos de gestão são constituídos com reuniões regulares e com cronograma específico para deliberação.

As propostas, iniciadas pelos cidadãos, são tratadas em diferentes ramos do orçamento público, como recreação, infraestruturas, transporte, etc. Os participantes deliberam publicamente com o comité para finalizar os projectos a serem votados.

O orçamento elaborado é compartilhado com o público e colocado em votação.

O governo municipal implementa as principais propostas. O ciclo repete-se anualmente.

Em alguns lugares existem outras regras, como por exemplo mecanismos de prestação de contas e de declaração de compromissos por parte dos gestores públicos locais.

A implementação em Angola contou com várias fases, desde a sua institucionalização pelos Decretos Presidenciais 234 e 235/19, ambos de 22 de Julho, até ao seu lançamento oficial em Março de 2021, no município do Dande, Província do Bengo. De acordo com o ministro da Administração do Território, "o orçamento participativo é um instrumento que permite a interacção directa entre o cidadão e os órgãos do poder político. Este instrumento, permite que todo e cada cidadão apresente as suas contribuições e, deste modo, auxiliar os órgãos do poder executivo a trabalhar de forma estreita com a comunidade"

. Outro aspecto interessante foi o papel que as Organizações da Sociedade Civil desempenharam durante a implementação do OP num processo que o Ministério da Administração do Território tem o papel de coordenador político, de acordo com a DW (2) organizações como a ADRA e o IASED foram os responsáveis por auscultar os munícipes e por criar condições de preparação para que as suas contribuições sejam reflectidas no OGE de 2022.

Deste modo pelos passos dados podemos identificar os seguintes:

Divisão do OP em duas vertentes:

Orçamento do Município, que é uma verba inscrita no orçamento da Administração Municipal, no qual os municípios decidem livremente sobre que projectos executar;

Orçamento participado da Administração Municipal, que consiste num orçamento que é elaborado com a participação do município.

Criação dos Comités técnicos de Gestão;

Realização dos Fóruns Municipais de Recolha de Contribuições;

Elaboração do OGE 2022.

A implementação de processos de democracia participativa proporcionam, não apenas maior responsabilidade à sociedade em geral, como também mais transparência na gestão orçamental, avanço na democracia, melhoria no bem-estar dos cidadãos, entre outros benefícios.

Portanto, será importante que os decisores políticos aproveitem a oportunidade que este processo representa, sob o grande cuidado de não repetir erros como má alocação de recursos e fraca representatividade daqueles que realmente necessitam.

5.2 Executados mais de 60 por cento dos programas do PIIM

Jornal de Angola

11 De Março de 2022

Texto: Garrido Fragoso

Mais de 60 por cento de 1.932 projectos elegíveis no quadro da implementação do Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM) estão em execução, sendo 1.686 do Programa de Investimentos Públicos e 246 correspondentes às despesas de apoio ao desenvolvimento. A informação vem expressa no comunicado final da primeira reunião ordinária do Conselho de Governação Local, realizada ontem, na cidade de Menongue, província do Cuando Cubango, orientada pelo Presidente da República.

No domínio da Acção Social, o Conselho de Governação Local, após balanço do Programa Integrado de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza, constatou que das 5.837 acções aprovadas para o exercício económico de 2021, 3.016 foram concluídas e 1.764 encontram-se em execução.

Durante o período em referência, 64.903 pessoas foram integradas em actividades geradoras de rendimento, estando já empoderadas 15.826 mulheres, formados 2.603 agentes de desenvolvimento comunitário e sanitário, e apoiados 239.821 agricultores com kits de imputes agrícolas.

Os membros do Conselho procederam ao balanço do Programa de Fortalecimento da Protecção Social (Kwenda), que conta com 399.008 agregados familiares validados e inscritos no Sistema de Informação Integrado de Protecção Social. Até à data, foram pagos 332.238 agregados familiares.

Em relação à Municipalização da Acção Social, o programa conta com 26 Centros de Acção Social Integrados, reabilitados e apetrechados, dos quais 14 estão em funcionamento, beneficiando 14.250 cidadãos que obtiveram o Bilhete de Identidade, registos de nascimento ou cédulas.

Salvação de estradas

Os membros do Conselho foram informados sobre a situação dos projectos inseridos no Plano de Salvação de Estradas, que consiste em reabilitar troços previamente escolhidos da rede de estradas nacionais em estado de degradação, para permitir maior mobilidade rodoviária.

O encontro analisou, ainda, o Memorando sobre o subprograma de 200 fogos habitacionais por município, no qual foi possível concluir cerca de 11.664 habitações, correspondentes a 47,49 por cento do previsto.

Os membros do Conselho receberam informações detalhadas sobre a situação epidemiológica da Covid-19 e o programa de vacinação, bem como o memorando sobre o Programa de Reconversão da Economia Informal, sob responsabilidade dos governos provinciais.

Microcrédito e registo officioso

Em relação ao microcrédito, foram concedidos cerca de 299 milhões de Kwanzas a 1.328 pequenos empreendedores nos sectores de reciclagem de resíduos sólidos urbanos, processamento alimentar, logística e distribuição de produtos agroalimentares e pesca, produção cultural e artística, produtos da cadeia do agronegócio e desenvolvimento de software, distribuídos em 17 províncias.

Para este ano, está previsto o registo e formalização de 200 mil empreendedores informais em todo o país e o asseguramento da criação e activação de 100 mil contas no Sistema de Pagamentos Digitais por telemóvel, sublinha o comunicado final da reunião.

O Conselho de Governação Local considera que o processo de registo eleitoral officioso decorre com normalidade e de acordo com o programado, sem prejuízo de se superar alguns constrangimentos de ordem logística e técnica.

No balanço efectuado sobre o processo do registo eleitoral officioso e institucionalização dos BUAP, os dados estatísticos periódicos de produção dos Balcões Únicos de Atendimento ao Público e das missões diplomáticas e consulares de Angola no exterior demonstram a existência de um número considerável de cidadãos angolanos maiores, que ainda não actualizaram os dados.

O Conselho de Governação Local é um órgão auxiliar do Presidente da República na formulação da execução das políticas de governação da Administração do Estado a nível local.

O Presidente da República avalia na província do Cuando Cubango projectos sociais e económicos em curso, no quadro da melhoria das condições de vida das populações. João Lourenço dirigiu ontem a reunião do Conselho de Governação Local, estando o dia de hoje inteiramente dedicado à província, onde, entre outras actividades, inclui uma deslocação à comuna do Missombo, a 18 quilómetros da cidade de Menongue, para visitar o Centro de Larvicultura e Engorda, um projecto da GESTERRA.

5.3 Lei de apropriação pública põe fim a vazio no ordenamento jurídico

Jornal Expansão

11 De Março de 2022

Texto: Faustino Diogo

A Assembleia Nacional aprovou na semana passada a Proposta de Lei de Apropriação Pública' que contém mecanismos para que o Estado possa intervir na propriedade privada pela via da nacionalização e não só.

O documento orienta que a "apropriação pública" só deve acorrer quando aspectos do interesse nacional estejam em causa, nomeadamente, a segurança nacional, a segurança alimentar, a saúde pública, o sistema económico e financeiro, o fornecimento de bens ou a prestação de serviços essenciais. Ou ainda a

utilização fraudulenta de património ou recursos públicos, com elevado prejuízo para o Estado, para a constituição ou incremento de património privado de agente público ou de terceiros.

E deve ser adequada ao fim que se pretende atingir, a que menos sacrifícios causa aos direitos e interesses legalmente protegidos dos particulares e ainda portadora de benefícios que superam os prejuízos delas consequentes. O documento, que já tem o aval dos deputados, prevê três meios de "apropriação pública" de bens: a nacionalização, a entrega voluntária e a declaração judicial de transferência de bens para o Estado.

Embora a referida lei esteja em discussão, nesta legislatura foram já registados alguns casos de entrega voluntária de bens e declaração judicial de transferência de bens para o Estado, no âmbito do combate à corrupção em curso no País

Entre os casos de recuperação de activos que a Procuradoria-geral da República tem feito a bens sob propriedade ou gestão de antigos gestores públicos, destaca-se a apreensão de bens associados à empresária Isabel dos Santos e aos generais Hélder Vieira Dias "Kopelipa" e Leopoldino Nascimento "Dino". De acordo com a Proposta de Lei de

Apropriação Pública "a entrega voluntária de bens não extingue os procedimentos criminais ou de outra natureza relacionada com o bem objecto de entrega, mas funciona como circunstância atenuante, nos termos da Lei Penal".

Historicamente, as nacionalizações em Angola tiveram lugar num contexto de política económica de resistência, caracterizada pela construção de uma economia-planificada e de resistência face ao abandono do território nacional de muitos proprietários e titulares de participações sociais de empresas privadas. Agora passarão a ser de responsabilidade do Presidente da República.

. Ou seja, caberá a João Lourenço decretar a nacionalização de bens móveis e imóveis, participações sociais, valores mobiliários, activos financeiros, direito de propriedade intelectual e outro tipo de propriedade que tenha sido objecto de sucessão legal ou voluntária de pessoas individuais e colectivas privadas.

Para quem perder o seu bem a favor do Estado pela via da nacionalização, a proposta de lei prevê indemnizações, quando devidas, com o valor a ser definido em função do património líquido do referido bem, tendo como base o relatório elaborado por avaliadores independentes e após audição dos

anteriores titulares. Não haverá direito a indemnização quando se prove que o bem apropriado foi constituído de forma ilícita, salvaguardando-se, o direito à indemnização de terceiros de boa-fé.

A "apropriação" sem indemnização foi um dos pontos que dividiu os juizes conselheiros do Tribunal Constitucional (TC), no ano passado, no acórdão ao pedido de fiscalização preventiva enviado pelo Presidente da República, à Lei de Revisão Constitucional aprovada pela Assembleia Nacional.

Na altura, o então juiz presidente do TC, Manuel Aragão e o conselheiro Carlos Teixeira, entendiam que o diploma desrespeitava o direito e limite da propriedade privada, ao instituir afigurada "a para o direito à indemnização, consagrado na expropriação. Especialistas entendem que o documento aprovado pelos deputados pode pôr fim a um conjunto de irregularidades que se vão registando na relação Estado/cidadão.

"Esta lei é importante porque de forma clara dita as regras de "apropriação pública" que praticamente não existiam. As coisas eram muito feitas à base dos Código Penal e outros instrumentos judiciais", disse um jurista. Para este advogado, agora é importante que a proposta de lei seja acompanhada da devida regulamentação, que tem faltado em muitas leis. "O primeiro passo está dado. Mas não devemos esquecer da regulamentação que acaba por ser o instrumento complementar das leis. E, infelizmente, aqui aprovamos muitas leis que depois ficam anos por regulamentar", concluiu.

Já a advogada Nilza Miguel acredita que foi dado um grande passo. "Sabe que esta questão da apropriação pública de bens criou e ainda cria muitos problemas. Existem casos da era colonial que ainda não estão resolvidos. E com isso acredito que as coisas vão melhorar para todos os actores da justiça", frisou.

5.4 Reforçadas competências das administrações municipais

Jornal de Angola

11 De Março de 2022

Texto: Garrido Fragoso

Titulares de sete departamentos ministeriais rubricaram ontem, na cidade de Menongue, província do Cuando Cubango, termos de transferência de competências para os governos provinciais e administrações municipais, no quadro do processo de desconcentração administrativa e financeira em curso.

As autoridades municipais, no domínio dos Recursos Minerais, têm exclusiva competência para licenciar a exploração de minerais para a construção civil, nomeadamente, areia, brita, burgau, solos vermelhos e materiais para empréstimo, utilizados para a pavimentação de estradas.

Os órgãos de Administração Local têm também competência exclusiva para, no domínio dos derivados do petróleo, licenciar a construção e exploração dos postos de abastecimento de combustível com capacidade inferior ou igual a 200 metros cúbicos; licenciar a venda a retalho de lubrificantes, gás butano e de petróleo iluminante, incluindo a revenda do gasóleo para consumo industrial com capacidade até 200 metros cúbicos.

No capítulo da Indústria e Comércio, os Órgãos da Administração Local do Estado ganham competência exclusiva para licenciar as indústrias de proximidade (classes 3 e 4) através da plataforma digital do Ministério da Indústria (ex: panificadoras, serralharias, carpintarias).

Já no sector do Comércio, têm autoridade exclusiva para licenciar os comércios geral precário, feirante, ambulante, minimercados, bem como os vendedores dos mercados municipais e a prestação de serviços mercantis. Aos Órgãos da Administração Local caberá ainda licenciar e fiscalizar as actividades lúdicas de cariz comercial ou de massas.

Recomendações

O Conselho de Governação Local recomenda que na sequência dos termos de transferência ontem assinados, as licenças emitidas pelos departamentos ministeriais ou por seus órgãos superintendidos são válidas até à data da sua caducidade.

Os departamentos ministeriais, que ontem assinaram os termos de transferência de competências, devem partilhar com os órgãos da Administração Local a base de dados contendo as licenças emitidas e que estejam dentro do período de validade.

As administrações municipais podem delegar a execução das tarefas referidas nos termos de referência para as administrações de Distrito Urbano e comunais.

Ao Ministério das Pescas foi solicitado que em 45 dias passe a base de dados de licenças válidas para os Órgãos da Administração Local competentes em razão da matéria.

5.5 Governo Central passa 3.186 competências para o poder local

Jornal Expansão

18 De Março de 2022

Texto: Graciete Xavier

No total foram assinados 3.186 termos de transferência de competências, em que 234 que eram da responsabilidade dos departamentos ministeriais e passaram para os 18 governos provinciais, e um total de 2.952 tarefas, que eram da responsabilidade dos governos provinciais, passam agora a ser da competência das administrações municipais.

Estes números dão noção da 'pequena revolução' que aconteceu a semana passada, embora seja claro que as mudanças só se farão de forma rápida se os envolvidos tiverem essa vontade. Parajá foi desencadeado a nível nacional um programa com dezenas de acções de esclarecimento para explicar aos técnicos e responsáveis dos governos provinciais e das administrações o que realmente muda. O objectivo é efectivar a desconcentração administrativa e financeira em todo País, prevista aquando da aprovação do Pacote Legislativo Autárquico em Dezembro de 2019.

A partir de agora, os governos provinciais e as administrações locais ficam responsáveis por licenciar e fiscalizar mais de três mil actividades ligadas aos sectores do comércio, energia, recursos minerais, transportes e outros, que anteriormente eram da exclusiva competência do governo central.

No domínio da energia, as administrações municipais passam a ter responsabilidade exclusiva para licenciar e fiscalizar as instalações de armazéns e abastecimento de combustíveis, salvo as localizadas na rede viária nacional, bem como as infraestruturas eléctricas de instalações domiciliárias de baixa tensão, cuja potência contratada não exceda os 6,6 KVA, se for monofásico, ou 9,9 KVA se for trifásico, isto no domínio da energia e águas.

Na cultura, as administrações municipais vão poder emitir licenças para a rodagem de filmes, documentários e similares, enquanto no domínio do comércio ganham competência de licenciar micro e pequenas empresas, unidades de restauração, hotelaria e turismo. As administrações vão igualmente licenciar e fiscalizar as instalações e o funcionamento de discotecas e serviços similares, bem como os recintos de espectáculos.

Segundo o documento, caberá também às autoridades municipais proceder ao licenciamento ambiental de projectos e actividade que não

acarretam impactos negativos ao ambiente e à saúde pública, nomeadamente e edifícios até quatro pisos (pensões e hospedarias), padarias e pastelarias, postos de combustível contentorizados, serralharias domésticas, carpintarias e marcenarias domésticas, projectos de lavandarias, bem como a gestão de aterros sanitários do âmbito municipal

As administrações municipais passam também a ter competência para proceder a cobrança de taxas e multas pre vistas legalmente sobre estradas municipais, secundárias e terciárias que não façam parte da rede fundamental de estradas afectas ao município.

No domínio do Ordenamento do Território, as administrações ganham o direito de emitir a concessão de direitos fundiários, nos termos da Lei de Terras.

No sector da Agricultura, Florestas e Pescas passam a ser da responsabilidade dos órgãos da administração local do Estado licenciar, cadastrar e controlar a actividade das brigadas mecanizadas de preparação de terras, licenciar a actividade de exploração de mel e produtos florestais não lenhosos.

No domínio das Pescas, os Órgãos da Administração Local terão a responsabilidade na concessão de direitos de pesca artesanal, marítima e continental. Nos transportes, as actividades de táxi que se desenvolvam apenas dentro de determinado município serão igualmente licenciadas pelas administrações municipais.

Competências transferidas para os governos provinciais

Das tarefas que eram da responsabilidade dos departamentos ministeriais e que passaram agora para os governos provinciais realce para as actividades ligadas aos sectores dos Recursos Minerais e Petróleo, pois passa agora a ser responsabilidade exclusiva dos governos provinciais a concessão de licenças para a exploração de minerais para a construção civil, nomeadamente: areia, brita, burgau e solos vermelhos.

Caberá ainda aos governos provinciais conceder a autorização para construção e exploração dos postos de abastecimento de combustível com capacidade inferior ou igual a 200 metros cúbicos, para a venda a retalho de lubrificantes, gás butano e petróleo iluminante e a concessão da licença para a revenda do gasóleo para consumo industrial em instalações com capacidade até 200 m.

5.6 Cazenga com Orçamento do Município para 2022

Jornal de Angola

26 De Março de 2022

O município do Cazenga, em Luanda, tem já disponíveis os 25 milhões de Kwanzas anuais do Orçamento do Município de 2022 que vai ser aplicado em diversos projectos eleitos pelas comissões de moradores nas comunidades.

A ideia do financiamento dos projectos é ter uma gestão cada vez mais participativa e democrática na vida activa da comunidade, bem como descentralizar um conjunto de tarefas que eram exclusivamente das administrações locais.

Falando à ANGOP, fonte da administração do Cazenga disse que os valores foram disponibilizados na segunda quinzena deste mês para que as comissões de moradores sejam potencializadas com recursos financeiros e realizem pequenas acções urgentes nas comunidades.

Os projectos, segundo a fonte, estão relacionados com a iluminação pública, saneamento básico, formação técnico-profissional dos jovens, cozinhas comunitárias e outras acções que as comissões de moradores podem realizar no dia-a-dia, mas que no passado, por insuficiência de recursos financeiros, a sua concretização estava "atada".

Segundo a fonte, a disponibilização financeira por parte do Executivo iniciou em 2021 e veio para ficar, por ser uma oportunidade de potencializar as comissões de moradores para a realização de pequenas acções de desenvolvimento local, tendo como base a participação activa dos cidadãos.

O coordenador do Comité de Gestão do Orçamento dos Municípios do Cazenga, Gonçalo Neto, disse que a circunscrição possui 18 projectos de 2021, destes 75 por cento estão concluídos e 25 por cento em execução.

Adiantou que dos projectos concluídos constam o da iluminação pública, saneamento básico, artes e ofícios e por concluir, por serem de orçamento de continuidade, a construção de tanques de água potável e casas de banho públicas

Gonçalo Neto disse que uma vez concluídos, os projectos vão beneficiar o bairro do Grafanil que tem grandes dificuldades de água potável há vários anos.

6. URBANISMO E HABITAÇÃO

6.1 Constrangimentos condicionam evolução habitacional

Jornal Expansão
4 De Março de 2022

De acordo com o Ministério das Obras Públicas e Ordenamento do Território (MINOPOT), o défice habitacional no País deve-se a vários constrangimentos que devem ser ultrapassados para que os cidadãos deixem de viver muitas dificuldades para a concretização do sonho da casa próprio.

Segundo o documento sobre a apreciação do Programa Habitacional do Estado, a que o Expansão teve acesso, existe uma fraca implementação dos instrumentos de gestão territorial e urbana e isso contribui para a ausência de políticas de habitação e urbanismo.

O documento aponta também a fraca capacidade de controlo na imposição das regras mínimas de urbanização, e isto tem provocado o uso indevido e desordenado dos solos urbanos e rurais. Assim, como a opacidade no mercado de terrenos para habitação e arrendamento, o que origina o desconhecimento da sua dimensão e peso na economia real.

À semelhança de outros sectores da economia, onde a informalidade tem um grande peso, a construção habitacional não foge à regra, aponta o MINOPOT, e considera que grande parte de quem constrói faz na informalidade, com elevada insegurança jurídica de posse de terrenos.

A caracterização da actual situação habitacional no País feita pela s autoridades aponta também o fraco envolvimento das instituições bancárias, aumento descontrolado do número de assentamentos precários e de pessoas sem habitação e a ocupação de vários prédios inacabados. Aponta também a degradação acelerada de imóveis, a deterioração das infra-estruturas urbanas e serviços básicos como problemas que entram o desenvolvimento do sector habitacional no País.

"Sem esquecer que o parque habitacional está a ser alienado a preços irrisórios, não se tendo criando condições de rentabilidade equilibrada de fomento habitacional, proporcionando deste modo graves fissuras na sustentabilidade da sua política para o alcance do interesse público", admite o Ministério das Obras Públicas e Ordenamento do Território.

No entanto, o Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN) 201- 2022, a nível habitacional, prevê até ao final deste ano disponibilizar 648 lotes e 89 hectares infraestruturados em reserva fundiária. A nível da habitação social, a estimativa é que sejam construídos 128.401 fogos e 62.322 em regime de auto-construção dirigida, objectivos que não deverão ser alcançados devido aos constrangimentos que a economia vive por causa da pandemia da Covid-19 e não só, segundo fonte do Ministério das Obras Públicas e Ordenamento do Território.

F.D.

6.2 Comercialização de habitações este ano não contempla Luanda

Jornal Expansão
11 De Março de 2022
Texto: Faustino Diogo

Cerca de nove mil imóveis nas centralidades do País deverão ser comercializadas ainda este ano, caso sejam resolvidos alguns problemas infraestruturais que condicionam a entregas das habitações.

A central idade da Quilemba, na província da Huíla, como apurou o Expansão, é a que tem o maior número de imóveis disponíveis, mas a falta de água e energia está a condicionar o seu processo de comercialização. A localidade, que já alberga alguns moradores saídos de zonas sinistradas, prepara-se para a abertura da primeira fase do processo de venda dirigida, que tem como alvo funcionários públicos, empresas e outros grupos previstos nas vendas dos projectos habitacionais do Estado.

"Estamos a trabalhar para que comecemos com a primeira fase do processo de venda dirigida. Não será para já a venda aberta ao público, devido às limitações que a centralidade tem. A venda livre está prevista noutras fases", disse fonte do Governo.

Luanda, onde a procura é maior, não entra nestas contas, porque os imóveis vazios na centralidade do Zango Zero ou Urbanização Vida Pacífica já estão atribuídos. "O problema do Zango Zero e da Vida Pacífica é a conclusão de infraestruturas, por um lado, e por outro a recuperação de apartamentos vandalizados. Mas não há disponibilidade para novas vendas", explicou a fonte.

Situação semelhante é vivida nas centrais idades do Cazenga (Kalawenda e Marconi), mas aqui as habitações ainda desocupadas fazem parte do programa de reconversão urbana e não entram no processo de comercialização. Ou seja, são para a

atender populações saídas de determinadas zonas abrangidas pelo processo de reconversão.

Olhando para a apreciação do Programa Habitacional do Estado feita pelo Ministério das Obras Públicas e Ordenamento do Território (MINOPOT), a que o expansão teve acesso, a capital do País deverá ter imóveis disponíveis para venda daqui a três anos, ou seja, em 2025, depois da conclusão das habitações recuperadas pelo Serviço Nacional de Recuperação de Activos na centralidade KK500. Trata-se de 3.457 habitações entre vivendas e apartamentos na tipologia T3 que se encontram em diferentes níveis de construção e a previsão de conclusão aponta para o final de 2024, caso não haja contratemplos, já que a continuidade das obras depende de parcerias público-privadas, à semelhança do que irá acontecer com a reabilitação dos edifícios recuperados na urbanização Vida Pacífica. Só que aqui o concurso público já está concluído e está a ser vistoriado pelo Tribunal de Contas.

6.3 Mercado de mediação imobiliária continua nas mãos dos informais

Jornal Expansão

11 De Março de 2022

Texto: José Gongga

As características dos mediadores ou 'intermediários' são comuns. Muitos deles têm nomes falsos e não dispõem de endereço próprio. Apenas um número de telefone dá entrada num negócio que prospera e por onde quase sempre está envolvido dinheiro à vista, à custa do interessado ao arrendamento do imóvel. Um negócio que continua a estar, na esmagadora maioria, na mão dos informais, com esquemas diversos e à margem da lei.

Não há limites geográficos.

Através de esquemas, os mediadores informais conseguem espaço e fechar negócios em toda parte da cidade de Luanda, por ser um mercado fragilizado pela falta de imóveis legalizados.

De acordo com especialistas, quando se pensa em "mediação imobiliária em Angola é inevitável verificar o seu carácter infinitamente informal que contrasta e colide com o quadro legal vigente".

Fonte do Expansão no Instituto Nacional de Habitação refere que "o País todo anda na informalidade" e as transacções imobiliárias não fogem à 'regra', reconhecendo que não se sabe a dimensão da informalidade no sector.

Emanuel é um mediador antigo e, tal como muitos outros, prefere ser chamado apenas pelo primeiro nome, mantendo assim relativa distância com o cliente, como sugere a sua atitude durante a conversa com o Expansão. Ele actua mais no centro da cidade e arredores, mas o modo de operar é tal e qual o dos mediadores das zonas periféricas.

Para uma visita ao imóvel o interessado deve pagar uma comissão ao mediador, num valor nunca inferior a 2.000 kz por cada visita e, no caso de o negócio se concretizar, o cliente (inquilino) deve pagar o equivalente a um mês de arrendamento ao intermediário, um valor muito alto, de acordo com um dos operadores licenciados.

Emanuel trabalha há já algum tempo neste tipo de negócio e admite que consegue viver com o que ganha. Ele faz parte de uma rede de mediadores informais.

"Há dias que faço quase 10 vistas a imóveis com interessados e não é fácil fazer isso sozinho, por isso, tenho relação com outros colegas para atender os interessados", explica.

A relação contratual com os clientes é verbal, quando a Lei de Mediação Imobiliária obriga à assinatura de um contrato por escrito com especificações concretas do imóvel, o que coloca os interessados em situação de desvantagem. E esse é o caso de João Francisco (nome fictício) que disse ao Expansão que pretendia arrendar uma residência no município do Kilamba Kiaxi, no bairro Palanca, no princípio deste ano. Contactou um agente mediador que fez a prospecção e acabou por encontrar a casa com as dimensões e condições pretendidas.

"Paguei a comissão para visitar imóvel e acabei por fechar o negócio com o senhorio, assim como entreguei a quantia da comissão do contrato ao mediador, que é um mês de arrendamento mensal. Só que no dia seguinte apareceram outros jovens que ajudaram a procurar o imóvel junto com o intermediário e pediram a comissão por ter assinado como o dono da casa. A confusão era tanta que acabei por pagar outra vez 60 mil kz, no total a comissão custou-me 120 mil kz", lamenta. Para Romana Ibrahim, administradora da REJMAX, todos os mediadores deveriam ser formados para que as transacções imobiliárias passassem a ser conduzidas de forma correcta, fazendo da lei a sua orientação. E todos os mediadores ter um número de licença atribuído, de forma a que cada processo pudesse ser identificado.

A mediadora considera que Executivo tem feito um esforço contínuo, nos últimos tempos, de forma a tratar falhas existentes na parte da legalização dos imóveis. Recorde-se que Lei de Mediação Imobiliária vigora desde 2016 e está conjugada com o Decreto Presidencial nº 320/20, de 24 de Dezembro, que aprova o Regulamento e Inscrição para o Exercício da Actividade de mediação Imobiliária e Angariação Imobiliária. A publicação destes dois diplomas está subjacente a necessidade de assegurar a transparência da actuação dos seus agentes e a qualidade dos respectivos serviços, bem como o reforço da fiscalização e combate ao exercício clandestino.

6.4 Autorizada execução de obras paralisadas

Jornal de Angola

14 De Março de 2022

Texto: Nicolau Vasto

O governador do Cuando Cubango deu a conhecer, domingo (13), que o Chefe de Estado, João Lourenço, autorizou a execução imediata das obras do hospital sanatório de Menongue, da ponte de acesso à sede municipal de Nancova, dos fogos habitacionais, do Pólo Universitário, da expansão de água potável e de energia eléctrica à capital da província.

José Martins referiu que em relação à Estrada Nacional (EN) 140, que liga a comuna do Caiundo ao Posto Fronteiriço de Catuitui, Cuangar até Dirico, na orla fronteiriça com a vizinha Namíbia, e a estrada 280 que liga o município do Cuito Cuanavale ao Rivungo, bem como algumas intermunicipais, foram tidas em conta e as obras devem ser reiniciadas, com vista a permitir, a médio prazo, a circulação em segurança de pessoas e bens

Referiu que estão já disponíveis mais de 23 milhões de dólares norte-americanos para cobrir a retoma das obras da centralidade habitacional de Menongue, que estava suspensa há cerca de quatro anos. Nesta ordem, também estão disponíveis as verbas para custear as obras do Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM), cujas primeiras 68 acções, dos 121 projectos da primeira fase, devem estar concluídas ainda este mês.

O governador José Martins disse que, no encontro com o Presidente da República, foram igualmente autorizadas a construção de um hospital de campanha no município do Cuito Cuanavale, que começa a ser instalado ainda este mês, a conclusão do hospital municipal do Calai e a expansão do

programa social Kwenda em toda a extensão territorial do Cuando Cubango.

6.5 BPC Imobiliária coloca novos imóveis à venda

Jornal de Angola

14 De Março de 2022

O BPC Imobiliária fez saber que realiza esta segunda-feira, em Luanda, em formato electrónico e presencial, mais um leilão da carteira de imóveis, num evento que fica marcado para o período entre as 8 e 14 horas. Segundo a Comissão de Avaliação e Negociações dos Leilões, os interessados podem submeter candidaturas e consultar na sua página de Internet os imóveis à disposição para a arrematação.

Em Maio do ano passado, a administração do BPC-Imobiliária manifestou como expectativa um encaixe mínimo de 50 mil milhões de kwanzas com o desapego de 480 activos.

Os activos colocados à venda têm rondado em preços médios que vão de 17 milhões a mais de 400 milhões de kwanzas, e estão localizados nas províncias de Luanda, Benguela, Huíla, Cunene e Cuanza-Norte.

Até ontem, por altura do fecho da edição, estavam listados para participar dos leilões um total de 18 inscrições para os imóveis da província de Luanda e 12 para os de Benguela.

Entre os imóveis, a Quinta dos Coqueiros, na província de Luanda, com um preço inicial de 149 milhões de kwanzas era o activo mais caro de entre os três que foram disponibilizados pela Comissão de Avaliação e Negociação.

O Banco de Poupança e Crédito implementa um amplo Plano de Recapitalização e Reestruturação (PRR), que consiste no lançamento público das bases para comercialização dos activos imobiliários "não core" do BPC e também dos activos do BPC-Imobiliária.

6.6 Candidatos reclamam morosidade na comercialização de casas

Jornal de Angola

15 De Março de 2022

Texto: Victorino Matias

Victorino Matias Com o surgimento da Centralidade do Mussungue, na cidade do Dundo, uma parte considerável da população da Lunda-Norte encontrou um novo conceito de bem-estar com as respectivas famílias, mas outros continuam na expectativa e esperança de conseguir uma residência condigna naquela urbanização, concebida, numa primeira fase, para 5.004 apartamentos.

Enquanto uns viram o sonho concretizado, outros, ainda, enfrentam o dilema de não ter casa própria, numa zona habitacional urbanizada e com serviços sociais funcionais.

Em termos globais, a Centralidade do Mussungue está preparada para receber mais de 30 mil famílias, mas, deste número, faltam 17 por cento, pois dos 5.004 apartamentos existentes cerca de 730 ainda não foram entregues aos candidatos que remeteram as suas candidaturas à Imogestín e ao Fundo do Fomento Habitacional, entidades às quais o Executivo incumbiu a responsabilidade do processo de gestão e comercialização das residências.

No quadro do Dia Mundial dos Direitos do Consumidor, que hoje se assinala, o Jornal de Angola apurou que o atraso que se verifica na entrega das chaves dos restantes 730 apartamentos deve-se ao trabalho em curso de acabamento das obras, tendo em conta que as casas em referência apresentam problemas técnicos, relacionados com filtração de água.

Esta situação deixa preocupada as pessoas, que, impacientemente, esperam por uma residência condigna, através da renda resolúvel ou outras modalidades definidas pelo Executivo.

Ouidos pelo Jornal de Angola, alguns cidadãos que se inscreveram desde que começou o processo de venda e entrega das chaves dos primeiros apartamento, em Dezembro de 2015, dizem estar agastados e pedem a intervenção do Instituto Nacional de Defesa do Consumidor (INADEC), pelo facto de terem já efectuado o pagamento da primeira prestação.

O pagamento da prestação inicial, refira-se, afigura-se como uma das principais exigências para candidatar-

se a uma residência no maior projecto habitacional erguido pelo Governo na capital da Lunda-Norte.

Denunciada falta de transparência

Fernando Rocha, funcionário público, foi um dos candidatos que concorreu para a aquisição de um apartamento do tipo T4+1 na Centralidade do Mussungue, em 2016, e diz que, até hoje, nunca teve resposta da empresa gestora do processo de venda dos imóveis, mesmo tendo pago, naquela altura, a prestação inicial de 37 mil kwanzas.

"Confesso que não sei o que fazer, já contactei por várias vezes a Imogestín, sem qualquer resposta aceitável. Sinto-me frustrado", desabafou, acrescentando que existem poucas hipóteses de ser sorteado para ter um apartamento para o conforto da família, que, actualmente, vive no bairro Satxindongo, onde os problemas de desurbanização e ausência de serviços essenciais básicos são incalculáveis.

Na mesma situação encontram-se centenas de funcionários públicos e outros munícipes que esperam ver o problema resolvido, como Paulino Inocêncio, professor do ensino primário, que se mostra agastado pela demora na entrega do apartamento.

O cepticismo se retira o processo que constituiu para conseguir a casa ou ficar na esperança de algum dia vir a ser contemplado tomou conta de Paulino Inocêncio, que denunciou existirem pessoas que estão a receber casas, com recurso ao pagamento da famosa "gasosa" e por influência dos que estão a dirigir o processo.

De acordo com Paulino Inocêncio, há dois meses, a Centralidade do Mussungue recebeu novos moradores, sem divulgação de listas, como anteriormente acontecia, por este motivo vê reduzida as possibilidades de conseguir realizar o sonho de viver numa zona urbanizada.

"Se já não existem casas para atribuírem aos requerentes que nos digam ou nos devolvam o dinheiro que transferimos para as contas bancárias do Fundo de Fomento Habitacional", sublinhou.

Dignidade, conforto, segurança para as famílias, acesso aos serviços essenciais básicos, sobretudo água potável e energia eléctrica, são alguns dos principais benefícios que o professor quer encontrar no novo lar

6.7 INADEC defende mais reivindicação

Jornal de Angola

15 De Março de 2022

Fernando Castigo, responsável dos serviços provinciais do Instituto Nacional de Defesa do Consumidor (INADEC) disse existir fraca cultura de denúncia no seio da população da Lunda-Norte. "Enquanto os cidadãos não conhecerem bem os seus direitos, dificilmente terão coragem de reclamar se estiverem diante de violação dos mesmos".

Informou que em nenhum momento cidadãos da província procuraram os serviços do INADEC com o objectivo de reivindicarem direitos que tenham sido violados no sector Imobiliário, sobretudo no processo de comercialização dos apartamentos da Centralidade do Mussungue.

Acrescentou que das queixas mais registadas pelo INADEC, através de Livros de Reclamações, constam o mau atendimento nos balcões de instituições bancárias, produtos deteriorados nos estabelecimentos comerciais e má prestação de serviços de fornecimento e abastecimento de energia e água à população.

Para a candidatura a um apartamento na Centralidade do Mussungue, o Fundo de Fomento Habitacional estabeleceu três modalidades, nomeadamente "Venda dirigida ao público", "Venda à Função Pública" e "Venda às empresas", públicas e privadas.

A maior percentagem dos apartamentos, conforme apurou o Jornal de Angola, foi atribuída à venda dirigida aos trabalhadores da Função Pública, por via da modalidade de renda resolúvel.

A nova Centralidade do Mussungue, que começou a ser erguida em 2009, está instalada numa área de 116 hectares e compreende 419 edifícios de 18, 11, 9 e 5 andares. Os apartamentos são do tipo T3, T4 e T5, com uma rede viária de 26 quilómetros, incluindo um Hospital Geral, estação de tratamento de água potável e sistema de energia eléctrica, assegurado por uma central térmica de 30 megawatts.

6.8 Empresas propõem fim da intermediação ilegal

Jornal de Angola

24 De Março de 2022

Texto: Alberto Domingos

A interdição da intermediação ilegal é proposta no Fórum Imobiliário que se realiza em Abril, em Luanda, para encontrar soluções para o relançamento do sector, um encontro em que participam representantes deste e dos sectores da Banca e Seguros, além de profissionais de Direito.

A informação foi avançada ao Jornal de Angola pela organização do fórum, a empresa de comunicação corporativa Linear Comunicação, que apresenta a reunião como a maior do sector no país, contando, este ano, com a participação de representantes de países lusófonos como Brasil, Portugal, Cabo Verde e Guiné-Bissau.

Os especialistas vão analisar temas a propor às autoridades, ligados ao combate à intermediação ilegal, sobre a situação dos pequenos e médios empresários imobiliários, a importância do Seguro Multirrisco e Habitação para as imobiliárias e a implementação da Alienação Fiduciária (quando a garantia de pagamento é o próprio bem a adquirir pelo devedor).

O rápido crescimento do sector Imobiliário em Portugal e no Brasil também vão ser analisados, de acordo à organização, que confirmou a presença de 16 oradores, entre os quais, o presidente da Confederação Empresarial da CPLP, Salimo Abdula.

O presidente em exercício da Associação de Profissionais Imobiliários de Angola, (APIMA), Cleber Correa, e o da Associação dos Profissionais e Empresas de Mediação Imobiliária de Portugal (APEMIP), Paulo Caiado, figuram entre os oradores confirmados para o evento.

Nesta segunda edição, o Fórum Imobiliário reúne os maiores operadores do sector Imobiliário em Angola. O primeiro encontro realizou-se em Fevereiro do ano passado, na Ilha de Luanda, mas, este ano, a participação de representantes daqueles quatro países dá um pendor lusófono à reunião.

As inscrições estão abertas desde o último sábado, nas páginas oficiais da empresa organizadora. Além da conferência, a agenda do evento prevê uma exposição, onde empresas imobiliárias, da banca, seguros, construção civil e arquitectura podem expor produtos e serviços relacionados com a actividade imobiliária.

"Uma das grandes novidades que se espera no Fórum Imobiliário é a utilização da plataforma Génio Digital, que vai permitir fazer visitas virtuais a imóveis", informou a organização, anunciou organização.

Espera-se, durante o certame, a apresentação de projectos habitacionais, com realce para o Orlando Residencial, o lançamento de marcas imobiliárias, trocas comerciais entre empresários, captação de investidores e financiamento imobiliário.

A organização do evento conta com a parceria da APIMA, Confederação Empresarial da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, as empresas Proimóveis e Muamine, bem como a marca portuguesa Nuno Venceslau.

6.9 Falta de colaboração dos moradores leva á degradação dos edifícios nas centralidades

Jornal Expansão

25 De Março de 2022

Texto: Teima Van-Dúnem e Faustino

Diogo

Elevadores avariados, portas de entrada dos edifícios estragadas, quadros de electricidade danificados, lixo no interior dos prédios e capim à volta dos edifícios compõe o cenário de muitos imóveis nas principais centralidades de Luanda. No centro da cidade também são muitos os prédios que não vêm os elevadores funcionar há dezenas de anos. Em causa está o não cumprimento do Decreto Presidencial 141/15, de 29 de Junho, que obriga cada condómino a contribuir mensalmente com uma verba para a manutenção e limpeza do espaço comum dos edifícios e para um fundo de reserva.

Passados 10 anos sobre a data em que os primeiros apartamentos nas centralidades foram ocupados, o Expansão constatou que muitos prédios estão a entrar em degradação. No Sequele, os moradores dos prédios 10, 11, 12, 19 e o 22 do bloco 12 há muito que não andam de elevador por estarem danificados. Residente no 8.º andar do prédio 10, Elizete Gunza, conta que o elevador do edifício onde vive já não

funciona há meses. "Os elevadores começaram a apresentar problemas muito cedo. Vivo aqui há seis anos, e dois anos depois de recebermos as chaves Os elevadores começaram a apresentar problemas sérios. Muita gente ficava presa. Já fui vítima três vezes, tanto é que, mesmo a funcionarem, prefiro não usá-lo por medo", referiu.

Além dos imóveis mencionados, o Expansão verificou muitos prédios sem elevador no Sequele. Segundo Elizete, alguns elevadores continuam estragados e outros sem solução porque, quando estes equipamentos apresentam avaria, os vândalos aproveitam-se e roubam algumas peças, o que torna mais cara a sua reparação. A moradora acrescenta que a informação que obteve da coordenação do prédio é que a manutenção do elevador custa mais de 200 mil kz, mas para a reparação foi solicitado a cada morador uma contribuição de 100 mil kz.

"A coordenação diz que tentaram falar com a empresa gestora, no sentido de ajudar a solucionar a questão dos elevadores, mas sem sucesso, porque alegam que é da responsabilidade dos moradores. Mas nos nossos contratos essa responsabilidade era da antiga empresa que cuidava da manutenção dos prédios. Anteriormente, até para trocar uma lâmpada dependíamos dessa empresa chinesa, que funciona dentro do Sequele", sublinhou.

Quando os moradores estão carregados de peso são obrigados a recorrer aos serviços dos jovens lavadores de carros, que ficam debaixo dos prédios. Nesta fase, em que há dificuldades de água, os ajudantes cobram 200 kz por cada bidon. No Sequele, a taxa de condomínio depende de cada coordenação ou do sindicato do edifício. Os valores oscilam entre os 3 a 7 mil kz, mensais. O preço varia em função da sua finalidade.

E consenso entre os entrevistados do Expansão que a falta de manutenção dos prédios é resultado da não contribuição de muitos moradores, que se furtam a colaborar, como afirma Rui, moradores de 2013 no prédio 19, do Bloco 12. Para ele, a situação dos elevadores, bem como as actuais condições da centralidade, constrange os moradores pelo que faz uma avaliação negativa do projecto. No seu prédio, o elevador estava constantemente fora de serviço e, em conformidade com os vizinhos, decidiram mandar reparar e pagaram 600 mil kz (cada morador pagou 45 mil Kz), mas depois de uma semana o elevador voltou a avariar, contou.

Rui assegurou que a resistência por parte dos vizinhos em contribuírem tem a ver também com a situação económica que afecta o País, e que se agravou com a pandemia. Devido ao estado do

prédio, os moradores decidiram agora pagar uma taxa de 15 mil kz.

Para Denise, residente do prédio 28 do Bloco 11, ter os edifícios sem portas é inseguro. No seu prédio, o coordenador desistiu das suas tarefas porque os condóminos não contribuem, nem mesmo para a limpeza do edifício.

Na centralidade do Kilamba problemas com os elevadores também são visíveis. Na centralidade mais sul de Luanda, os prédios têm dois elevadores, mas na sua maioria já só um funciona. No prédio C20 os dois elevadores estão estagnados. Fora os seis mil kz que os moradores pagam mensalmente de taxa de condómino e que servem para pagar a manutenção do jardim, limpeza do prédio e a segurança, para a reparação do elevador cada morador está a contribuir com 50 mil Kz.

Prédio limpo exige bom senso dos moradores

No Sequele, os prédios limpos e com jardins organizados dependem do bom senso dos moradores, que regularmente contribuem com a taxa do condómino. Soube o Expansão que os não cumpridores são penalizados pela coordenação, em função do acordo estabelecido em reunião de moradores. A mesma dinâmica é aplicada no Kilamba e na Vida Pacífica, onde os moradores procuram contribuir todos os meses para manter o funcionamento dos equipamentos dos prédios, bem como a limpeza dos espaços comuns. Na centralidade do Zango zero, a taxa de condómino varia entre 10 a 15 mil kz mensalmente.

Falta de manutenção pode desvalorizar o património

Em todos os prédios constituídos em condomínio, através da lei do condomínio, cabe ao próprio condómino velar pelas condições e manutenção do património, disse o responsável pelo Fundo de Fomento Habitacional no Kilamba, Paulo Araújo.

"Os moradores devem pagar uma quota que servirá para a manutenção. Inicialmente, em 2012, o Decreto Presidencial fazia menção que os moradores deveriam pagar a renda mais uma taxa adicional para a manutenção do edifício, mas só no caso dos prédios que faziam parte do Fundo de Habitação, 10% do total de prédio que estão no Kilamba. Mas, em 2020, a taxa foi revogada e ninguém mais paga pelo facto de os outros também não pagarem", explicou.

Por sua vez, Cleber Corrêa, da Associação dos profissionais imobiliários de Angola (API- MA), ressalta que os moradores é que devem contratar uma empresa para a gestão e manutenção do prédio, porque toda e qualquer manutenção é da

responsabilidade destes. Mencionou que o proprietário das fracções tem de pagar os custos das obras, limpeza e manutenção do edifício onde vive. "A gestão do projecto não tem responsabilidade sobre a manutenção do edifício. As partes comuns são da responsabilidade do dono do imóvel", salientou.

Cleber Corrêa destaca que, se os moradores não criarem condições para a manutenção do edifício, vão deixar degradar o próprio património e isso tem impacto na sua valorização, ou seja, o património desvaloriza. "Se a pessoa está num ambiente com outros proprietários tem de se organizar com os outros para que o património seja preservado", realçou

6.10 Imobiliária tem projectos de milhões para o país

Jornal de Angola

25 De Março de 2022

Texto: César Lopes

A empresa líder do sector imobiliário nos Emirados Árabes Unidos (EAU), a DAMAC Properties, que já conquistou o primeiro lugar na lista Global 2000 Growth Champions da Forbes, está interessada em desembolsar na construção de imóveis centenas de milhões de dólares, anunciou, ontem, em Luanda, o seu presidente, Hussain Sajwani, à saída da audiência concedida pelo Presidente da República, João Lourenço, na Cidade Alta.

Hussain Sajwani sublinhou que veio falar ao Presidente da República a sua intenção de efectuar um estudo exploratório, a fim de encontrar oportunidades de investimento em várias áreas do Estado angolano, com destaque para a construção de alta classe, zonas residenciais, hotéis, escritórios, campos de golfe e outros estabelecimentos.

"O principal objectivo desta viagem a Angola, que eu considero de grande sucesso, foi ter este primeiro encontro com o Presidente da República' uma pessoa que nós respeitamos muito, por ter uma visão bastante ampla, por um lado, e por ser uma pessoa que prezamos, pelas suas qualidades políticas", frisou o empresário.

A DAMAC Properties, tem uma folha de serviço de importância universal no ramo da construção civil, tendo sido reconhecida no mercado global como a empresa de crescimento mais acelerada do mundo, uma performance invejável, cujos serviços o proprietário quer partilhar agora com os homens de negócios presentes no mercado nacional.

O empresário bilionário de 69 anos confessou ter escolhido Angola para acolher o reputado investimento, "por ser um país muito proeminente a nível da África Austral e Central, mas por ter, também, uma liderança bastante visionária". "É um país que se preze. Por isso, queremos fazer aqui negócios em primeira classe e de alta instância", afluorou o homem de negócios.

Sobre a curiosidade, levantada pela imprensa, relativamente ao valor a aplicar no país, Hussain Sajwani respondeu: "Ainda é prematuro adiantar o montante exacto, mas temos a certeza de que quando os investimentos começarem a acontecer, vão estar na ordem de centenas de milhões de dólares" , pontualizou.

O empresário, nascido em 1953 e um bilionário dos Emirados, é fundador da empresa de desenvolvimento imobiliário DAMAC Properties e do grupo DICO, uma espécie de fundo de investimento. Sajwani foi listado entre os 100 árabes mais influentes do globo, pela GulfBusiness, por três anos, nomeadamente em 2017, 2018 e 2020, distinção consagrada aos 100 mais poderosos da Arabian Business em 2018 e 2019.

De acordo com a revista Forbes, em Abril de 2021, o empresário foi classificado entre os 10 árabes mais ricos, com um património líquido avaliado em USD 2,5 bilhões. Hussain Sajwani iniciou a carreira em 1981 no Departamento Financeiro de Abu Dhabi Gas Industries para, dois anos depois, lançar-se ao desafio de arrancar um empreendimento de Catering, tendo uma clientela dividida entre militares dos EUA e Bechtel.

ADAMAC já entregou cerca de 27.400 casas, desde a sua criação, e tem mais de 35 mil unidades, em vários estágios de desenvolvimento.

Em Outubro de 2011, a empresa lançou a sua divisão de hospitalidade, 'DAMAC Maison Hotels & Resorts' e, em 2015, foi listada, publicamente, com acções negociadas no mercado financeiro de Dubai.

Alguns dos projectos desenvolvidos pela DAMAC Properties, incluem um campo de golfe, projectado por Tiger Woods e administrado pela The Trump Organization, apartamentos de luxo com interiores das casas de moda italianas Versace, Fendi e Roberto Cavalli, além de marcas como Paramount Hotels and Resorts, em parceria com a Paramount Pictures. Sajwani investiu 600 milhões de dólares em Londres, Reino Unido, por meio da DAMAC Tower London, da marca Versace em Nine Elms.

6.11 320 mil milhões de kwanzas empregues na construção habitacional no Sul de Angola

Jornal de Angola

27 De Março de 2022

Texto: Hélder Jeremias

A região Sul de Angola, constituída pelas províncias da Huíla, Cunene, Namibe e Cuando-Cubango, beneficia, à luz de projectos em execução de 2018 a 2024, de um total de 13 622 novas habitações e infra-estruturas sociais que absorvem do Estado 324,9 mil milhões de kwanzas.

A informação foi avançada pelo secretário de Estado para as Obras Públicas, Carlos dos Santos, durante o 3º Café Cípra, realizado sexta-feira, no Centro de Imprensa da Presidência da República de Angola (CIPRA), sob o tema "Projectos de Grande Impacto Social no Sul de Angola", onde também foram oradores o vice-governador para o sector Político, Social e Económico do Cunene, Paulo Ndinoulenga, e o director do Instituto Nacional dos Recursos Hídricos, Manuel Quintino.

Os dados apresentados pelo secretário de Estado revelam que a província do Namibe viu edificadas quatro mil habitações (duas mil na centralidade da Praia Amélia e igual número na Centralidade 5 de Abril), com custos totais de 42,6 mil milhões de kwanzas.

A centralidade da Quilemba, na Huíla, com 98 por cento de execução física, correspondentes a oito mil residências, absorveu 112,4 mil milhões de kwanzas. O Executivo desembolsa, ainda, 17,9 mil milhões de kwanzas na construção de 450 casas sociais no município de Ondjiva, Cunene, tendo 121,9 mil milhões alocados à construção de mil casas na centralidade do Ecuma, também em Ondjiva.

No Cuando Cubango, são edificados 212 fogos habitacionais na centralidade de Menongue, onde a execução física ainda não passou dos 18 por cento, com custos de 30, 1 mil milhões de kwanzas, um número que deverá crescer de acordo com a disponibilidade de recursos para a conclusão do projecto.

A construção de estradas, pontes e habitação, frisou o secretário de Estado, figura entre as principais acções do Ministério das Obras Públicas, por destas depender o crescimento económico e social das comunidades: a habitação garante a protecção e segurança das famílias e as estradas uma circulação

eficiente de pessoas e bens, disse o secretário de Estado.

Estradas asfaltadas

Carlos dos Santos informou que, no domínio da construção de estradas, até Dezembro de 2021, foram asfaltados 2 650 quilómetros na região Sul, o que representa 22,4 por cento dos 11 809 quilómetros que constituem a rede rodoviária das quatro províncias. As operações concluídas até Dezembro de 2021 envolveram 159 mil milhões de kwanzas.

A perspectiva, de acordo com o secretário de Estado, é de que, até 2024, sejam asfaltados mais 2 154 quilómetros naquela região, ou seja, mais 30 por cento, estimando-se um custo de 129, 6 mil milhões de kwanzas.

Depois das obras concluídas em 2021, o Governo projecta elevar a fasquia para 10 917 quilómetros de estrada, alcançando 70 por cento do total da rede, com um orçamento previsto de 570,6 mil milhões de kwanzas.

As estatísticas individuais para cada província ilustram que o Namibe conta com 572 quilómetros asfaltados, o que representa 30 por cento de um total de 1 909 quilómetros da rede rodoviária local, onde as empreitadas já absorveram 34,3 mil milhões de kwanzas.

A Huíla dispõe de uma malha rodoviária com 3 408 quilómetros, com 1012 quilómetros (29,7 por cento) asfaltada mercê das obras iniciadas em 2018, com um investimento público de 60,7 mil milhões de kwanzas.

De um total de 1 886 quilómetros de rede rodoviária implantada no Cunene, apenas 472 quilómetros (25 por cento) estão asfaltados, com gastos de 28,3 mil milhões, enquanto no Cuando Cubango foram asfaltados 594 quilómetros (12,9 por cento) de uma rede de 4 607 quilómetros, com as operações orçadas em 35,6 mil milhões de kwanzas.

"É possível fazer mais, mas tudo depende da disponibilidade de recursos financeiros. O Estado deverá focar-se na construção das estradas primárias, ou seja, aquelas que ligam as províncias, ao passo que as vias secundárias e terciárias devem ser da responsabilidade dos Governos Provinciais", afirmou o secretário de Estado para definir a estratégia do Executivo no domínio da construção.

Carlos dos Santos acrescentou que, na componente da edificação das habitações, "a auto-construção dirigida é o modelo a seguir, devendo o Estado proporcionar terrenos infra-estruturados aos cidadãos".

7. TERRA

7.1 Prestar contas sobre os negócios fundiários no país

Jornal Expansão
4 De Março de 2022

Quer na Urbanização do Nova Vida, como na do Kífica, na de Talatona ou ainda na Urbanização do Lar do Patriota noutras da cidade de Luanda fácil encontrar outdoors de renomadas imobiliárias internacionais que operam no mercado angolano a anunciar a venda de terrenos ou os também chamados tecnicamente de prédios rústicos.

Estes outdoors que publicitam as vendas feitas por estas renomadas sociedades imobiliárias não se referem apenas a prédios urbanos, que são bens do domínio privado, mas também a prédios rústicos, que são também bens do domínio privado do Estado.

Ora, diz a Constituição da República de Angola que "A Terra é propriedade originária do Estado" (vide art.º 15.º da Constituição da República de Angola). Consequentemente, os cidadãos quando têm acesso à terra por intermédio de um acto de concessão ficam condicionados aos princípios e regras legais que norteiam o seu uso e fruição, quer o acesso à terra se materialize por intermédio do direito de propriedade, domínio útil consuetudinário, domínio útil civil, direito de superfície ou mesmo direito de ocupação precária (vide art.º 34 da Lei de Terras).

Dentre esses princípios, destacamos o do aproveitamento útil e efectivo da terra (vide art.º 7 da Lei de Terras), assim como o princípio da capacidade adequada (vide art.º 45 da Lei de Terras).

O primeiro princípio diz que "os direitos fundiários adquiridos, transmitidos ou constituídos, nos termos da presente lei, extinguem-se pelo seu não exercício ou pela inobservância dos índices de aproveitamento útil e efectivo durante três anos consecutivos ou seis anos interpolados, qualquer que seja o motivo".

Ou seja, cedida a terra ao particular, esta não pode ficar desaproveitada, dentro daquele período de tempo. O terreno tem de ser explorado; o particular deve retirar as devidas utilidades económicas da terra, sob pena de violar o princípio do aproveitamento útil e efectivo da terra.

Se assim acontecer o Estado pode provocar a extinção do direito concedido, através da figura da reversão; pois a terra é propriedade exclusiva do Estado. E o particular tem de respeitar os

compromissos assumidos com o Estado aquando da recepção do direito fundiário que lhe fora concedido pelo Estado.

Tendo em conta o acima dito, muitos juristas e não só entendem que a "venda de terrenos" é ilícita; quer seja a venda de terrenos, como tal, quer ainda se use de forma eufemística a figura da "cedência da posição contratual".

A venda de terrenos

é ilegal, porque, como se sabe, a cedência é uma faculdade que assiste ao Estado ou às entidades públicas a quem o Estado tiver concedido direitos para a concessão de terras.

A verdade, porém, inegável, é que os terrenos são "vendidos" à luz do dia, sob o olhar silencioso de quem tem a obrigação de impor e fazer cumprir a Lei.

É, pois, necessário e urgente uma definição clara de como se os negócios fundiários, no nosso país, tendo em conta a importância transversal da terra para a satisfação das necessidades públicas, por um lado. E, por outro lado, atenta à necessidade de se respeitar as legítimas expectativas dos agentes económicos, concedendo-lhes a devida segurança e certeza jurídicas.

7.2 Construções clandestinas colocam em causa a certificação do aeroporto

Jornal Expansão
26 De Março de 2022

O maior impedimento para a certificação do aeroporto prende-se com as construções clandestinas que estão a crescer dentro da reserva fundiária, processo que é acompanhado por fotografias por drone, que mostram que todos os dias avançam perante o olhar silencioso das autoridades, onde se incluem também os militares que estão destacados no local. Mesmo dentro do perímetro do aeroporto, junto às instalações aeroportuárias que estão a ser erguidas, já existem casas de chapa e famílias a viverem. Como a reportagem do Expansão constatou, mesmo em frente ao quartel da UGP que junta cerca de 800 militares, já estão plantados vários talhões de mandioca.

Tudo isto é proibido e clandestino e se não for resolvido põe em causa a certificação do novo aeroporto. Tal como como nos foi dito por responsáveis da obra, há habitações que são de população carente e como tal é um assunto que tem

que ser tratado com compreensão, mas a maioria "são oportunistas que estão a construir ilegalmente", gente que tem dinheiro, segundas habitações da classe mais abastada de Luanda. O Expansão teve oportunidade de confirmar que em plena reserva fundiária está a nascer um condomínio de vivendas, construções em betão, já com dezenas de casas.

Para complementar este quadro, está a nascer um hospital alinhado com o fundo da pista B, este está a ser construído com o apoio da administração local, mas que demonstra um total desfasamento entre as diversas entidades públicas. Esta construção põe em causa a aprovação do aeroporto pela IATA, que considera este facto como proibido para o funcionamento de uma infraestrutura aeroportuária, Mas a reportagem do Expansão constatou que lá está, com as respectivas guias de apoio montadas, e continua a 'crescer'.

Como rapidamente se percebe, a pista de 3.800 m e toda a infraestrutura de apoio não se vai desviar 100 metros para o lado para que o aeroporto seja aprovado, e apenas por falta de conhecimento ou de diálogo entre as diversas instituições do Estado, o funcionamento de uma obra de 6.000 milhões USD pode estar em causa por uma obra que não chegará aos 100 milhões USD. Mas também existem problemas gerados pelo próprio partido que suporta o Governo. Estão já construídos vários CAP's do MPLA nesta reserva fundiária, que de acordo com o que ouvimos no local, estão mesmo a vender terrenos nesta zona proibida.

Na prática, é importante que as autoridades "ataquem" desde já este problema cuja tendência é de aumentar de intensidade, pois está em causa a operacionalidade daquela que é uma das maiores obras públicas do País pós independência. Recordar que com o primeiro voo de teste em Junho inicia-se o processo de certificação, que deverá estar concluído até ao final do próximo ano, e aquelas infraestruturas não podem estar lá.

A bem ou mal vão ter que ser destruídas para que o aeroporto possa funcionar, por isso não vale a pena adiar a sua resolução, admitem fontes ligadas ao projecto. É necessário encontrar os responsáveis, não esquecer que esta prática é ilegal, e puni-los. Sejam eles quem forem.

8. SERVIÇOS BÁSICOS

8.1 Tubagens da EPAL são vandalizadas

Jornal de Angola

2 De Março de 2022

Texto: Roque Silva

A conduta que se encontra da Via Expressa “Fidel de Castro Ruz”, cuja avaria provocou, nos últimos dias, restrições no fornecimento de água à Centralidade do Sequele, está a ser vandalizada por garimpeiros e moradores de bairros adjacentes.

A conduta, que está logo à saída da Centralidade do Sequele, no sentido Sequele/Cacuaco, e que recebeu intervenção de técnicos da EPAL, na passada quinta-feira, está a ser vandalizada, provocando o desperdício de enormes quantidades de água.

Dois vídeos partilhados nas redes sociais mostram populares a acarretar água para o consumo e crianças a banhar.

O mesmo cenário ocorre, desde a manhã de domingo, numa outra conduta de transporte de água ao Centro de Distribuição do Sequele, a 500 metros depois do acesso à estrada principal da Centralidade.

Uma fonte da Empresa Pública de Águas de Luanda referiu que as condutas vandalizadas pertencem à linha que alimenta o Centro de Distribuição do Sequele, através da Estação de Tratamento de Águas (ETA) de Candelabro.

Contactado pelo Jornal de Angola, o porta-voz da Empresa Pública de Águas de Luanda garantiu que uma equipa de técnicos deverá deslocar-se, a qualquer momento, aos dois locais, para averiguar a situação e intervir.

Vlademir Bernardo disse que a vandalização da conduta dificulta o trabalho que tem sido feito pela EPAL, que visa garantir a distribuição de água aos consumidores.

“Essas acções trazem muitos prejuízos à EPAL e dificultam a vida dos consumidores”, concluiu.

8.2 População consome água das cacimbas e queixa – se de «aumento» da criminalidade

Novo Jornal

4 De Março de 2022

Texto: Antunes Zongo

Boa parte da população do município do Bailundo, província do Huambo, continua a consumir água das cacimbas, situação que, segundo os moradores, pode estar na base do excesso de febre tifóide na região.

De acordo com os populares ouvidos pelo Novo Jornal, o Bairro 11, na Vila, é dos poucos privilegiados, onde ainda há residências que beneficiam de fornecimento de água.

Florência Nandulo, residente na Kalueyo, manifestase agastada com a situação e considera haver uma espécie de irresponsabilidade da parte do Governo. Disse não perceber como as autoridades permitem que zonas como o Bailundo, dada a dimensão e a história, permanecem sem fornecimento de água.

“Já não tenho água canalizada em casa e, ainda por cima, tenho de andar mais de dois quilómetros para acarretar na cacimba. O consumo desta água está a provocar febre tifóide à população, e o hospital não ajuda em nada”, acusa. À jovem Florência, juntam-se outras vozes. Ricardo Katchipondo, de 27 anos, lamentou pela esposa [dado que ele se levanta cedo para ir ao local de trabalho], que tem de fazer “grandes percursos” para garantir água à família, mesmo sendo líquido “impróprio para o consumo”. “Eu nem conheço a governadora provincial nem sei se ela sabe que não temos água. Gostava de que o Governo resolvesse a nossa triste situação o mais breve possível”, apela Ricardo.

Enquanto uns têm de percorrer por longas distâncias para conseguir água das cacimbas situadas longe das suas residências, há quem tenha poço no quintal.

Em contrapartida, contactado a propósito, o administrador do município do Bailundo, Irineu A caála, admitiu, em exclusivo ao NJ, os factos expostos pelas populações em relação à água, tendo referido que alguns bairros beneficiam do fornecimento do precioso líquido, mas que é “insuficiente”, dado que a captação é muito antiga, tomada por roturas.

Apesar das dificuldades vivenciadas, tranquilizou as populações, ao perspectivar que a actual situação pode vir a melhorar brevemente, face às obras em curso de uma central de água.

"Está a ser construída uma central de captação, elevação e distribuição de água. Provavelmente termine em Abril ou Maio. O projecto faz parte de um conjunto de acções que estão a ser realizadas cá no Bailundo, são projectos de âmbito central", faz saber Irineu A caála.

Criminalidade

A par das queixas da falta de água, o que leva os municípios a recorrer às cacimbas, há também reclamações sobre alegado aumento de crimes. Lutas entre grupos marginais e roubos com recurso a arma

branca e de fogo são apontados como os casos mais frequentes. A Polícia do Bailundo, conforme os municípios, tem sido incapaz de travar a onda de criminalidade.

Os municípios contam, igualmente, que, face ao excesso de agressões e assaltos, associado ao suposto descaso da Polícia, algumas pessoas têm reagido com justiça por mãos próprias e lamentam que as autoridades policiais não encontrem dificuldades em apanhar quem reage contra os marginais, mas que não empreendem "o mesmo esforço para capturar" os infractores.

Aniceto Sondelo, que carrega no curriculum vitae dois ensinamentos médios em Mecânica e Enfermagem, revela que um incidente semelhante ocorreu com o seu irmão mais velho, que, após ter sido assaltado, conseguiu, dias depois, pegar o marginal e o levou para a esquadra, "mas acabou por ficar detido, e o bandido solto, por ele [irmão] ter dado umas bofetadas ao marginal", recorda.

Cláudio Ismael, angolano de origem árabe, proprietário de uma pequena loja, também fala sobre a criminalidade na região, desde assaltos a lutas de grupos, e apelou à polícia para maior reforço no combate à criminalidade, que não só periga o comércio como também a vida das pessoas.

Entretanto, não foi possível contactar o Comando Provincial da Polícia do Huambo, para ouvir a reacção da instituição às queixas apresentadas.

8.3 13,7 Mil milhões de Kz para reforço no abastecimento de água

Jornal Expansão

11 De Março de 2022

Foi autorizada a adjudicação e aprovada através de despacho presidencial nº 46/22, as obras para o reforço do sistema de abastecimento de água na província de Lunda Sul nos municípios de Dala, Cacolo e Muconda e vai valer, no valor global, mais de 13,7 mil milhões Kz.

As obras da localidade de Cacolo e Dala têm em comum o facto de ter sido celebrado contrato em 2014 com a empresa Opaia Construções, de acordo com o relatório do Ministério de Energia e Aguas de Janeiro de 2021. Mas nunca arrancou por falta de financiamento. Os projectos foram reestruturados e levados a concurso

Outra vez. Sendo que a obra do município de Muconda aguardava apenas pela aprovação do concurso de adjudicação.

Estas empreitadas foram adjudicadas separadamente em três lotes. Para o município de Dala o valor do contrato é de 4,3 mil milhões de Kz. Sendo que a execução vai estar a cargo da empresa Novo Seculotec do cidadão chinês Feng Haiming.

A empresa Sinohydro Corporation Angola Limitada vai ficar com as obras das localidades de Cacolo e Muconda, avaliadas em 5,4 mil milhões Kz e 4,1 mil milhões respectivamente.

J.G

8.4 EPAL autoriza 6 agentes de cobrança para reduzir dívida

Jornal Expansão

11 De Março de 2022

Texto: José Gongga

O projecto vai colocar inicialmente seis agentes de cobrança no terreno, três no município do Cazenga, dois no município do Talatona e um no município de Luanda, que vão começar a actividade no dia 23 de Março deste ano, com o objectivo de reduzir a dívida nestes municípios que se estima em 66 mil milhões kz, 69,1 % da dívida total da província de Luanda fixada nos 95,4 mil milhões kz

Dos seis agentes contratados, todos já fazem agenciamento comercial para a Empresa de Distribuição de Energia (ENDE) em Luanda, neste caso vão agregar o serviço de cobrança de água. Sendo que os agentes vão ganhar uma percentagem sobre o volume de cobrança não revelada pela Empresa Pública de Águas de Luanda (EPAL). É um projecto que a empresa pretende estender para todos os municípios, foram escolhidos estes três inicialmente por representarem grande parte da dívida

O problema da dívida que se acumula tem muito a ver com a qualidade do serviço no fornecimento de água em Luanda, que é muito irregular e desincentiva, de certa forma, o pagamento das facturas. Por exemplo, no município do Cazenga a água só corre uma vez por semana, de acordo com os moradores.

A irregularidade no fornecimento de água não é muito diferentes nos nove municípios da província, Vladimir Bernardo, porta-voz da (EPAL), admite que apesar de ser um serviço de fornecimento deficitário, ainda assim sente que há falta de cultura de pagamento por parte dos clientes e que a EPAL não tem aplicado medidas coercivas de cobrança

Para fazer face a este nível de dívida a empresa pública vai permitir negociação das facturas atrasadas com um pagamento inicial de 50% e a outra parte será parcelado até à liquidação das facturas.

A estratégia de contratar agentes que prestam serviços a ENDE é de "aproveitar as infra-estruturas comerciais destes e a relação já estabelecida com os clientes" a fim de se ter uma presença mais efectiva e permanente junto dos consumidores.

"Os agentes vão apenas proceder a leitura dos contadores e a cobrança das facturas", explica o porta-voz ao Expansão.

Para o município de Cazenga, com 30.824 clientes foram contratadas a Empresa Edir, Electro Kafadinha e a DMIM. No município de Talatona estão as empresas MGL Projectos e Organizações Any para 26.062 clientes. Sendo que a empresa Dala Comercial ficou com o município de Luanda para atender a 21.132 clientes.

8.5 NJ constatou que os banheiros de muitas escolas sobrevivem do «favor» dos bidões de 100 a 200 litros

Novo JORNAL

11 De Março de 2022

De acordo com Narciso Benedito, há um plano de intervenção nas escolas, que atribui à Empresa Pública de Águas de Luanda (EPAL) a responsabilidade de colocar água em reservatórios a serem erguidos pela Empresa Nacional de Construções e Infra-Estruturas Básicas (ENCIB), numa iniciativa que envolve o Banco Mundial.

"A execução deste plano começou em Setembro de 2020, e o termo estava previsto para Setembro de 2021, mas, por conta da pandemia, não foi concluído", revela Narciso Benedito, assegurando que a ENCIB, por exemplo, colocou reservatórios em 180 escolas, ao passo que a EPAL fez a água voltar a jorrar em torneiras de 156 estabelecimentos.

Vladimir Bernardo, afecto à EPAL, confirma os dados avançados pelo director do Gabinete Provincial da Educação de Luanda, mas admite haver ainda contrariedades. "As zonas onde encontramos maiores dificuldades são as suburbanas, onde não há cobertura da rede da EPAL", explica o responsável, lamentando que estas contrariedades obriguem a empresa a socorrer-se de camiões-cisternas para minimizar a falta de água em escolas situadas em bairros como Bitá, Sapu e Mundial.

Ao analisar a 'maka' da água nas escolas, Vladimir Bernardo faz uma radiografia ainda bastante negativa, visto que, diz o responsável, dos 462 bairros controlados pela EPAL, 142 não têm a cobertura da empresa, 25 estão sob abastecimento nulo, 110 com abastecimento precário, 123 com abastecimento condicionado e apenas 62 com abastecimento normal.

Mal generalizado, dizem estudos

Em Maio de 2018, um inquérito do Ministério da Educação (MED) concluiu que em Angola, apesar de 60% das escolas primárias possuírem sanitários (casas de banho), apenas metade, isto é, 30%, destas unidades funciona. Ou seja, segundo aquele inquérito do MED, em cada 10 escolas primárias do País, apenas seis têm "casas de banho, sendo que, neste grupo de seis, só três possuem casas de banho que realmente funcionam.

Aos números do MED, juntam-se estudos como o relatório conjunto da organização Mundial da Saúde e do Fundo de Emergência Internacional das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), que referem que, no País, em 2020, pelo menos seis em cada 10 pessoas não tinham instalações para lavar as mãos em casa, devido à falta de acesso à água, ou ainda a pesquisa da organização pan-africana

Afrobarómetro, de Maio de 2021, segundo a qual metade da população angolana ficou privada de água potável e assistência médica em 2020.

Autorizada execução de obras paralisadas

8.6 Jornal de Angola

14 De Março de 2022

Texto: Nicolau Vasto

O governador do Cuando Cubango deu a conhecer, domingo (13), que o Chefe de Estado, João Lourenço, autorizou a execução imediata das obras do hospital sanatório de Menongue, da ponte de acesso à sede municipal de Nancova, dos fogos habitacionais, do Pólo Universitário, da expansão de água potável e de energia eléctrica à capital da província.

José Martins referiu que em relação à Estrada Nacional (EN) 140, que liga a comuna do Caiundo ao Posto Fronteiriço de Catuitui, Cuangar até Dirico, na orla fronteiriça com a vizinha Namíbia, e a estrada 280 que liga o município do Cuito Cuanavale ao Rivungo, bem como algumas intermunicipais, foram tidas em conta e as obras devem ser reiniciadas, com vista a permitir, a médio prazo, a circulação em segurança de pessoas e bens

Referiu que estão já disponíveis mais de 23 milhões de dólares norte-americanos para cobrir a retoma das obras da centralidade habitacional de Menongue, que estava suspensa há cerca de quatro anos. Nesta ordem, também estão disponíveis as verbas para custear as obras do Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM), cujas primeiras 68 acções,

dos 121 projectos da primeira fase, devem estar concluídas ainda este mês.

O governador José Martins disse que, no encontro com o Presidente da República, foram igualmente autorizadas a construção de um hospital de campanha no município do Cuito Cuanavale, que começa a ser instalado ainda este mês, a conclusão do hospital municipal do Calai e a expansão do programa social Kwenda em toda a extensão territorial do Cuando Cubango.

8.7 Sector da Energia e Águas domina queixas no Bengo

Jornal de Angola

17 De Março de 2022

Texto: Alfredo Ferreira

As principais queixas registadas pelo Instituto Nacional do Consumidor (INADEC), desde o mês de Janeiro a 15 de Março deste ano, na província do Bengo, estão relacionadas à distribuição de energia e água potável, pagamento de propinas em colégios e universidades privadas e ao sector alimentar.

O director provincial do INAC/Bengo, Domingos Felgueiras, referiu, ontem, na cidade de Caxito, que, durante o período em análise, um total de 80 infracções foi registada na província.

Domingos Felgueiras sublinhou que, na província, grande parte das instituições possui livros de reclamações, com os respectivos selos, onde os consumidores fazem as suas reivindicações.

No que diz respeito à água, o responsável salientou que, depois da greve dos trabalhadores da Empresa de Águas e Saneamento (EPAS) do Bengo, a prestação de serviço melhorou significativamente e os consumidores passaram a reclamar menos.

Sobre o sector do Comércio, o director do INADEC referiu que, muitas vezes, as alterações nas vendas de bens de primeira necessidade, bem como dos produtos da cesta básica, não permitem que os agentes económicos pratiquem preços que agradem a maioria dos consumidores.

Por isso, em entrevista ao Jornal de Angola, o director provincial do INADEC apelou às instituições de prestação de serviço público para melhorarem a forma de atendimento ao cidadão.

8.8 Moradores sem água potável há mais de dois anos

Jornal Luanda

21 De Março de 2022

Texto: Maiomona Artur

A equipa do Jornal Metropolitano Luanda efectuou uma ronda pelos referidos bairros e constatou o sofrimento dos moradores que reclamam que fazem das tripas o coração para terem água, uma vez que, este produto só chega aos domicílios pelas cisternas privadas.

Mafuta Teresa, 56 anos, moradora do bairro dos Pescadores há mais de vinte e cinco anos, manifestou-se arreliada com a situação que vive nos últimos anos, devido à falta de água.

"É muito triste o que estamos a viver nesse bairro. Quando eu vim morar aqui, há vinte e cinco anos, não tínhamos motivos de queixa, a água jorrava nas nossas torneiras 24/24 horas do dia", recordou.

Dona Mafuta conta que, para abastecer dois reservatórios de 100 litros cada, gasta mais de três mil Kwanzas por semana, o que é bastante oneroso para uma reformada como ela, que também tem de pagar propinas escolares para sete filhos. " Quase que não consigo poupar nada do meu ordenado", lamentou.

De acordo com Mafuta Teresa, os bairros adjacentes, nomeadamente, a Nova Urbanização, Eco Campo e Boca do Rio, não têm problema da água, logo, considera ser uma grande injustiça para os moradores que residem no mesmo município e não são beneficiados com água potável.

Esperança António, outra moradora mesmo bairro, manifestou-se indignada com o que considerou ser mau comportamento da Empresa Pública de Água de Luanda (EPAL), que " tem se mostrado desinteressada em fazer o seu trabalho junto da população". A missão da EPAL é trazer água às nossas torneiras. Mas, infelizmente não tem mostrado vontade de ajudar os que não têm voz. É triste e bastante frustrante, porque depois aparecem para cobrar o que não consumimos", desabafou.

8.9 Candelabro leva mais água para Luanda

Jornal de Angola

23 De Março de 2022

Texto: Garrido Fragoso

A Estação de Tratamento de Água "Candelabro Fase III", na localidade de Kifangondo, município de Cacuaco, com capacidade para bombear 210 metros cúbicos de água potável para as áreas adjacentes e diferentes zonas da província de Luanda, deve estar concluída até ao final do mês.

A informação foi prestada, esta terça-feira, ao Vice-Presidente da Republica, durante a visita que efectuou ao empreendimento social, por ocasião do Dia Mundial da Água, data consagrada pela Organização das Nações Unidas, que este ano foi celebrada sob o lema "Águas Subterrâneas-Tornar visível o invisível"

O projecto, orçado em mais de 120 milhões de dólares, beneficiará os habitantes da Centralidade do Sequele, Urbanização "Maye Maye", Cazenga, Cacuaco, Panguila, Marçal, Pólo Industrial de Viana, Zona Económica Especial, Condomínio "Vida Pacífica", zonas adjacentes e demais localidades da província de Luanda.

Em declarações à imprensa, no final da visita, que durou cerca de três horas, o Vice-Presidente da Republica aproveitou a ocasião para anunciar a inauguração, nos próximos dias, pelo Presidente da República, do "grande projecto" de transvasamento de água do Rio Cunene para as zonas de estiagem, na província do Cunene.

Bornito de Sousa considerou que o projecto de águas "Candelabro Fase III" está numa fase de concretização bastante avançada. O mesmo, acrescentou, está inserido no quadro de um conjunto de projectos que o Executivo desenvolve ao nível do território nacional, para fornecer água potável às populações.

O Vice-Presidente da Republica indicou que outros projectos, como de pesquisa sobre a existência de águas subterrâneas na região entre a fronteira Sul de Angola e Norte da Namíbia, também estão em curso.

Salientou, a propósito, que o Executivo acompanhou de perto as preocupações dos cidadãos da Centralidade de Sequele, referentes à falta de abastecimento de água nos últimos dias. "O esforço que está a ser feito no "Candelabro Fase III" permitirá, imediatamente, o fornecimento de água potável a esta centralidade, de forma estável e por um período mais prolongado", sublinhou.

Na ocasião, saudou os trabalhadores, colaboradores, técnicos e especialistas, que ao nível do país trabalham incansavelmente para fornecer água potável às populações.

O Vice-Presidente, Bornito de Sousa, falou da necessidade de se providenciar água potável às populações, como forma de evitar o aparecimento e propagação de várias doenças.

Fases de construção

A Estação de Tratamento de Água "Candelabro Fase III" comporta três fases. A primeira, com capacidade nominal de 60 mil metros cúbicos de água por dia, foi construída em 2007, enquanto a segunda, com a mesma capacidade, foi edificada em 2012.

O projecto "Candelabro Fase III", erguido com o propósito de elevar a capacidade nominal de abastecimento de água potável às zonas de influência na província de Luanda e arredores, produzirá 210 milhões de litros de água por dia.

"Candelabro Fase III vem para melhorar o abastecimento de água às populações das diferentes zonas de Luanda e arredores", referiu o director de projectos do empreendimento social, acrescentando que com a conclusão do mesmo "vamos sair das seis horas diárias de funcionamento, para 12 ou 14 horas de funcionamento ininterrupto".

A jornada de campo do Vice-Presidente da República iniciou na Estação de Tratamento de Águas de Kifangondo, onde visitou os trabalhos em curso de construção da estação, que vai bombear 90 metros cúbicos de água bruta para a ETA- "Candelabro Fase III".

8.10 EPAS perde um milhão de kz com rescisão de contratos

Jornal Expansão
25 De Março de 2022

A empresa Provincial de Águas Saneamento (EPAS) da Huíla perdeu, de Junho de 2021 à presente data, 1 milhão Kz devido à rescisão de contratos de 60 clientes por Incumprimento no fornecimento.

Actualmente a instituição tem 28 mil consumidores, 21 mil dos quais activos, segundo deu a conhecer nesta terça-feira, a PCA da empresa pública,

Domingas Ingas Tyicusse. Falando por ocasião do Dia da Água, responsável afirmou que a maior parte dos clientes alegou irregularidades no fornecimento do produto.

8.11 Estação de Água do candelabro garante elevar capacidade actual

Jornal Economia e Finanças
25 De Março de 2022

A visita do vice-presidente da República, Bornito de Sousa, ao projecto de construção da Estação de Tratamento de Água (ETA) Candelabro, nesta terça-feira, teve como objectivo testar o início da fase três para elevar a capacidade nominal da estação de candelabro, de 120.000 m³/dia para 210.000 m³/dia

De acordo com um comunicado do Gabinete de tecnologias de Informação, no final do projecto a estação deverá mitigar e melhorar as condições de acesso ao fornecimento de água às zonas de influência.

A visita à ETA, situada no município de Cacucaco, foi feita em alusão ao Dia Mundial da Água, que se assinalou nesta terça-feira (22), que este ano, tem como lema Águas Subterrâneas: Tornar o Invisível Visível.

Na ocasião, o governante foi recebido pelo secretário de Estado para as Águas, Lucrecio Costa, governadora da Província de Luanda, Ana Paula de Carvalho, PCA da EPAL, Manuel da Cruz, e uma vasta comitiva que os acompanhou. Nestes moldes, a comitiva começou por avaliar as infraestruturas de abastecimento de água da ETA Kifangondo e de seguida avaliou o estado de produção da ETA do Candelabro fase III. De salientar que com a conclusão desta terceira fase, a ETA terá a capacidade nominal I de produção de 210.000 m³/ dia.

Importa também referir que este empreendimento, após a sua conclusão, irá aumentar o tempo de distribuição a muitos habitantes na sua área de influência e serão beneficiadas, nomeadamente, as zonas do Marçal, Cazenga, Panguila, Viana e Sequele.

O "Dia Mundial da Água" é comemorado todos os anos, desde 1993 no dia 22 de Março e foi sugerida em 1992 na Conferência das Nações Unidas, com o objectivo de promover a consciencialização sobre a relevância da água para sobrevivência humana e de

outros seres vivos, bem como o de lembrar a importância do uso sustentável deste recurso.

8.12 Sistema de transferência de água do rio Cunene começa a funcionar em Abril

Jornal de Angola

26 De Março de 2022

Texto: César Esteves

As populações de Ombala-yo-Mungo (Ombadja), Namacunde e Dombondola, na província do Cunene, começam a beneficiar das vantagens do sistema de transferência de água a partir da localidade de Cafu, no princípio de Abril deste ano, período previsto para a inauguração da infra-estrutura.

A informação foi avançada, sexta-feira, em Luanda, pelo vice-governador para o sector Político, Social e Económico daquela província, Apolo Ndinoulenga, durante a participação na terceira edição do Café promovido pelo Centro de Imprensa da Presidência da República de Angola (CIPRA), que abordou a questão da seca no Sul do país.

"O Cunene vai estar em festa", vaticinou o governante, para quem o projecto vai, ainda, reduzir, de forma significativa, o processo de transumância nas zonas afectadas pela seca, bem como o regresso à escola de muitas crianças. "A expectativa é muito grande", realçou.

O director do Instituto Nacional dos Recursos Hídricos do Ministério da Energia e Águas, Manuel Quintino, que está à frente do projecto, disse, na ocasião, que o mesmo tem como principais componentes uma estação de bombagem com capacidade para captar e bombear, numa primeira fase, dois metros cúbicos por segundo (dois mil litros), dispõe de uma tubagem pressurizada com uma extensão aproximada de dez quilómetros e um canal condutor com uma extensão de 47 quilómetros.

O canal Leste, que vai até Namacunde, prosseguiu, conta com uma extensão de quase 55 quilómetros e outro com dimensão aproximada que segue para Nombondola. Para além dos canais, Manuel Quintino salientou que o projecto conta, ainda, com 30 chimpacas (reservatórios de água), 93 bebedouros para o gado e para as pessoas.

Orçado em 136 milhões de dólares, o sistema de transferência de água, a partir do rio Cunene, vai beneficiar, igualmente, cerca de 235 mil pessoas, 250 mil cabeças de gado e vai dispor de uma área de

aproximadamente 5 mil hectares de terras para a prática da agricultura.

Este projecto está enquadrado nas obras estruturantes de combate aos efeitos da seca no Sul do país e faz parte de um leque de três, aprovados para a província do Cunene.

A empreitada, iniciada em 2019, está a cargo da construtora Sinohydro Corporation Limitada, Sucursal em Angola. De acordo com dados do Serviço Provincial de Protecção Civil e Bombeiros, Cunene tem 102 970 famílias afectadas pela seca e fome, o que perfaz 514 800 pessoas. Curoca, Cahama e Ombadja são os municípios da província mais afectados.

A terceira edição do Café CIPRA abordou os "projectos de grande impacto social no Sul de Angola", de modo a informar a sociedade sobre o real estado de execução dos mesmos. Foram facilitadores desta edição, que contou com a presença de várias figuras da sociedade civil, o secretário de Estado das Obras Públicas, Carlos dos Santos, o director do Instituto Nacional dos Recursos Hídricos do Ministério da Energia e Águas, Manuel Quintino, e o vice-governador para o sector Político, Social e Económico do Cunene, Apolo Ndinoulenga.

O Café CIPRA, com o slogan "Diálogo sem Mediação", foi transmitido em directo nas plataformas digitais do Governo de Angola e da própria instituição.

8.13 Mais de um milhão de famílias beneficiam de electricidade até 2023

Jornal de Angola

6 De Março de 2022

Texto: Maximiano Filipe

Mais de um milhão de habitantes dos municípios da Catumbela e Baía Farta, província de Benguela, vão beneficiar de energia eléctrica, até ao próximo ano, no âmbito do projecto "Solar do Biópio", iniciado em 2021.

O projecto "Solar Biópio", com obras iniciadas há um ano e na ordem de 54,81 por cento de execução física, foi visitada sexta-feira, pelo ministro da Energia e Águas, João Baptista Borges.

Localizado na comuna do Biópio, o referido projecto, que garante, nesta fase, mais de mil postos de trabalho, vai dispor de uma potência de 188,8 megawatts.

João Baptista Borges, acompanhado de uma delegação do Ministério da Energia e Águas (MINEA) e do vice-governador de Benguela para a Área Técnica e Infra-estruturas, Adilson Delaine, visitou, também, o projecto da Baía Farta, igualmente lançado em Março de 2021, tendo o seu término previsto para Junho do ano em curso.

Esta importante obra prevê uma potência de 96,7 megawatts e conta, neste momento, com uma execução física na ordem dos 75,42%. Localizado no município da Baía Farta, o projecto vai garantir o fornecimento de energia a mais de 500 mil habitações, sendo que emprega já mais de 130 profissionais.

Estes dois projectos estão inseridos num programa de sete centrais solares fotovoltaicas, a serem erguidas em seis províncias do país, que juntas totalizam um milhão de painéis solares, capazes de gerar energia limpa e sustentável de 370 megawatts e garantir o fornecimento regular a mais de dois milhões de habitantes de Benguela.

Na sequência à agenda do ministro do MINEA, a delegação visitou, ainda, o projecto da linha do Vale do Cavaco, que conta com uma tensão de 30 KV, potência a transportar de 16 MW, extensão de 8,3 quilómetros, cujo impacto social prevê alimentar o Instituto Agrónomo Joaquim Kapango, 31 fazendas agrícolas e os bairros do Cambambe e Tomba, fazendo um total estimado de 1.100 habitantes.

Outro projecto, que, também, foi avaliado é o da linha da Cidade do Sal. Este dispõe de uma tensão de 30 KV e prevê um impacto social que vai alimentar a futura região com o mesmo nome, que comporta diversas salinas, e a comuna de Chamume.

Este projecto vai, igualmente, beneficiar as comunidades do Dundo, com 100 habitantes, Macaca, com 400, e o Chamume, onde dois mil habitantes serão abrangidos. A empreitada destina-se, apenas, à construção do ramal principal

8.14 País busca técnicas de produção de energia a partir do lixo

Jornal de Angola

19 De Março de 2022

Texto: Manuela Gomes

Uma equipa do Ministério da Cultura, Turismo e Ambiente (MCTA) esteve, recentemente, no Reino de Espanha, a colher experiências para a produção de energia eléctrica, por meio de unidades de processamento de resíduos sólidos.

Chefiada pela presidente do conselho de administração (PCA) da Agência Nacional de Resíduos, Nelma Caetano, a delegação angolana manteve, ainda, contacto com projectos espanhóis de separação adequada dos resíduos, para comercialização de parte desses.

A visita de troca de experiência com a Espanha enquadra-se nas acções estratégicas do MCTA para a alteração do actual quadro em que se regista, no país, deposição inadequada de resíduos sólidos, em particular, na cidade de Luanda, um dos problemas ambientais de maior complexidade e que exigem soluções tecnológicas macro.

A partir da avaliação de unidades de processamento de resíduos sólidos urbanos de San Sebastian, em Bilbao, foi constituída uma equipa de que fazem parte o assessor para os Assuntos Económicos do Vice-Presidente da República, a conselheira da Embaixada de Angola no Reino da Espanha e funcionários seniores do MCTA.

8.15 Reabilitação de ETAR vai custar mais de 2 mil milhões

Jornal Expansão

25 De Março de 2022

As constantes chuvas que caíram no município do Golungo Alto, província do Cuanza-Norte, na segunda quinzena do mês de Dezembro do ano passado e inundaram as instalações da Estação de Tratamento de Aguas (ETA), segundo o despacho presidencial nº61/22 de 18 de Março que disponibiliza mais de 2,3 mil milhões kz para a reabilitação da infraestrutura. Com base no despacho, 2,162 mil milhões kz serão canalizados para a reabilitação da ETA e o contrato de empreitada de obra pública vai ser assinado com a empresa Xing Na International Limitada.

No despacho, foi ainda autorizado o pagamento de mais de 108,4 milhões Kz para a fiscalização da referida empreitada. O contrato será celebrado com a empresa Harmoniza Concept, Limitada. Construído em 2017 no âmbito do projecto "Água Para Todos", o sistema contempla uma captação com capacidade para bombear 80 metros cúbicos de água por hora através de uma conduta de água bruta de 25 quilómetros.

Tem ainda uma estação de tratamento e rede de distribuição com oito quilómetros de tubagem, acoplada às 470 ligações de quintas, 279 domiciliárias e 23 chafarizes.

A destruição do sistema pelas chuvas, priva há três meses mais de 20 mil habitantes do consumo de água, que está a chegar à população através de camiões cisterna, de acordo com a administradora do Golungo Alto, Luzia da Silva José.

Além deste equipamento, a chuva causou também a destruição da ponte sobre o rio Zenza, localizada na aldeia de Mucumbi, comuna da Cerca.

Aponte faz a ligação entre as províncias do Cuanza Norte e Bengo, situação que deixa mais de 50 alunos sem aulas e perto de 100 aldeões sem assistência médica e alimentos da cesta básica, pelo facto desses meios estarem na província do Bengo. A circulação entre as duas províncias está a ser feita através de canoas.

O Golungo-Alto é um dos municípios do Cuanza Norte, situado a 56 quilómetros de Ndalatando (capital da província), sendo constituído por uma extensão territorial de 1.989 quilómetros quadrados e uma população de 29.259 habitantes.

9. GÉNERO E VIOLENCIA

10. AMBIENTE

10.1 Centralidades e urbanizações já custaram 16,7 mil milhões de USD

Jornal Expansão

4 De Março de 2022

Texto: Faustino Diogo

A construção das centralidades e urbanizações inseridas no Programa Nacional de Urbanismo e Habitação (PNUH) já custou ao Estado 16,7 mil milhões USD, que permitiram a conclusão de quase 89 mil habitações em todo o País. Parte significativa destes imóveis já está comercializada e habitada, estando disponíveis pouco mais de 9 mil casas em processo de comercialização.

Segundo o documento sobre a apreciação do Programa Habitacional do Estado, do Ministério Obras Públicas e Ordenamento do Território, ao que o Expansão teve acesso, a centralidade da Quilemba, na província da Huíla, é a que mais casas aí da tem por vender. Ou seja, das 8 mil existentes, 7.146 devem ser comercializadas num processo que as autoridades esperam concluir ainda este ano e que ficou condicionado pela falta de energia e água na localidade. Luanda, apesar de ter ainda alguns imóveis desocupados, não tem habitações disponíveis para a comercialização, embora as urbanizações do Kalawenda e Marconi tenham livres 264 imóveis, mas estes fazem parte de um processo de reconversão urbana para atender determinado segmento da sociedade.

Situação diferente dos 2.464 apartamentos do Zango Zero, em Viana, que também estão desocupados, apesar de já terem compradores. Aqui, a conclusão de infra-estruturas de apoio estão a condicionar a entrega destes apartamentos.

No entanto, a disponibilidade de casas para comercialização na capital do País está dependente da reabilitação dos imóveis recuperados pelo Estado na centralidade do KK 5000 e Zango Zero. No KK 5000, existem 3.475 habitações, entre vivendas e apartamentos da tipologia T3, e no Zango Zero, 24 edifícios com 112 apartamentos cada.

Nesta centralidade, a disponibilidade fica reduzida, devidos os mais de mil apartamentos que foram entregues, por ordem do Presidente da República, João Lourenço, ao Conselho Nacional da Juventude (CNJ), para distribuição a membros de organizações juvenis associadas ao CNJ, que mesmo sem concorrerem a qualquer processo de comercialização, terão já assinado contratos com o Instituto Nacional da Habitação e aguardam pela recepção das chaves.

E de acordo com o Fundo de Fomento Habitação (FFH), isto irá acontecer depois dos apartamentos serem reabilitados devido à vandalização que sofreram. As obras de reabilitação serão feitas em parceria público-privada depois do concurso público já realizado e entregue ao Tribunal de Contas para validação.

O Programa Nacional de Urbanismo e Habitação tem o reforço do sub-programa de construção de 200 fogos em 130 municípios, estando previsto a construção de 26 mil habitações. Deste número foram concluídas 11.477 habitações, estando 14.523 por concluir. E até ao final do ano passado, este sub-programa tinha gasto 1.170 milhões USD. Contas feitas, entre centralidades, urbanizações e o sub-programa de construção de 200 fogos, os custos realizados nestes projectos habitacionais integrados no PNUH, correspondem a 19,9 mil milhões USD.

Exigem redefinição de aplicação de verbas

Profissionais do sector imobiliário entendem que os custos aplicados pelo Executivo nos projectos habitacionais poderiam ser diferenciados caso o sector estivesse estruturado e com condições para que os privados assumissem em grande escala a construção de imóveis, remetendo o Estado apenas para regulação e para a habitações sociais.

Em entrevista recente ao Expansão, o vice-presidente da Associação dos Profissionais Imobiliário (APIMA), Cleber Corrêa, disse que o preço a que o Estado vende os seus imóveis é impraticável, devido à posição que assume.

"O preço a que o Estado vende é impraticável. Não pelo valor nominal, mas pela condição de pagamento, porque assume o papel de promotor e de financiador (banco). E ainda assim faz isso mal, porque constrói o imóvel, está endividado e paga juros desta dívida que, inclusive, alguma é externa", explicou.

Cleber Corrêa entende que a função primordial do Estado é construção de infraestruturas, contratação e venda de habitação social para aquelas pessoas com poucos recursos. "Hoje quem adquire os imóveis na maioria das vezes não são as pessoas com poucos

recursos. Isso está a ser mal gerido. O Estado deveria cada vez mais preparar infraestruturas para dar condições aos agentes privados de construir nesses terrenos de construir nesses terrenos infraestruturados e cada vez mais atender a procura. E isso iria ter influência nos preços. A relação preço tem a ver com o mercado rematou o vice – presidente da Associação dos profissionais Imobiliário.

Já um construtor disse ao Expansão que o “ valor aplicado pelo Estado nas centralidades é um grande esforço do Executivo. Mas não podemos esquecer que só é assim, porque o sector imobiliário não está devidamente estruturado. Quem devia construir não deveria ser o Estado” Sob anonimato, acrescenta “ hoje temos o Estado a concorrer directamente com os privados e em condições que ninguém consegue acompanhar E, mais grave do que isso é a forma de comercialização que opta, por isso é que todos os cidadãos querem adquirir habitações nos projectos do Estado. Pagando ou não pagando nunca perde o imóvel “disse.

Já um agente imobiliário entende que se o Estado estivesse concentrado em atender as pessoas em carência social, o resultado seria outro e provavelmente parte do dinheiro gasto até aqui, teria outro fim. "A aposta do Estado deveria ser mesmo em casas sociais. Independentemente do défice habitacional existente no País, o social deveria ser prioritário e aí atenderia mais cidadãos que realmente vivem em situação precária. Muito seriamente, para mim, as centralidades não são casas sociais, basta ver quem são os moradores", explicou o agente imobiliário.

Para este homem que também já foi construtor, o Estado deveria criar condições para que os privados pudessem actuar com menos constrangimentos e terem condições para o desenvolvimento do imobiliário. "Se o Estado apostasse de facto na criação de condições para actuarmos, hoje o sector não seria este. Sei que está em curso um programa de massificação de registo de imóvel e terrenos, mas na realidade as dificuldades continuam. Para realizar uma escritura ou registo de um imóvel ou terreno, continua a ser uma verdadeira dor de cabeça. Até numa propriedade que está a ser adquirida ao Estado", concluiu.

Já o jurista Amadeu Pedro entende que uma das formas de resolver a questão da escritura e dos registos, passa pela redução dos valores pagos para a concretização dos processos, que acaba por afugentar muitos cidadãos.

"Da mesma forma que o Executivo reduzir os emolumentos para a realização de escrituras e registos de imóveis adquiridos ao Estado, o mesmo deveria acontecer quando um cidadão compra a um construtor, imobiliária, ou seja de um privado. Porque este valor dos emolumentos faz com que muitos cidadãos não legalizem a posse e isso de certa forma também condiciona o desenvolvimento do sector imobiliário", disse.

10.2 Escassez de chuvas prejudica 30 por cento da colheita

Jornal de Angola
8 De Março de 2022

A falta de chuvas atrofiou 30 por cento da previsão de 98 toneladas de bens alimentares que estão a ser colhidos desde Fevereiro, referente à safra da primeira fase da campanha agrícola no município de Quipungo, na província da Huíla.

Nos mais de 60 mil hectares cultivados desde Novembro, casos do milho, feijão, soja e tubérculos, onde se previa que fossem colhidas 98 toneladas, até a segunda quinzena deste mês, serão aproveitadas 29,4 toneladas, já que grande parte da produção ficou atrofiada devido à seca

Com um número superior a 35 mil famílias camponesas inseridas na actividade produtiva, há um forte apelo por apoios em sementes de feijão, soja e de hortícolas, para aproveitar-se a segunda e terceira fases da campanha agrícola e possam ser minimizados os prejuízos, disse, ontem, o director municipal da Agricultura no Quipungo.

Domingos Mendonça afirmou à Angop que "a primeira época é para esquecer", porque choveu pouco e a produção caiu, pelo que as autoridades adivinham um ano difícil.

Sublinhou que nos últimos dias tem chovido com regularidade, um cenário que está a ser festejado, porém não há sementes para lançar à terra, preocupação já presente às entidades da província.

Para a segunda e terceira época agrícola estão preparados 25 mil hectares em zonas baixas, cuja previsão, caso haja sementes, é colher em Junho próximo perto de 70 toneladas de bens.

Na campanha agrícola passada, o município teve a produção também afectada, não só pela seca, mas pela praga de gafanhotos, tendo a safra se fixado em 33 toneladas de cereais.

Escassez de chuvas prejudica 30 por cento da colheita

10.3 Chuvas fracas travam colheitas

Jornal Economia e Finanças
11 De Março de 2022

O ano agrícola 2021/2022 na cooperativa "Alegria", no município do Ambriz, província do Bengo, está comprometido devido às fracas chuvas que se registam desde Setembro até a presente data.

Com uma área de 25 hectares, a cooperativa está localizada próximo de uma lagoa, da qual depende a sua produção.

"A lagoa secou porque não chove há um bom tempo. Se chovesse regularmente estaríamos neste momento a colher os primeiros cereais", precisou o presidente da cooperativa, Patrício Silva. O interregno da mesma fez secar todas as culturas plantadas, tais como o milho, o amendoim, a soja, o massango e a massambala, sublinhou o responsável sem adiantar os restantes prejuízos causados pela estiagem.

Apesar disso, referiu, pretendem aumentar as áreas, de cultivo

A cooperativa produz ainda o tomate. a cebola. o repolho, o pimento. Pimentão a cenoura. a banana, a manga e o limão Na campanha anterior. fruto da regularidade pluvial. foram colhidas 20 toneladas de banana. 10 de repolho. de tomate e cinco de cebola. cultivados numa área de 10 hectares. Para colmatar as dificuldades. a(II'emiação solicitou ao Prodesi cerca de 100 mithGes de kwanzas para a compra de insecticidas. adubos. sistema de rega, transporte para o escoamento da Fodução. tractor COIII'eSpeC' mas alfaias e no aumento das áreas de produção

Criada em 2017, no âmbito do Programa de Combate à Fome e I Pobreza, a cooperativa Alegria tem 30 filiados (mulheres e 20 homens) e gerou 45 postos de trabalho.

Ambriz é uma cidade e município da província do Bengo Tem Z1.806 habitantes. É limitado a Norte pelo município de Nezeto, a Leste pelo município de Nambuanguongo. a Sul pelo município do Dande e a Oeste pelo oceano Atlântico.

O município é constituído pela comuna-sede de, correspondente à cidade de Ambriz, e pelas comunas de Bela Vista e Tab.

A actividade principal é a pesca marítima e fluvial, produção agrícola e de pecuária

10.4 Chuvas voltam a molhar solo da região de Curoca

Jornal de Angola
11 De Março de 2022
Texto: Domingos Calucipa

Cerca de seis anos depois de uma intensa estiagem, que forçou o abandono de localidades, o município do Curoca, província do Cunene, voltou a receber chuvas regulares, nos últimos dias, o que está a animar os camponeses e criadores de gado. As primeiras chuvas no município ocorreram, há três semanas, mantendo-se regular até agora, o que favoreceu o reabastecimento de represas e outros reservatórios de água naturais secos há dezenas de meses, assim como está a permitir efectuar lavouras para o cultivo de cereais.

Alfredo Barros, morador de Oncócuá, sede do município de Curoca, disse que a chuva surpreendeu os habitantes em meados do mês passado, com uma carga de água que chegou a destruir algumas casas na localidade, e arrastou alguns campos já semeados em zonas ribeirinhas, causando prejuízos aos camponeses que tinham conseguido antecipar-se no cultivo

Contou que, nesta altura, algumas famílias que tinham fugido para outras partes do Cunene e se refugiado na República da Namíbia começaram a regressar, embora, ainda, de forma tímida, já que temem que a chuva que se faz sentir pode ser de pouca dura, quando se caminha já para o fim da época. Neste momento, a falta de sementes que se verifica entre as comunidades camponesas do Curoca, fruto da ausência de colheitas, nos últimos anos, pode comprometer a sementeira no município.

O soba grande de Oncócuá, Joaquim Mutchila, informou que, apesar de chover bastante, nos últimos dias, a falta de sementes leva a que os camponeses se sintam impedidos de exercer a sua actividade. "Não queremos continuar a depender de doações alimentares para o nosso sustento quando sabemos trabalhar a terra", realçou.

A autoridade tradicional disse que as populações deixaram de ter cereais, como o massango, devido à estiagem prolongada. E os preços das sementes nos mercados locais são bastante elevados para o bolso dos camponeses.

10.5 Seca devasta 30% da produção agrícola

Jornal Economia e Finanças

11 De Janeiro de 2022

A Falta de chuvas atrofiou 30 por cento da previsão de 98 toneladas de bens alimentares que estão a ser colhidos desde Fevereiro, referente á safra da primeira fase da campanha agrícola no município do Quipungo, província da Huíla.

Nos mais de 60 mil hectares cultivados desde Novembro último, com milho, feijão, soja e tubérculos, onde previa que fossem colhidas 98 toneladas, até a segunda quinzena deste mês serão aproveitadas 29,4, já que grande parte da produção ficou atrofiada devido à seca.

As mais de 35 mil famílias camponesas inseridas na actividade produtiva, clamam agora por apoio em sementes de feijão, soja e de hortícolas, para aproveitar a segunda e terceira fases da campanha agrícola e minimizar os prejuízos, disse na segunda-feira o director municipal da Agricultura no Quipungo, Domingos Mendonça.

Falando à imprensa, realçou que "a primeira época é para esquecer", porque choveu pouco e a produção caiu, pelo que as autoridades advinham um ano difícil.

Sublinhou que nos últimos dias tem chovido com regularidade, um cenário que está a ser festejado, porém não há sementes para lançar à terra, preocupação já presente às entidades da província.

Para a segunda e terceira época agrícola estão preparados 25 mil hectares em zonas baixas, cuja previsão, caso haja sementes, é colher em Junho próximo perto de 70 toneladas de bens.

Na campanha agrícola passada o município, que dista 120 quilómetros a Leste do Lubango, teve a produção também afectada, não só pela seca, mas pela praga de gafanhotos, tendo a safra se fixado em 33 toneladas de cereais.

10.6 Okavango pode ser área turística de referência

Jornal de Angola

17 De Março de 2022

Texto: Yara Simão I

O Executivo angolano quer transformar a região de Okavango numa área de conservação por excelência

e um destino turístico de referência mundial, afirmou, ontem, o presidente do Conselho de Administração da Agência Nacional para Gestão da Região do Okavango (ANAGERO), Rui Lisboa.

Falando na cerimónia de assinatura do memorando de entendimento entre a Anagero e a organização não-governamental norte-americana The Nature Conservation (TNC), reconheceu que ainda se está distante para alcançar esta meta.

Referiu que a iniciativa visa a implementação de projectos de conservação do património natural do Okavango e das comunidades, acrescentando que está a ser coordenado pela Anagero, que tem a responsabilidade de coordenar actividades das ONG que actuam na região, para que estejam alinhadas à visão do Executivo angolano, na conservação e desenvolvimento, de modo a assegurar que os recursos mobilizados no exterior do país sejam integralmente aplicados.

Rui Lisboa realçou as potencialidades ambientais do país, considerando que o Okavango representa a principal fonte de água que alimenta as principais bacias hidroeléctricas da África Austral. Por isso, sublinhou, constitui-se no maior santuário da vida selvagem, onde pontificam as espécies emblemáticas da fauna mundial, que mais atraem os turistas. "É também um grande património cultural e histórico do nosso país", disse.

Sobre este projecto, explicou que foi criada uma comissão multisectorial para análise de inventariação de recursos faunísticos na região e, entre outras atribuições, vai ter a missão de identificar as infra-estruturas prioritárias para viabilizar todo o processo de implementação, com apoio de organizações internacionais interessadas em cooperar com o Governo de Angola, na protecção e desenvolvimento sustentável da região, cuja importância ecológica transcende o país.

A Anagero é o órgão do Executivo, criado pelo Decreto Presidencial no 279/19, de 11 de Setembro. Tem como principal objectivo promover, atrair e facilitar investimentos privados que concorram para a gestão integrada da região angolana do Cubango/Okavango, com vista a utilização racional e o desenvolvimento sustentável, tendo em conta os princípios de protecção e preservação dos valores de ordem social, económica, cultural, científica e ambientais existentes.

Tem como visão desenvolver de forma sustentável o Okavango e melhorar as condições de vida das comunidades, além de proceder ao aproveitamento do potencial turístico e ambiental que a região possui,

alicerçado na utilização dos recursos naturais, tendo em conta os princípios de uso racional.

A agência tem a responsabilidade de articular com as instituições nacionais, regionais e locais no sentido de garantir a operacionalização dos investimentos e projectos sustentáveis, e de criar uma plataforma para a coordenação de todas as iniciativas para a protecção e desenvolvimento sustentável da região, mobilizar e garantir a boa utilização de fundos captados.

O âmbito geográfico da Anagero compreende a região angolana da Bacia do Cubango-Okavango que envolve 6 províncias de Angola: Huambo, Bié, Huíla, Cunene, Moxico e Cuando Cubango. A Agência vai promover as potencialidades e oportunidades da região e facilitar a implementação dos investimentos privados, assegurando-se que esses investimentos respeitem as boas práticas do uso sustentável dos recursos disponíveis.

Parceria internacional Fundada há mais de setenta anos, The Nature Conservancy (TNC) trabalha em mais de setenta países, incluindo nove em África. A TNC construiu um registo forte de ser um parceiro valioso para os Governos, bem como para os sectores público e privado.

Colin Apse, director da TNC, informou que o objectivo desta parceria é trabalhar para melhorar a vida das pessoas e não apenas proteger a natureza. "A TNC é a organização de conservação com os melhores recursos, o que significa que podemos comprometer - nos a trabalhar a longo prazo, com agências governamentais em parceria com o sector privado. Isto significa que podemos avançar com os objectivos de desenvolvimento nacional, bem como com os resultados das empresas. A nossa abordagem fundamental na The Nature Conservation é trabalhar com os outros, em vez de tentar fazer as coisas sozinhas", disse.

10.7 Exportação de madeira rende 22.896.274 dólares

Jornal de Angola

25 De Dezembro de 2022

Texto: Manuela Gomes

A exportação de madeira, no ano passado, rendeu ao país 22.896.274 dólares, valores que representam um aumento de cerca de cinco milhões de dólares em relação a 2020, revelou o secretário de Estado para os Recursos Florestais.

André de Jesus Moda, que falava em alusão ao Dia Internacional da Árvore e Florestas, que se assinala

hoje, referiu que, em 2020, o país conseguiu apenas 17.553.622 dólares.

O secretário de Estado para os Recursos Florestais considerou que estes números significam um grande feito para o país, mas salientou que se precisa ganhar mais com a exploração e comercialização dos produtos florestais.

Questionado sobre o estado actual das florestas do país, André de Jesus Moda considerou satisfatório, tendo reconhecido que ainda inspiram alguns cuidados, devido às vulnerabilidades de exposição em relação a alguns indicadores sociais, com destaque para a alta densidade populacional, taxa de natalidade e prática da agricultura itinerante.

Acrescentou que o abate indiscriminado de árvores e as queimadas são outros males que ainda requerem maior atenção das autoridades.

"Temos a lamentar o abate indiscriminado de árvores, pelo facto de haver, ainda, indivíduos não comprometidos com a lei", disse André de Jesus Moda.

O secretário de Estado realçou que, quanto às queimadas, nalguns casos, as autoridades procuram compreender, por ser uma das práticas costumeiras dos povos.

A não observância por parte de alguns indivíduos dos instrumentos legislativos que regem as florestas e, com isso, insistirem em abater árvores de forma indiscriminada, a problemática da agricultura itinerante, produção intensiva de carvão sem orientação técnica e a caça furtiva são outros grandes males que afectam as florestas de Angola, segundo André de Jesus Moda.

No que toca aos quilómetros de florestas afectadas por queimadas, anualmente, o secretário de Estado disse que "o país não possui dados com precisão, mas sim registo de ocorrências de alguns focos diminutos, podendo-se assegurar que não tem havido perdas consideráveis".

Deu a conhecer que o país tem 69.3 milhões de hectares de florestas e que as províncias de Cabinda, Bengo, Cuando Cubango, Cuanza-Norte, Moxico e Uíge são as que registam exploração florestal em grande escala.

Segundo André de Jesus Moda, o Ministério dos Recursos Florestais tem em curso algumas acções que visam a protecção dos activos florestais, que passam, principalmente, pela sensibilização das comunidades para participarem nos programas de plantação de árvores, criar alternativas económicas sustentáveis,

aplicação da legislação com rigor e cooperação com os Governos Provinciais.

10.8 Perímetros de florestas nativas ameaçados por madeireiros ilegais

Jornal de Angola

21 De Março de 2022

Texto: Justino Victorino

O perímetro de florestas nativas, em toda a extensão da província do Huambo, tem sido alvo, por parte de madeireiros ilegais, de desmatagem indiscriminada, uma situação considerada “preocupante”, por estar a causar a desflorestação dos mesmos, alertou o chefe de Departamento do Sector Florestal do Instituto de Desenvolvimento Florestal.

Antunes Justino adiantou que, no ano passado, num trabalho conjunto com a Polícia Nacional, foram apreendidos vários metros cúbicos de madeira serrada e touros, além de carvão, resultante da exploração ilegal das florestas nativas.

A falta de fiscais, apontou, não tem permitido o controlo da actividade de licenciamento e exploração de madeira, tendo em conta a quantidade de perímetros florestais existentes na região, realçando que será necessário um reforço de pelo menos mais quarenta efectivos.

A instituição, reconheceu, está sem capacidade de fiscalização, por contar, desde 1992, com apenas oito efectivos, número “insuficiente” para um controlo abrangente e extensivo dos perímetros florestais da província, que estão a ser desmatados. Aliado a esta problemática está a falta de meios de transporte.

“A nossa principal dificuldade, de momento, é a insuficiência de fiscais. Há perímetros florestais da província a serem, constantemente, desmatados,” revelou, alertando que a situação é “preocupante”, pelo facto de se estar a comprometer a conservação e protecção dos perímetros florestais.

A situação, acrescentou, tem sido “minimizada” com a colaboração da população, que denuncia os exploradores ilegais de recursos madeireiros.

Deu a conhecer que o Instituto de Desenvolvimento Florestal tem envidado esforços no sentido de evitar a desflorestação, principalmente nas áreas plantadas de eucaliptos, cedros e pinheiros, mas, no entanto, “estes locais são os mais procurados pelos madeireiros furtivos”.

Plantação de árvores

O Instituto de Desenvolvimento Florestal, no âmbito das acções de repovoamento florestal do Planalto Central, promove, desde sexta-feira, uma campanha de plantação de mais de 500 árvores, com destaque para eucaliptos, cedros, pinheiros e casuarinas, no perímetro florestal da pista do Aeroporto Albano Machado.

A campanha, em alusão ao 21 de Março, “Dia Internacional da Árvore e Florestas”, visa reforçar o repovoamento florestal nos arredores da cidade do Huambo, sede da província, concretamente nos bairros Chiva, Sacaála, Sassonde I e II, sendo os dois últimos bairros os que contêm ravinas que poderão atingir a pista do Aeroporto Albano Machado.

Antunes Justino explicou que, na primeira fase do projecto, foram plantadas, entre o Aeroporto Albano Machado e os bairros Sassonde, cinco mil eucaliptos, numa extensão de 11 hectares.

A materialização dessas acções de reflorestação, disse, conta, além do apoio do Governo da província e do Ministério da Agricultura e Florestas, com o suporte de organizações políticas e sociedade civil, que já solicitaram milhares de plantas.

10.9 Plantação de árvores em benefício da comunidade

Jornal Luanda

21 De Março de 2022

Texto: João Pedro

A cidade de Luanda nos anos 80 e 90 ainda era arborizada, bairros como Alvalade, Vila Alice, Miramar, Cruzeiro e outros eram locais dignos de retratos fotográficos, dada a quantidade de árvores. Hoje, com o crescimento demográfico e o aparecimento de novos bairros, a cultura de plantar árvores freou, na verdade, quase desapareceu. Mas, ainda assim, existem alguns bairros e ruas que são um exemplo a seguir no plantio de árvores no meio urbano.

O Jornal Metropolitano de Luanda fez uma ronda por algumas zonas da capital e encontrou ruas, poucas, que preservam os aspectos ecológicos, ambientais, históricos e paisagísticos. No bairro Nelito Soares, na rua C7 de cima, as árvores chamam a atenção de quem por ali passa. É a única que conservou as árvores em toda a zona. É diferente, lá respira-se ar puro.

O mentor do projecto da rua C7 é Francisco Soares, mais conhecido por "Coreano" que na altura da nossa visita não estava no bairro. Encontrámo-lo no Benfica, em casa da irmã.

Francisco Soares contou que tudo aconteceu de modo natural, porque o gosto pela natureza vem de família. A sua falecida mãe gostava muito de plantas e todos filhos seguiram-lhe o exemplo.

A ideia surgiu, em 2013, na altura da requalificação do bairro Nelito Soares, feita por uma empresa Chinesa e teve a guarnição de militares das FAA, garantindo aos moradores da zona das Bês, Cês e Saiotes um sentimento de tranquilidade.

" Perguntei aos efectivos das Forças Armadas se podia falar com os chineses para plantar árvores, antes de fazerem o pavimento de betão nos passeios, e a resposta foi positiva", disse Francisco Soares acrescentado que apresentou o plano aos vizinhos, mas alguns estavam com receio.

"Coreano" já tinha um viveiro de árvores em sua casa, no Zango, pediu uma contribuição de 500 kwanzas, na altura para custear o combustível da viatura que transportou as plantas para C7 de Cima, onde foram colocadas em todos os quarteirões.

Francisco Soares diz que o esforço valeu a pena, porque hoje, o ambiente da rua é mais natural e que todos os vizinhos, muitas vezes, sentam-se na rua para almoçar. Já foram elogiados várias vezes por terem a rua melhor arborizada do bairro.

" Nesta rua, sempre nos demos bem, e se notar, sempre vai encontrar pessoas sentadas debaixo das árvores, desde adultos, jovens, adolescentes e crianças", sublinhou.

10.10 Projecto financiado pela UE

«trava» seca no Cunene

Novo Jornal

25 De Março de 2022

O projecto de Fortalecimento da Resiliência e da Segurança Alimentar e Nutricional (FRESAN), financiado pela União Europeia (UE), apresentou, nesta semana, cinco novos planos virados para a redução da pobreza e da vulnerabilidade à insegurança alimentar na província do Cunene.

De acordo com a coordenadora adjunta do FRESAN no Cunene, Estela Louçã, com estas novas subvenções, o objectivo é "aumentar a capacidade de resposta e a abrangência do território de intervenção".

"Estamos a falar de 13 milhões de euros [6,4 mil milhões kz] para o Cunene nos projectos já subvencionados e em execução, mais projectos que vão ser operacionalizados, em desenvolvimento comunitário nas componentes de pastorícia, agricultura, água e nutrição", explicou.

A província tem, desde 2019, quatro projectos subvencionados, cuja duração é de 24 a 33 meses. Através destes projectos, já apoiou 1.547 camponeses com medidas que permitem melhorar a produtividade e a resiliência dos sistemas agrícolas e pecuários no contexto das alterações climáticas, como a constituição e a formação de 34 escolas de Campo de Agricultores (ECA). Os projectos têm, também, promovido o acesso à água com a reabilitação e a construção de infra-estruturas para captar e reter água para o consumo humano, a abeberamento de animais e produção agrícola, tendo já beneficiado de pelo menos 60 mil pessoas.

O FRESAN tem por objectivo contribuir para a redução da fome, pobreza, vulnerabilidade, insegurança alimentar e nutricional no Cunene, Huíla e Namibe, províncias assoladas pela seca.

10.11 Aprovado protocolo sobre actividades florestais

Jornal De Angola

26 De Março de 2022

Texto: Garrido Fragoso

A Assembleia Nacional votou, esta sexta feira, em Luanda, por unanimidade, o projecto de resolução que aprova para ratificação o Protocolo sobre Actividades Florestais da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) e confere aos países-membros as ferramentas jurídicas necessárias para a utilização racional dos recursos, em prol do desenvolvimento ambiental sustentável.

A secretária de Estado das Relações Exteriores esclareceu, a propósito, que, com a ratificação do protocolo, o país poderá usufruir das facilidades de financiamento para implementar programas e projectos nacionais de gestão florestal, formação de quadros, combate à desertificação e mitigação das mudanças climáticas.

Esmeralda Mendonça referiu ainda que o protocolo vai reforçar a coordenação das instituições das actividades de desenvolvimento e gestão florestal, com vista ao reforço da protecção ambiental, tendo em conta o valor intrínseco das florestas e sua importância na regulação dos ecossistemas e manutenção de todas as formas de vida.

Reforçar o compromisso para a melhoria do desenvolvimento e gestão florestal sustentável, no âmbito do processo de integração económica regional, tendo como foco a redução da pobreza e a melhoria da qualidade de vida das populações, por meio do aproveitamento racional dos recursos florestais, são outras valências do protocolo citadas pela secretária de Estado.

Destacou o "rico potencial" de florestas de que dispõe o país, mas disse que existem "muitas fragilidades" institucionais e técnicas, para assegurar a gestão e utilização sustentável do património florestal de modo a enfrentar os factores de estrangulamento, bem como os desafios internos e regionais.

A maioria dos parlamentares, que ontem interveio na aprovação do instrumento jurídico, pediu ao Executivo o reforço da capacidade técnica e humana de fiscalização ambiental, e o agravamento das punições decorrentes das transgressões da exploração dos recursos florestais, incêndios e caça furtiva.

Os deputados solicitaram, também, o ajustamento da legislação de suporte à exploração florestal, a harmonização de políticas transversais e inclusivas de combate à fome e pobreza, bem como a promoção de campanhas de educação ambiental, para evitar a pressão sobre as florestas por parte das comunidades, que buscam nelas fontes de sustento para as famílias.

Para a conservação da biodiversidade, alguns parlamentares coincidiram na necessidade de se combater o garimpo na exploração dos recursos florestais.

Referiram que as práticas mais agressivas do meio ambiente e dos recursos florestais não são levadas a cabo pelas comunidades através da produção de carvão ou queimadas, mas por grupos "com teias, devidamente, entrelaçadas, envolvendo angolanos e estrangeiros endinheirados e politicamente influentes".

O deputado Raúl Tati, da UNITA, apontou o potencial diferenciado de florestas no país, como do Mayombe (Cabinda), e nas províncias do Uíge, Zaire, Bengo, Cuanza-Norte, Cuando Cubango, que ocupam cerca de 80 por cento da superfície.

Justificou a necessidade de Angola aderir ao instrumento jurídico, com o facto da cobertura florestal no país ser de 69.3 milhões de hectares, correspondentes a 55,6 por cento da superfície territorial.

Na declaração de voto, o Grupo Parlamentar da UNITA disse ter dado voto favorável ao diploma por entender que a SADC possui uma estratégia florestal,

direccionada ao desenvolvimento regional, redução da pobreza, progresso industrial e serviços ambientais vitais.

Infracções a bordo das aeronaves

Ainda ontem, os deputados deram "luz verde" aos projectos de resolução que aprova, para ratificação, os protocolos relativos à emenda ao artigo 56º da Convenção sobre Aviação Civil Internacional e outro que altera a iniciativa referente às infracções e outros actos cometidos a bordo das aeronaves.

O protocolo relativo à emenda do artigo 56º da Convenção sobre Aviação Civil Internacional foi adoptado na nona sessão da Assembleia da Organização da Aviação Civil Internacional, em Outubro de 2016, resultante da vontade dos Estados contratantes.

A secretária de Estado das Relações Exteriores disse que, com a nova redacção do artigo 56º, é elevado de 19 para 21 o número de membros da Comissão de Navegação Aérea da organização internacional.

Esmeralda Mendonça considerou que a ratificação dos dois protocolos permitirá a Angola acompanhar e participar na tomada de decisões e medidas necessárias para garantir a segurança e a fluidez da navegação aérea aos níveis nacional, regional e internacional.

O projecto de resolução sobre o mandato dos membros para o Conselho Superior da Magistratura foi o que provocou alguma polémica durante os debates. Só o Grupo Parlamentar da CASA-CE votou contra o diploma, tendo o seu líder, Sebastião André, considerado que a resolução "tem o fim político de legalizar o que está ilegal".

Contudo, ficou decidido que o mandato dos actuais comissários da Comissão Nacional Eleitoral só termina com a tomada de posse de novos membros nesta instituição.

O projecto de resolução que aprova a designação de membros para o Conselho Superior da Magistratura Judicial, que também constava na agenda de trabalhos da sessão plenária de ontem, não foi discutido nem aprovado.

O presidente da Assembleia Nacional, Fernando da Piedade Dias dos Santos, agendou para 21 de Abril a próxima sessão plenária.

10.12 Lançado projecto de combate à seca na zona transfronteiriça

Jornal de Angola

16 De Março de 2022

Texto: João Pedro

Pelo menos, 140 mil pessoas da região transfronteiriça do Cuando Cubango (Sul de Angola) e Okavango (Norte da Namíbia) vão beneficiar de um projecto destinado a aumentar a capacidade de adaptação e a resiliência das comunidades vulneráveis aos impactos ambientais e variedade das alterações climáticas, anunciou, esta terça-feira (15), em Luanda, o ministro da Cultura, Turismo e Ambiente. Ao intervir na cerimónia de lançamento do projecto, denominado "Fortalecimento da Resiliência e Adaptação às Alterações Climáticas nas Comunidades do Sudeste de África Afectada pela Seca" (ADSWAC), Filipe Zau afirmou que a iniciativa se enquadra na estratégia nacional de acção climática.

"O objectivo principal é fortalecer a resiliência das populações de uma das regiões mais visivelmente afectada pelos efeitos das alterações climáticas no território nacional, bem como o Norte da República da Namíbia", frisou o ministro da Cultura, Turismo e Ambiente.

Financiado pelo Fundo de Adaptação e implementado pelo Observatório Sahara e Sahel (OSS), o projecto é uma parceria entre a Ajuda de Desenvolvimento de Povo para Povo (ADPP) e a Ajuda ao Desenvolvimento de Povo para Povo (DAPP) da Namíbia.

O projecto ADSWAC visa fortalecer as capacidades locais e nacionais para a redução dos riscos associados às alterações climáticas, constituir capacidade organizacional e técnica para a produção resiliente ao clima e melhorar a segurança alimentar das comunidades.

De acordo com o ministro, a ADPP tem demonstrado, ao longo de mais de três décadas de serviço pelo desenvolvimento de Angola, ser o parceiro certo na criação de projectos em benefício das comunidades.

"No fim de cinco anos de execução, espera-se que o projecto contribua para o aumento da consciencialização e apropriação dos processos de adaptação e redução do risco climático por parte das populações", destacou o governante.

A presidente do Conselho de Administração da ADPP em Angola, Rikke Viholm, disse que a

adaptação climática é urgente, e a acção deve basear-se nas capacidades das pessoas que vivem com os efeitos das alterações climáticas.

"Vamos trabalhar com as gerações mais novas nas escolas locais e a partir dos Centros de Adaptação às Alterações Climáticas para construir conhecimento e compreensão sobre a protecção do planeta, implementando acções a fim de enfrentar os desafios de hoje e de amanhã", destacou a responsável da ADPP.

Rikke Viholm enfatizou que as alterações climáticas não têm fronteiras e a resposta também não deve ter fronteiras.

O projecto envolverá 160 organizações de produtores locais e igual número de associações de utilizadores de água em comunidades fronteiriças entre os dois países vizinhos.

11. MINEIRA

12. MIGRAÇÃO

13. INVESTIMENTOS CHINES EM ANGOLA

13.1 A China está confiante na capacidade de Angola honrar as suas dívidas

Jornal de Mercado
4 De Março de 2022

Que balanço faz das relações Angola e China em 2021'?

2021 marca um ano de consolidação, superando as dificuldades. No sector político, celebramos juntos com amigos de Angola o centenário do Partido Comunista da China, e o Presidente João Lourenço enviou carta de congratulação. Durante a 8ª Conferência Ministerial do Fórum de Cooperação China-África (FOCAC), os ministros das Relações Exteriores China Angola mantiveram conversas cordiais a nível bilateral.

No sector da luta anti-Covid -19, a China foi o primeiro a fornecer a Angola grande volume de material biossegurança e mais de 10 milhões de doses de vacina chinesa anti-Covid-19, tornando-se um importante parceiro externo de Angola na luta contra a pandemia.

No sector económico e comercial, a China continua a ser o maior parceiro comercial de Angola, a maior fonte de investimento directo do País e um importante parceiro de infraestrutura. A China implementou activamente a DSSI do G20 e apoiou o consenso do G20 sobre a extensão da Iniciativa de Alívio da Dívida.

No sector multilateral, China e Angola tiveram maior união e cooperação na cena internacional, na salvaguarda dos direitos legítimos e interesses mútuos, o qual não apenas manifesta a tradicional amizade, como também um elevado grau de confiança política mútua entre as duas partes.

O discurso do Presidente Chinês Xi Jinping intitulado de "juntos no mesmo barco, levar o passado para a frente e construir a comunidade China África com um futuro compartilhado na nova era" por ocasião da 8ª Conferência Ministerial do FOCAC, apontou a

direcção para o desenvolvimento das relações China e Angola no futuro.

Qual é o saldo das trocas comerciais entre os dois países'?

Em 2021, o comércio bilateral entre a China e Angola ascendeu para 23,34 mil milhões USD, registando um aumento homólogo de 41,4%. A importação da China proveniente de Angola foi 20,85 mil milhões USD, e a exportação da China para Angola foi 2,49 mil milhões USD, um aumento de 42,6% e 41,3% respectivamente. Perante a pandemia Covid-19 e a situação económica mundial complicada, esse resultado não foi fácil.

Nos últimos anos, a China e Angola têm continuado a ajudar um ao outro a promover o desenvolvimento no aspecto socioeconómico. A cooperação económica e comercial China Angola tem uma base forte e é altamente complementar. As cooperações bilaterais amistosas têm sido continuamente consolidadas e desenvolvidas, formando verdadeiramente um padrão de convergência de interesses, trazendo benefícios tangíveis para os povos.

Quais produtos os angolanos mais importam da China'?

As principais categorias de produtos exportados da China para Angola incluem automóveis e peças sobressalentes, produtos de mobiliário, produtos electromecânicos, etc.

Além do petróleo, o que a China importa de Angola'?

Além do petróleo, os produtos mais importados pela China incluem combustíveis, minerais, óleo mineral e os seus derivados, asfalto, sal, enxofre, pedra, lima, cimento, produtos de madeira, carvão vegetal, produtos de materiais minerais, entre outros.

A China apoia activamente a diversificação das exportações Angola, a fim de promover a exportação de produtos não petrolíferos. A China convidou Angola a participar da Expo Económica e Comercial China e África e China International Import Expo e anunciou a implementação de tarifas zero à 98% dos produtos angolanos.

Está disposta a trabalhar com Angola para criar um bom ambiente de cooperação entre as empresas dos dois países, expandir constantemente os campos de cooperação, inovar métodos, promover a transformação e actualização da cooperação económica e comercial China Angola, com o fim de promover o desenvolvimento comum.

Quantas empresas chinesas operam em Angola?

As empresas chinesas em Angola são, principalmente, os membros da Associação das Empresas Chinesas em Angola, que neste momento possui mais de 60 empresas associadas. Além disso, também há várias empresas que ainda não aderiram à esta Associação.

Neste quesito, que áreas os empresários chineses preferencialmente investem no País?

As áreas de actuação das empresas chinesas em Angola são amplas, incluindo infraestrutura, informação e comunicação, tecnologia, agricultura e pesca, recursos energéticos e minerais, finanças, logística, produção industrial, serviços, etc.

Que dificuldades os empresários chineses têm apresentado?

Actualmente, a pandemia da Covid-19 tem provocado desafios para as empresas chinesas. Segundo essas empresas, comparado com outros países africanos, Angola tem muitos procedimentos administrativos de aprovação e demora muito tempo, nomeadamente o procedimento para obter o visto de trabalho de Angola, que afecta os seus funcionários a trabalhar aqui.

Angola é um bom mercado para o investimento chinês?

Sim, a China atribui grande importância e está optimista quanto ao desenvolvimento de Angola

Como olha para o ambiente de negócios em Angola?

Angola é um país com uma vasta área territorial, mais de 1,2 milhão de quilómetros quadrados, com solo fértil e cheia do sol. Angola tem recursos naturais abundantes, tais como petróleo, gás, diamantes e metais não ferrosos. Angola tem muitos jovens. A ministra da Saúde, Sílvia Lutucuta, me disse que mais da metade da população angolana tem menos de 18 anos.

Vale a pena realçar que o transporte angolano é conveniente em África, as condições como aeroportos, portos e estradas incluindo o "Corredor do Lobito" são rei activamente avançadas, o qual pode irradiar para os mercados dos países vizinhos e aumentar o seu próprio valor de investimento

Recentemente, tomamos nota de uma notícia na imprensa angolana, reportando que o ranking do ambiente de negócio de Angola subiu para 9º lugar entre os países africanos, o que mostra que, em comparação com a maioria dos outros países africanos, Angola é atraente para os investidores.

Estamos felizes em ver que nos últimos anos o governo angolano tem apostado nas reformas e na abertura do mercado, adoptando diversas medidas para melhorar o ambiente de negócio, incluindo diversificação económica, Programa das Privatizações, revisão da Lei de Investimento Privado, que já alcançaram resultados.

A parte chinesa presta atenção à cooperação de investimento com Angola e tem a disponibilidade em promover mais empresas chinesas a investir em Angola, para contribuir mais para o desenvolvimento socioeconómico de Angola. Ao mesmo tempo, espera-se que a parte angolana possa continuar a aprofundar as reformas e alargar a abertura, criar um ambiente de negócio melhor na base existente, resolver as dificuldades e problemas dos investidores em tempo hábil, e atrair mais investidores a Angola.

E no geral, que avaliação faz da economia angolana? Segundo as instituições financeiras e consultoras internacionais de rating, Angola já recuperou da recessão que teve por cinco anos consecutivos e está a retomar o crescimento, resultado do aumento do preço do petróleo e dos efeitos das reformas estruturais que o Governo tem implementado. Nós temos boa perspectiva sobre a economia angolana e depositamos sempre confiança na cooperação económica e comercial China Angola.

Até ao momento, quanto a China já investiu em Angola?

De acordo com estatísticas "incompletas", até agora, os diversos investimentos das empresas chinesas em Angola ultrapassam 20 mil milhões USD. Os dois países estão a intensificar as negociações sobre o acordo bilateral de protecção do investimento, que irá criar melhores condições para atrair mais empresas chinesas a investir em Angola.

A China é o principal credor de Angola, os últimos dados do BNA apontam que a dívida de Angola com a China está avaliada em 21,6 mil milhões USD. Como está a correr o processo de negociação da dívida?

De acordo com estatísticas preliminares, a cooperação de financiamento China Angola tem alcançado resultados notáveis, apoiando mais de 340 projectos de construção, e desempenhando um papel activo no apoio à reconstrução Pós-guerra, melhoria das infra-estruturas e desenvolvimento económico e social de Angola. Sobre a dívida entre a China e Angola, recomenda-se consultar os dados divulgados pelo Ministério das Finanças da dívida". A China está confiante na capacidade de Angola para honrar as suas dívidas. Aliás, se você tomar nota nas minhas

palavras sobre o valor anual de exportação de Angola para a China, prometo que vai deixar de pensar que a dívida bilateral China Angola seja um problema grave.

A China é uma economia que cresce exponencialmente e consistentemente, e actualmente figura entre as três maiores economias do planeta, fruto de reformas que levaram o país ao patamar em que se encontra. Como olha para as reformas que Angola está a implementar?

O desenvolvimento económico tem o carácter cíclico que reflecte a lei objectiva. Percebe mos que os cálculos da economia angolana e do PIB demonstraram uma tendência decrescente por cinco anos consecutivos. Porém, também notamos que a estrutura económica angolana se alterou durante este processo, a dependência de petróleo tem diminuído ano a ano, enquanto o ambiente de negócios tem evoluído de forma constante. Tudo isto vai consolidar bons alicerces à economia angolana após retomar o crescimento.

Actualmente, a Covid-19 continua a alastrar e o crescimento económico mundial é fraco. Vários factores de instabilidade e incerteza estão a aumentar. Por mais que mude o ambiente externo, China e Angola são sempre irmãos e parceiros. A China apoia Angola na exploração independente de um caminho de desenvolvimento que se adapte às suas próprias condições nacionais, e está optimista com as perspectivas de desenvolvimento angolano, sempre confiante no futuro desenvolvimento da cooperação China Angola.

Está disposta a trabalhar com Angola para prevenir e controlar os riscos, promover de forma constante o desenvolvimento saudável e sustentável da cooperação China Angola e levar a parceria estratégica China Angola para um patamar mais elevado.

A China está a construir um novo padrão de desenvolvimento, tendo o grande ciclo doméstico como elemento principal e os ciclos duplos doméstico e internacional se promovendo. Angola continua a apostar na estratégia de reforma, abertura e diversificação económica. Cooperação China Angola encontra novas oportunidades de desenvolvimento. A 8ª Conferência de Cooperação China África (FOCAC) foi solenemente inaugurada em Dakar, no Senegal em 2021, coincide com o calendário que vai apontar os rumos pra o desenvolvimento económico e comercial de alta qualidade e sustentável da cooperação China – África e China - Angola

O que podemos esperar das relações entre os dois países nos próximos anos?

O ano 2023 marca os 40 anos do estabelecimento das relações diplomáticas China-Angola. O relacionamento entre os dois países passou por fases de desenvolvimento, sementeira e colheita, sobre o qual merece resumir, rever, ajustar e valorizar.

Embora a conjuntura economia mundial, especialmente a pandemia Covid-19 tenha trazido muitos desafios às relações China-Angola, a tendência de contínuo aprofundamento da cooperação bilateral e integração de interesses comuns não mudará. Nos próximos anos, com a melhoria da situação geral e o próprio desenvolvimento de Angola, dará início a um período de forte avanço. Angola é bom irmão, bom amigo e bom parceiro da China. A China sempre presta elevada importância à partilha da sua experiência com Angola, e tem sempre defendido visão correcta de justiça e interesse e incorporado os princípios de "sinceridade, efectividade, afinidade e boa fé".

Nos próximos anos, a China irá realizar intercâmbios de governação e administração do Estado com Angola, partilhar a experiência chinesa em reforma e abertura, conferir vantagens complementares no domínio da economia, comércio e investimento, implementar os resultados da 8ª Conferência Ministerial do FOCAC , fortalecer a comunicação e coordenação em todos os níveis de governo e planear a direcção da cooperação de campo, incentivar o intercâmbio e a cooperação entre empresas industriais e comerciais, fornecer mais conveniência e suporte para benefício mútuo e resultados em que ambos ganham.

Que projectos a China tem para implementar em Angola?

Angola é um país importante em África, e também o parceiro estratégico da China neste continente. O governo chinês presta alta importância nas relações bilaterais e tem apoiado e encorajado as empresas chinesas a desenvolver cooperação mutuamente benéfica em Angola, participar no processo da reconstrução nacional, cumprir as responsabilidades, contribuir para n postos de trabalho locais e tributação, e formar mais técnicos locais.

As empresas chinesas têm projectos estruturantes nas diversas áreas, incluindo o projecto de doação do CINF TEC Huambo, Barragem Caculo Cabaça, Novo Aeroporto Internacional de Luanda Além disso, as empresas chinesas estão interessada! Nos projectos de Concessão Caminho de Ferro de Benguela, Porto de Lobito e Metro Superfície de

Luanda, bem como os investimentos na agricultura, pesca, agricultura, exploração de cobre e produção clínquer.

Qual é o número da comunidade chinesa em Angola e que dificuldades apresentam?

Actualmente, o número da comunidade chinesa em Angola ronda entre 20 mil (mil pessoas, principalmente com dificuldades de comunicação e segurança pública.

Este ano Angola realiza as eleições gerais. Como olha para o actual clima política social?

A China não interfere nos assuntos internos de outro: países, e espera que as eleições gerais em Angola se realizam sem sobressaltos, e está disposta a cooperar activamente com o Governo eleito de Angola, com o fim de implementar em conjunto ("nove programas" da 8a Conferência Ministerial do Fórum de Cooperação China - Africa, incluindo a China oferecer um adicional de milhões de doses de vacina: abrir "corredores verdes" I a exportação de produtos agrícolas angolanos para a China, oferecer financiamento comercial para apoiar as exportações e as PME. Com China e Angola estão a ajudam um a outro e promover o desenvolvimento nos aspectos socioeconómicos, não só aumentando a força global países em desenvolvimento mas também contribuindo para a prosperidade e estabilidade do mundo.